

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
CADERNOS CRIS 13-21

Informe quinzenal sobre
Saúde Global e Diplomacia da Saúde
13 a 26 de julho 2021



Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 30 de julho de 2021



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
03	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
07	Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Santiago Alcázar</i>	
11	Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde - <i>Luiz Augusto Galvão</i>	
15	Conselho de Direitos Humanos da ONU e Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
36	G77, MNA e cooperação sul-sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Regina Ungerer</i>	
42	O G-20 na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Paulo Esteves, Pedro Burger e Thaiany Medeiros Cury</i>	
45	Economia em Primeiro Lugar: OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Pedro Burger, Júlia Abbud e Lucca Rizzo</i>	
46	Instituições Financeiras Multilaterais na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
51	Plano de Ação de Cooperação em Inovação dos BRICS 2021-24 - <i>Claudia Hoirisch</i>	
53	América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger</i>	
64	Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg</i>	
71	“Quando a Incerteza e a Turbulência Chegam, Nós nos Juntamos, Trabalhamos e Crescemos Juntos”: Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Lúcia Marques</i>	
82	EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde - <i>Luiz Augusto Galvão</i>	
84	China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>André Lobato</i>	
87	*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS	
88	**Para citações, ver ‘Ficha catalográfica’	

RESPOSTA DA SAÚDE GLOBAL E DA DIPLOMACIA DA SAÚDE À COVID-19

Uma visão do ponto de vista socioeconômico, diplomático e sanitário

Sumário do CRIS-Fiocruz sobre diplomacia da saúde

13 a 26 de julho de 2021

Apresentação

A pandemia pela Covid-19 continua preocupando o mundo e gerando necessidades de respostas técnicas e também da diplomacia da saúde global.

Estudos inconclusivos ou mesmo desencontrados quanto ao impacto das novas variantes sobre a evolução da pandemia, colocando em xeque a expectativa da 'Covid zero'; resposta das vacinas às novas variantes; vantagens de esquemas vacinais complementares; e sobre segurança na retomada de atividades econômicas e sociais foram a tônica da quinzena, como aliás tem sido ao longo desta arrastada pandemia pela Covid-19.

Os desastres ambientais na Europa e na China ampliam a atenção do mundo para a Cúpula sobre as Mudanças Climáticas de Glasgow. Tensões na Pré-Cúpula da Conferência sobre Sistemas Alimentares das Nações Unidas, entre a entidade e agroecologistas, que reclamam espaços adequados e similares ao conferido ao agrobusiness na reunião preparatória. OMS, FMI, OMC e Banco Mundial voltam a manifestar-se juntos sobre medidas imprescindíveis para controlar a pandemia e retomar a vida econômica e social. São alguns exemplos que mostram o impacto de questões extra-setoriais sobre a saúde humana e suas relações com a vida econômica, social e ambiental, requerendo sua permanência como objeto de negociações diplomáticas internacionais sobre temas de saúde global.

Reuniões do Fórum Político de Alto Nível da Agenda 2030 no ECOSOC; da cúpula da CPLP em Angola; de Ministros da Saúde de BRICS (no apagar das luzes do preparo deste informe); eventos preparatórios à Cúpula do G20, em outubro; continuação das declarações conjuntas de agências multilaterais sobre a pandemia, a posse do novo presidente do Peru, foram alguns dos objetos que atraíram olhares e comentários dos analistas do CRIS que compõem o informe desta quinzena.

O *High-Level Political Forum (HLPF)*, que se realiza anualmente para avaliar a implementação da Agenda 2030, realizou-se nesta quinzena passada no âmbito da reunião do Conselho Econômico-Social (ECOSOC) das Nações Unidas. A declaração ministerial, que será enviada à Assembleia Geral das Nações Unidas de setembro de 2021, é analisada por **Santiago Alcazar** no seu informe quinzenal sobre as **Nações Unidas**, focado no **ECOSOC**.

A **Organização Mundial da Saúde** lançou um novo painel global sobre equidade de vacinas COVID-19 que combina informações sobre a vacinação da COVID-19 com os dados socioeconômicos. Ademais, assinou acordo com o Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) para fomentar a diversidade e a equidade dos portadores de deficiência. Foi realizada a primeira reunião do grupo de trabalho sobre fortalecimento da preparação da resposta a emergências de saúde que deve fazer a avaliação dos benefícios do desenvolvimento de uma convenção da OMS. A UNICEF e a OMS lançaram um documento para a Pré-Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU. Começou a décima quarta Sessão do Grupo de Trabalho I e a quinquagésima quarta Sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Todos estes temas do âmbito da OMS são tratados por **Guto Galvão** no seu capítulo desta quinzena

Informe geral das deliberações adotadas na 47ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos da ONU**, com destaque para a criação do Mecanismo de Especialistas para analisar o racismo relacionado às forças policiais e à aplicação da Lei e a demanda para a realização de eventos regionais globais para o debate sobre o Direito ao Desenvolvimento, além de decisões em torno ao câmbio climático e suas implicações nos Direitos Humanos, o fortalecimento da participação social junto ao CDH e demais mecanismos de Direitos Humanos. Estes são os temas tratados por **De Negri** no seu extenso informe desta quinzena sobre o CDH-ONU.

O **G-77 e a China** aderiram ao consenso sobre a Declaração Ministerial do Fórum Político de Alto Nível (HLPF), reconhecendo a importância de se adotar uma declaração robusta que leve em consideração as realidades atuais da comunidade internacional. Já o **Movimento dos Não-Alinhados (MNA)** realizou uma conferência virtual marcando o meio mandato da Presidência do Azerbaijão para discutir o “o Movimento dos Não Alinhados no centro dos esforços multilaterais como resposta aos desafios globais” atuais. É o que reporta **Regina Ungerer** no capítulo sobre G77 e MNA nesta quinzena.

Nesta quinzena, como informam **Esteves, Burger e Cury**, continuaram as discussões sobre economia internacional e a saúde global no âmbito do **G20**, avançando nos esforços para a recuperação econômica e a promoção de um crescimento mais sustentável. As repercussões da terceira reunião dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais e o lançamento do Comunicado Conjunto (*Communiqué*) pelos Ministros do Meio Ambiente reunidos em Nápoles, preparatórias para a Cúpula do G20, são comentadas por nossos analistas.

Em uma quinzena de baixa mobilização da **OCDE, Burger, Abbud e Rizzo** trazem mais informações do Relatório “*Government at a Glance 2021*”, com as maiores prioridades dos governos pesquisados apontando para a recuperação econômica.

As **Instituições Financeiras Multilaterais** desde o início desse ano mostraram preocupação com o futuro pós pandemia. Neste momento, começam a adotar medidas de caráter preventivo por meio de seus projetos. O objetivo é bem claro: evitar que, numa futura pandemia, os impactos negativos sejam menores do que os que estamos vivendo agora, informa **Isis Cazumbá** no seu capítulo desta quinzena.

Os países **BRICS** acordaram em elaborar seu *Plano de Ação de Cooperação em Inovação 2021-2024*, como informa **Cláudia Hoirish**. Para o edital deste ano selecionaram 10 áreas incluindo: Resistência Antimicrobiana, Tecnologias para Diagnóstico e Tratamento, Simulação e Análise de Big Data para medicina avançada de precisão e saúde pública, entre outras. Em meados de julho, o NBD definiu US\$ 2,25 bilhões para suporte à pandemia, que serão utilizados para financiar atividades de desenvolvimento sustentável e apoio emergencial à Covid-19 aos países membros do Banco. Em resposta ao impacto econômico adverso da pandemia, o NBD aprovou 9 empréstimos de apoio emergencial, totalizando US\$ 9 bilhões, incluindo 4 empréstimos para viabilizar a recuperação econômica dos países membros do Banco. BRICS realizou duas reuniões importantes, de *Altos Funcionários da Saúde BRICS (26-27/07)* e *Ministros da Saúde do BRICS e funcionários de Alto-Nível sobre Medicina Tradicional (28/07)*, que serão analisados em mais profundidade no próximo informe. Contudo, reproduzimos no capítulo sobre BRICS a nota do Ministério da Saúde do Brasil sobre o evento.

Na última quinzena, a tendência da disseminação da Covid-19 evidencia a **América Latina e Caribe** dividida pelo acesso às vacinas. Nos países onde o suprimento de vacina é adequado, o número de casos está diminuindo; em países onde a cobertura vacinal permanece baixa, o número de casos segue alto. Nesta quinzena, **Tobar, Minayo e Linger** destacam o

documento de Balanço da Cooperação Regional de 30 anos do MERCOSUL, em meio às grandes tensões políticas que o bloco vem sofrendo; a XXI Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe (CELAC); a apresentação pela CEPAL dos avanços do Plano Integral de Autossuficiência em Saúde para a região; e o estabelecimento do acordo entre a ORAS-CONHU e o Escritório Regional da Organização Internacional para as Migrações para a América do Sul, visando a implementação de projetos de saúde que beneficiem os migrantes da área andina com ênfase nas áreas de fronteira.

Após oito semanas consecutivas de aumento rápido, o número de novos casos abrandou na **Região Africana**, impulsionados por uma queda acentuada na África do Sul, embora esta evolução possa ser de curta duração, conforme reportam **Augusto Paulo e Rosenberg**. E a OMS/AFRO avisa: não tenhamos ilusões, a terceira onda não acabou. Balanço do CDC África sobre iniciativas para a produção local com a atenção específica para o novo hub sul-africano e as repercussões da XIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, com nomeação do novo Secretário Executivo, o timorense Zacarias Albano da Costa, estão analisadas no informe.

Enquanto países da **Ásia** enfrentam as inundações decorrentes das monções, que a cada ano se tornam mais torrenciais, países do **Oriente Médio** convivem com uma das piores secas dos últimos 50 anos, levando à escassez de água e apagões por falta de energia. No século XXI, a falta do *ouro azul* é apontada como um dos principais problemas ambientais, econômicos e geopolíticos da atualidade e vira disputa entre Estados, principalmente no Oriente Médio. Ambas as regiões precisam com urgência planejar o futuro de médio e longo prazo, buscando soluções e inovações, parcerias e investimentos com foco na prevenção de novas epidemias, segurança alimentar, segurança energética e economia verde. De olho no futuro próximo, o Irã convocou a *Conferência Científica sobre Mudanças Climáticas na Região do Mar Cáspio* – que detém uma biodiversidade única e está em risco de secar. É o que informa **Lúcia Marques** no seu capítulo desta quinzena.

A frase *“quando a incerteza e a turbulência chegam, nós nos juntamos, trabalhamos e crescemos juntos”*, que define a prioridade dos países da **Ásia Pacífico** para 2021, também poderia definir prioridades no Oriente Médio – cansados de tantos conflitos, os países começam a dialogar na busca de paz e segurança e, ao mesmo tempo, trabalhar juntos em questões urgentes como comércio, infraestrutura, crise energética e estresse hídrico. Tarefa hercúlea para uma região que vive em constante insegurança, que tem tradição de conflito e não de paz. E a prioridade do novo presidente do Irã será a restauração das relações e o engajamento, diálogo, consulta e brainstorming com os vizinhos sobre as questões importantes da região. Diplomacia bem recebida e tudo indica que a posse do novo presidente iraniano será um acontecimento.

Galvão informa que existe um novo aumento de casos de COVID-19, hospitalizações e mortes nos **EUA** e em razão desse fato novo a Diretora do CDC voltou a recomendar o uso de máscaras pela população vacinada.

Após contínua pressão política, os EUA conseguiram que a OMS pedisse uma nova investigação do laboratório de segurança 4 em Wuhan. É quase impossível hoje acreditar que qualquer crítica vinda de Washington contra Pequim seja feita de boa-fé. Se havia dúvidas, a decisão de Biden de estabelecer uma verdade sobre a epidemia com o uso do serviço secreto eliminou as suspeitas, afirma **André Lobato** no seu capítulo sobre **China**.

Inúmeras negociações sobre a pandemia e a retomada econômico-social pós-pandemia estão previstas para o segundo semestre de 2021. No seu papel de **observatório de saúde global e diplomacia da saúde**, o **CRIS** seguirá produzindo informes quinzenais como este, para embasar o entendimento e a ação dos interessados em atuar sobre a saúde global.

Rio de Janeiro, Manguinhos, 30 de julho de 2021

Paulo M. Buss e Pedro Burguer
Coordenação do CRIS/Fiocruz

Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Santiago Alcázar

Sexta-feira, dia 16 de julho, era um dia como qualquer outro. Em uma dada hora do dia alguém abriria uma janela, outro levantaria à boca um copo d'água e um terceiro apressaria o passo para chegar a tempo de algum funeral. Nada extraordinário.

Sobre a mesa, a tela do laptop iluminava letras que diziam que o Foro Político de Alto Nível do ECOSOC encerrara-se fazia pouco, naquele mesmo dia, com a aprovação por consenso de uma Declaração Ministerial¹. Embaixo lia-se, em letras menores, que a reunião havia durado dez dias.

Nas poeirentas ruas de Uagadugu, Capital de Burkina Faso, a *mobillette* desequilibrada de Estelle não pôde evitar o buraco e espatifara-se no chão. Ninguém que vinha atrás se deteve. As *mobillettes* seguiram o seu curso, como as águas de um rio. Todo dia alguém cai e se machuca. Estelle conseguiu levantar-se e seguiu caminho, com alguns arranhões e um pouco de dor, que se somaria a todas as outras que já carregava. Nada extraordinário.

A milhares de quilômetros de Estelle e sua *mobillette*, o mouse puxado por dedos cheios de preguiça e indiferença percorria as chamadas e os links do Foro Político de Alto Nível.

A Declaração ministerial, lia-se, terá grande impacto, ainda que certamente menor que o sofrido por Estelle ao cair com a sua *mobillette*. Diz-se que reflete, a declaração, não Estelle, nem a sua *mobillette*, o compromisso dos Estados membros de se unirem para superar a Covid-19 e retomar as atividades em bases melhores, inclusive com planos para desenvolver uma economia verde. A economia, não importa o que digam os seus adeptos, é insuportavelmente chata. Que tenha uma cor, ainda que verde, não lhe cairá mal.

O Presidente do ECOSOC, que estas coisas também têm Presidente, disse que nestes tempos sombrios e desafios monumentais, a Declaração é um farol de esperança. Talvez se o farol da *mobillette* da Estelle tivesse iluminado o buraco ela o teria visto e o teria desviado, livrando-a dessa dor que a acompanhou veloz pelas ruas poeirentas de Uaga, ou UH, para ser menos pomposo.

O Presidente recorda a todos que o Foro Político de Alto Nível tem como mandato examinar a implementação da Agenda 2030 sobre Desenvolvimento Sustentável. Para os que perderam as notícias de 2015, a Agenda 2030 sobre Desenvolvimento Sustentável, ou simplesmente Agenda 2030, é uma resolução ²(A/RES/70/1), intitulada, “*Transformando o nosso mundo*”, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA), em 25 de setembro de 2015.

A resolução contém um preâmbulo de 10 parágrafos e uma declaração de 59 parágrafos. A declaração, por sua vez estrutura-se em uma introdução de 6 parágrafos que, em linhas gerais anuncia o propósito – *Em nome das pessoas que servimos decidimos (Chefes de Estado e de Governo) adotar uma decisão histórica sobre um conjunto universal de objetivos e metas de amplo escopo e centrado nas pessoas*. Parece algo promissor para a transformação do mundo, ecoando o sentimento juvenil de agir em prol de um mundo melhor.

¹ O leitor curioso poderá acessar o texto da declaração em [E/2021/L.26-E/HLPF/2021/L.2](https://www.un.org/News/Press/docs/2021/2107/210716.unsg.srsg.vr.2021.1.doc.pdf)

² A resolução Transformando o nosso mundo pode ser acessada em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E

À introdução segue a visão dos líderes encapsulada em 3 parágrafos. O cerne talvez seja este: *Vislumbramos um mundo de respeito universal de direitos humanos e de dignidade humana, Estado de direito, justiça, igualdade e não discriminação; de respeito à raça, etnia, diversidade cultural; e de oportunidade iguais, que permitam o pleno potencial humano e contribuam para a prosperidade compartilhada.*

A essa visão entusiasmada seguem 4 parágrafos recordatórios, porque a memória sempre é mais curta que a vontade, dos princípios compartilhados e dos compromissos assumidos, que nada mais são senão uma litania de títulos de acordos, conferências e cúpulas voltados para um ou outro ingrediente para fazer um mundo melhor.

Segue o diagnóstico em 5 parágrafo dos líderes, que se intitula *O nosso mundo hoje*, que faria corar, ou deveria fazer corar, negamundos raíz, ocupados que estão em mastigar marimbondos.

Ao diagnóstico segue a prescrição de 21 parágrafos e que constituem a Nova Agenda, formada por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, com pleno respeito aos direitos humanos, igualdade de gênero, empoderamento dos mais vulneráveis, erradicação da pobreza, educação universal, promoção do bem-estar físico e mental, crescimento econômico sustentável com mudança do modo de produção e de consumo, bem como respeito aos compromissos relativos à biodiversidade e aos cuidados com o meio ambiente.

Merece destaque na parte relativa à prescrição o parágrafo 30 que assim reza: *Exortamos firmemente os Estados a se absterem de promulgar e aplicar qualquer medida unilateral econômica, financeira ou comercial que violem o direito internacional e a Carta das Nações Unidas e que impeçam o pleno desenvolvimento econômico e social, particularmente em países em desenvolvimento.* Tendo em conta que a resolução foi aprovada por consenso, o mais provável é que tenha sido durante um momento de sonolência irrefreável ou de cinismo incontido. Em qualquer hipótese não faz diferença. As declarações e as ações são como linhas paralelas na geometria euclidiana: nunca se encontram, e quando o fazem, não é naquela geometria, conhecida de todos.

À longa prescrição seguem 2 parágrafos que asseguram que haverá um seguimento e monitoramento. Muito bem, é preciso saber se a vontade afrouxa, se há desvios que não levam a nada, ou se há abandono de caminhos acordados. Eventuais correções de rumo se fazem preciso. Como a *mobillette* de Estelle, que desequilibrada caiu ao chão.

Os 5 parágrafos seguintes, reunidos sob o título “Chamado à ação para mudar o nosso mundo”, são certamente os mais inspiradores e bonitos que tenham sido produzidos nas Nações Unidas. Destaco a seguir as mensagens mais importantes, sintetizadas da seguinte maneira: *Há 75 anos, líderes de uma geração anterior se uniram para criar as Nações Unidas. Das cinzas e divisões e dos valores de paz, diálogo e cooperação internacional urdiram esta Organização. Hoje, tomamos uma decisão de enorme significado histórico. Resolvemos criar um futuro melhor para todos, incluindo os que foram privados de levar uma vida decente, digna e gratificante para cumprir o potencial humano. Podemos ser a primeira geração a acabar com a pobreza, assim como podemos ser os últimos que terão a chance de salvar o planeta. O que anunciamos hoje é um mapa de caminho. “Nós os povos” marcam as palavras iniciais da Carta das Nações Unidas. Hoje, “Nós os povos” estamos embarcando no caminho para 2030 – Governos, parlamentos, o sistema Nações Unidas e outras instituições internacionais, autoridades locais, povos autóctones, sociedade civil, setor empresarial e privado, comunidade científica e acadêmica, todos enfim. Esta é uma agenda dos povos, pelos povos e para os povos. O futuro da humanidade*

está em nossas mãos. Cada um de nós deverá assegurar que a jornada seja exitosa e que os seus ganhos sejam irreversíveis.

Que sopro é esse que dá sentido a esses parágrafos que arrematam a importância do enorme desafio que se tem pela frente? O *nós* que reúne a todos, de todos os tempos, do grito primordial, do primeiro olhar à abobada celeste, à curiosa fauna e à imortalização das figuras rupestres, Bach, Beethoven e Mozart, mas também os que deixaram rastros de dor e violência incompreensíveis. *Nós*, todos *nós*, porque aqui trata-se de garantir o desdobramento do fator humano, esse curioso nó de possibilidades que parece nunca se esgotar.

Longe daqui Estelle chega a sua casa. Encosta a sua *mobillette* debaixo de uma árvore e antes de entrar, lança um olhar ao céu estrelado de UH. Que dignidade há nessas estrelas que brilham indiferentes ao drama do tempo.

O Presidente do ECOSOC, como num ritual enigmático lembra a todos o tema escolhido para este ano: *Retomada sustentável e resiliente (a palavra de moda) da pandemia da Covid-19 que promova as dimensões econômica, social e de meio ambiente do desenvolvimento sustentável: construindo um caminho efetivo e inclusivo para alcançar a Agenda 2030 no contexto da década de ação e entrega para o desenvolvimento sustentável*. É preciso fôlego de nadador para ler o tema escolhido. É também preciso inteligência sobrenatural para entender do que se trata, mas é mais que provável que tenha a ver com o apoio continuado à Agenda 2030 no meio da pandemia da Covid-19, que tudo perturbou, inclusive os pobres neurônios.

O Foro Político de Alto Nível, recordou o Presidente, explorou as diferentes ações que os Estados podem desencadear para a recuperação da pandemia, bem como continuar no curso para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são aqueles propostos ao final da resolução “*Transformando o nosso mundo*” acima. A Declaração, que é a expressão verbal do Foro Político de Alto Nível reconhece que a pandemia acentuou as vulnerabilidades e inequidades, pôs a descoberto as fragilidades, aumentou os riscos e os desafios. A razão de ser da Agenda 2030, o desafio de erradicar a pobreza até aquela data, parece cada vez mais improvável diante dos sucessivos tropeços políticos e econômicos que levaram, este ano, ao aumento da pobreza em mais 124 milhões de pessoas.

A Declaração faz menção à necessidade de expandir rapidamente a capacidade global de produção de vacinas e explorar parcerias que envolvam governos, comunidades, sociedade civil, academias e o setor privado. Não é preciso fazer registro à menção na Declaração ao apoio ao ACT-T e à COVAX Facility, que é coisa de ofício.

O novo é a menção à expansão global da capacidade de produção de vacinas, inclusive nos países em desenvolvimento, por meio da disseminação de tecnologias e know-how. A ênfase na inclusão dos países em desenvolvimento e a disseminação de tecnologias e know-how é uma novidade promissora. O que segue, contudo, é um poderoso freio, pois diz-se que a disseminação terá que ser de acordo com as regras da OMC, essa Organização que parece trabalhar contra o espírito dos fundadores das Nações Unidas e dos promotores do sonho de um mundo melhor, formulado na Agenda 2030. Tudo não parece perdido, pois a seguir, sem ponto, como num cabo de guerra, puxam com força para o uso das flexibilidades, compartilhando conhecimentos e dados. E arrematam com apoio às discussões no âmbito da OMC sobre a possibilidade de esse sistema contribuir para uma distribuição mais equitativa de vacinas para a Covid-19.

De todos os parágrafos da Declaração, esse, o número 7, é talvez o que melhor exhibe as tensões e as diferenças. Nada está decidido, mas parece claro que nenhum dos lados sairá sem perdas e dores. Como Estelle, que à luz fraca de sua casa, pôde medir o dano em seu corpo e pesar a dor que a incomodava, mas que certamente seria menor, muito menor das que já carregava. Mundo melhor? A *mobilette* teria que ser consertada em algum momento. O eixo dianteiro estava ligeiramente deslocado, impedindo a roda de girar em um círculo perfeito.

No encerramento da sessão do Foro Político de Alto Nível, o Presidente deixou constância de que, enquanto a pandemia continua a produzir impacto no mundo, especialmente nos países em desenvolvimento, houve, ao longo dos 10 dias de debates no Foro, um chamamento claro para a solidariedade global. Nesse contexto reiterou que há consenso de que o acesso equitativo e universal a vacinas é um imperativo moral. A qualificação do acesso naqueles termos como um imperativo moral deveria bastar por si só, pois não há nada mais forte para recomendar a ação humana. Como os que redigiram o texto provavelmente frequentam com mais intimidade foros políticos e econômicos que os da vã filosofia, sentindo-se talvez inseguros com o que acabavam de escrever acrescentaram que aquele acesso sem travas seria a única forma de superar a pandemia e de oferecer condições para a recuperação global, sustentável e resiliente (outra vez a palavra de moda), como se fosse preciso estimular almas recalitrantes a investir na Agenda 2030, que é um *de minimis*.

Cinco dias após o encerramento do Foro Político de Alto Nível, na quarta-feira, dia 21 de julho, as Nações Unidas celebraram a data comemorativa do aniversário de Nelson Mandela, esse gigante que ofereceu ao mundo o seu testemunho do verdadeiro sentido da liberdade.

Discursando perante a Assembleia Geral das Nações Unidas por ocasião da sessão informal dedicada ao Dia Internacional Nelson Mandela, a vice-Secretária Geral da Organização, a Senhora Amina Mohammed, recordou o termo *ubuntu* na língua suaíli, usada por Mandela para expressar o seu pensamento, segundo o qual a liberdade não é meramente o livrar-se das correntes que nos mantêm presos, mas o viver de maneira a engrandecer a vida dos outros. Como aquele parágrafo 30 da resolução *Transformando o nosso mundo*, que exorta a todos a se absterem de agir de maneira a frustrar a realização da dignidade humana.

A sessão do ECOSOC dedica à realização do Foro Político de Alto Nível é especial na medida em que permite examinar o progresso do compromisso de fazer um mundo melhor. Como qualquer empreendimento humano, o progresso não é linear e sem idas e vindas incertas, alimentando dúvidas, que alguns desavisados lançam nos livros de contabilidade como dívidas. A tribo que frequenta o ECOSOC e o Foro certamente tem boa vontade de seguir adiante e tentar alcançar os ODS a tempo. Infelizmente, no entanto, não é essa a tribo que decide.

Todos estamos presos a correntes, mas alguns, ademais, não conseguem ver a necessidade de transformar o nosso mundo, que dizem é coisa de almas jovens, sem vivência. Talvez, mas em UH, Estelle e sua *mobilette* já deixaram a juventude para trás, olhando a dignidade daquelas magníficas estrelas.

Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

Organização Mundial da Saúde (OMS)

A OMS assinou um acordo com o Comitê Paralímpico Internacional (IPC) para fomentar a diversidade e a equidade dos portadores de deficiência que é uma questão global de saúde pública e afeta cerca de 15% da população mundial. Esse problema tem crescido devido a mudanças demográficas, incluindo o envelhecimento populacional e o aumento global das condições crônicas de saúde, com maior prevalência em países de baixa renda. Apenas 1 em cada 2 pessoas com deficiência pode pagar por cuidados de saúde, incluindo serviços de reabilitação; e 1 em cada 10 têm acesso à tecnologia assistiva. Durante a pandemia da COVID-19 as pessoas portadoras de deficiência têm riscos aumentados de contrair o COVID-19 e desenvolver quadros graves. No Brasil as informações sobre o Comitê, inclusive sobre o Centro de Treinamento Paralímpico pode ser acessado no link: <https://www.cpb.org.br/>

Foi lançado um novo painel global sobre equidade de vacinas COVID-19 que combina informações sobre a vacinação da COVID-19 com os dados socioeconômicos e demonstra que a aceleração e a equidade vacinal são fundamentais para salvar vidas e para uma recuperação mais rápida e mais justa da pandemia. O painel constatou que se os países de baixa renda tivessem a mesma taxa de vacinação que os países de alta renda adicionariam US\$ 38 bilhões ao PIB de 2021. Assim, fica claro que a desigualdade vacinal da COVID-19 terá um efeito discriminatório sistêmico com um impacto duradouro e profundo na recuperação socioeconômica em países de baixa e baixa renda. A aceleração na ampliação da fabricação o compartilhamento de doses de vacinas com países de baixa renda é urgente para que a vacinação seja semelhante às dos países de alta renda. Outro tema que o painel explora é a pressão que o custo da vacinação da COVID-19 pode gerar sobre os sistemas de saúde frágeis e prejudicar a imunização de rotina e os serviços essenciais de saúde, causando aumentos alarmantes de sarampo, pneumonia e diarreia. Achim Steiner, administrador do PNUD ressalta que o impacto social, econômico e de saúde é especialmente maior para as pessoas mais vulneráveis e marginalizadas e que de forma geral a desigualdade vacinal ameaça todos os países e corre o risco de reverter o progresso conquistado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O painel é facilitado pelo Plano de Ação Global para Vidas Saudáveis e Bem-Estar para Todos (ODS3 GAP) e visa melhorar a colaboração em todo o sistema multilateral para apoiar uma recuperação equitativa e resiliente da pandemia e impulsionar o progresso em direção a Agenda 2030 e os ODS relacionados à saúde. Ele pode ser acessado no link: <https://data.undp.org/>

Foi realizada a primeira reunião do grupo de trabalho sobre fortalecimento da preparação da resposta a emergências de saúde que deve fazer a avaliação dos benefícios do desenvolvimento de uma convenção da OMS, acordo ou outro instrumento internacional sobre preparação pandêmica e preparar um relatório que será considerado na sessão especial do Assembleia de Mundial de Saúde. O Grupo deve considerar as conclusões e recomendações do Painel Independente para Preparação e Resposta Pandêmica, do Comitê de Revisão do IHR e do Comitê Independente de Supervisão e Assessoria para emergências em saúde da OMS além dos trabalhos relevantes da OMS, incluindo o decorrente da resolução WHA73.1 (2020) e da decisão EB148(12) (2020) e o trabalho de outras organizações, agentes não-estatais e quaisquer outros relevantes informação. O método de trabalho proposto contempla decisões por consenso e

participação ampla dos estados-membros e outros agentes considerados de importância podendo convidar as Nações Unidas e outros organismos intergovernamentais, agentes não estatais, especialistas individuais e quaisquer outras partes interessadas relevantes para participar de reuniões do Grupo de Trabalho, ou partes do mesmo, ou para introduzir os tópicos de discussão de acordo com as políticas, práticas e práticas relevantes da OMS.

O Grupo de Trabalho terá uma secretaria com seis oficiais (dois Co-Presidentes e quatro vice-Presidentes), um de cada região da OMS e poderá estabelecer subgrupos ou consultas específicas quando necessário. Maiores detalhes estão disponíveis no link: https://apps.who.int/gb/wgpr/e/e_wgpr-1.html

A UNICEF e a OMS lançaram um documento para a Pré-Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU que se realiza de 26 a 28 de julho na Itália e virtualmente.

A reunião é uma prévia da Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU que se realizará em setembro (<https://www.un.org/en/food-systems-summit>). Ela serve como a reunião preparatória para o evento global, reunindo diversos atores de todo o mundo para uma visão comum e um tom de ambição ousada e compromisso com a ação. Durante o Pré-Summit serão apresentadas as últimas bases de evidências e abordagens científicas, se buscará fortalecer as coalizões para a ação e a mobilizar de novos financiamentos e parcerias.

Por meio da Pré-Cúpula, a Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU reafirmará seu compromisso de promover os direitos humanos para todos e garantir que todos, em todos os lugares, tenham a oportunidade de participar. O evento é aberto a todos, com um pequeno componente presencial no contexto do COVID-19, complementado por um vasto programa virtual e plataforma. Quem quiser assistir pode fazer o registro na página do evento <https://www.unfoodsystems.org/registration/>

O tema da crise alimentar mundial tem levado a uma tripla carga de riscos: desnutrição e desperdício, deficiências generalizadas de micronutrientes e uma crescente prevalência de sobrepeso e obesidade. 1 em cada 3 crianças tem problemas de desenvolvimento físico associado à desnutrição e 2 em cada 3 não têm acesso às dietas mínimas e diversas que precisam para crescer, desenvolver e aprender. Esse é o resultado das mudanças nos sistemas alimentares globais que fazem com que os alimentos mais nutritivos e seguros sejam muito caros ou inacessíveis para milhões de famílias. Assim, cada vez mais, a população recorre a alimentos processados que são acessíveis, amplamente disponíveis e agressivamente comercializados, mas muitas vezes ricos em açúcar, gorduras e sal em quantidades que fazem mal a saúde. A nota conjunta alerta para a “combinação tóxica de aumento da pobreza, desigualdade, conflito, mudanças climáticas e COVID-19 que ameaça os sistemas alimentares e o bem-estar nutricional das crianças, especialmente as das comunidades e famílias mais pobres e vulneráveis.

A UNICEF e a OMS pedem aos governos e aos tomadores de decisão que incluam:

- incentivos a dietas saudáveis através de políticas de preços, incluindo subsídios para reduzir o preço de alimentos nutritivos, como ovos, laticínios, frutas, legumes e grãos integrais, ou impostos para aumentar o preço de opções não saudáveis.
- Melhoria da qualidade nutricional dos alimentos por meio da fortificação obrigatória de alimentos básicos com micronutrientes essenciais, a redução do sódio e do açúcar e a eliminação de gorduras trans produzidas industrialmente em alimentos processados.

- O uso da aquisição pública de alimentos como alavanca para promover dietas saudáveis e impulsionar sistemas alimentares sustentáveis, por exemplo, através de escolas, locais de trabalho, hospitais e programas de proteção social.
- Proteger as crianças dos impactos nocivos da comercialização de alimentos e bebidas não saudáveis por meio de medidas regulatórias reforçadas e melhor aplicação.
- Proteger e apoiar mães e cuidadores para amamentar seus bebês de forma ideal, incluindo proteção materna e licença parental, e a implementação do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do leite materno.
- Colocando em prática políticas e práticas de rotulagem nutricional obrigatórias e fáceis de entender para ajudar crianças e famílias a fazer escolhas mais saudáveis com as informações certas.
- Apoiar a alimentação saudável e as práticas alimentares através dos sistemas de alimentação, saúde, educação e proteção social com estratégias de comunicação fáceis de entender, coerentes e memoráveis.

De 26 julho a 6 de agosto de 2021 se realiza a Décima quarta Sessão do Grupo de Trabalho I e a quinquagésima quarta Sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) que é o órgão das Nações Unidas para avaliar a ciência relacionada às mudanças climáticas. A atividade central dessa sessão será a do Grupo de trabalho I que deve aprovar o conteúdo da contribuição desse grupo ao Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do IOCC. O AR6 tem contribuições dos Grupos de Trabalho: Grupo de Trabalho I que se dedica a análise da ciência da física do clima e da mudança climática, o Grupo de Trabalho II que avalia os impactos, a adaptação e a vulnerabilidade, incluindo um capítulo sobre saúde e o Grupo de Trabalho III que analisa a mitigação/atenuação.

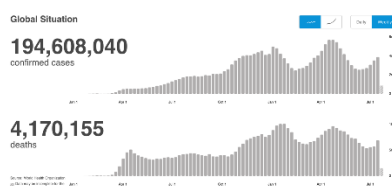
Essa avaliação do IPCC terá um foco maior em soluções, informações regionais e maior integração entre os grupos de trabalho. Todos os relatórios deste ciclo abrangem o tema das cidades e as mudanças climáticas, o qual será um tema de um relatório especial em 2022.

O Documento do Grupo de Trabalho I conta com 234 autores e editores e mais de 70 mil revisores entre especialistas e representantes de governos. Tem mais de 14.000 citações e documento final deverá ser aprovado por mail de 3 mil funcionários e representantes de governos. Os Grupos de Trabalho II e III contam com números semelhantes de autores, revisores e representantes de governos, incluindo um autor principal do capítulo de saúde da Fiocruz. Detalhes sobre a reunião estão disponíveis no link: <https://www.ipcc.ch/meeting-doc/ipcc-wgi-14-and-ipcc-54/> e do 6º relatório de avaliação no link: <https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar6/>







Situação epidemiológica mundial

Globalmente, até 27 de julho de 2021, foram notificados à OMS 194.608.040 casos confirmados de COVID-19, incluindo 4.170.155 mortes. Até 26 de julho de 2021, foram 3.696.135.440 doses de vacina administradas.

Casos COVID-19 e mortes notificados semanalmente segundo a OMS 27/7/21



Situação por Região e País

Name	Cases - cumulative total [📄]	Cases - newly reported in last 24 hours	Deaths - cumulative total	Deaths - newly reported in last 24 hours
Global	194,608,040	410,645	4,170,155	7,628
Western Pacific	4,287,201	39,582	62,583	434
Africa	4,813,735	19,531	113,646	612
Eastern Mediterranean	12,255,849	64,561	232,235	769
South-East Asia	37,755,175	111,701	554,200	3,218
Europe	59,312,787	104,490	1,213,879	1,096
Americas	76,182,529	70,780	1,993,599	1,499
 United States of America	34,256,255	11,680	605,780	45
 India	31,440,951	29,689	421,382	415
 Brazil	19,688,663	18,129	549,924	476
 Russian Federation	6,172,812	23,032	155,380	779
 France	5,876,269	5,154	110,656	41
 The United Kingdom	5,722,302	24,386	129,172	14



WHO Health Emergency Dashboard WHO (COVID-19) Homepage

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPS)

A declaração da cúpula da OPS sobre a gravidade da situação e urgência de ações para o controle da pandemia teve repercussão internacional e foi publicado pelo jornal New York Times, onde ela asseverou:

"Precisamos de mais vacinas e precisamos delas agora", disse o Dr. Etienne, acrescentando que as doações "são realmente a única maneira de muitos países da nossa região garantirem as doses de que precisam rapidamente".

O governo dos EUA prometeu doar cerca de 12 milhões de doses para a América Latina e o Caribe, e já entregou cerca de 4,5 milhões de doses para Honduras, El Salvador, Bolívia e Haiti.

As autoridades também esperam receber doses da Espanha e do Canadá, e estão otimistas de que outros, incluindo a França, se juntarão ao esforço de doação.

"Queremos elogiar todos os países pelo compartilhamento de vacinas com nossa região, mas a verdade é que precisamos de mais", disse a Dr. Etienne. "Por favor, não espere até que você tenha doses excedentes. As vacinas não são um privilégio para poucos, elas são um direito de todos."

Informe sobre as atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU e dos Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

No relacionado aos trabalhos do Conselho de Direitos Humanos - CDH e do Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos – OHCHR da ONU, destaco no período os seguintes temas:

1 - Informação sobre os trabalhos do OHCHR relacionados ao Direito ao Desenvolvimento <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Development/Pages/DevelopmentIndex.aspx>, com vistas às comemorações dos 35 anos da sua Declaração e suas relações com os ODS. Destacando sua relevância para afetar aos determinantes sociais da saúde, em particular em tempos de Pandemia;

2 - Informe geral das deliberações adotadas na 47ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, com destaque para a criação do Mecanismo de Especialistas para analisar o racismo relacionado às forças policiais e à aplicação da Lei e a demanda para a realização de eventos regionais globais para o debate sobre o Direito ao Desenvolvimento, além de decisões em torno à mudança climática e suas implicações nos Direitos Humanos, o fortalecimento da participação social junto ao CDH e demais mecanismos de Direitos Humanos, à saúde materno-infantil, ao tratamento de HIV-AIDS e sobre a violência contra as mulheres e contra os migrantes. Destaca-se o deterioro geral dos Direitos Humanos no contexto da Pandemia, criando novas barreiras para o alcance dos ODS em 2030;

3 - Consulta pública global sobre a proposta de texto do Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento - até 20 de agosto de 2021. Extratos de todos esses documentos e seus links estão traduzidos para o português no corpo deste informe.

No âmbito da Sociedade Civil Global, continuam as lutas pela eliminação das patentes para vacinas e demais produtos de interesse para a saúde, e contra as barreiras que perpetuam o apartheid social e as iniquidades em geral que encontram nova expressão global neste trans pandêmico. Em contraponto ao movimento pelo acesso às vacinas e como expressão de tensões sociais e políticas crescentes, são dignas de nota as mobilizações de protesto contra restrições de circulação e introdução de passaportes vacinais e obrigação para vacinação de vários setores laborais que ocorreram na Europa no fim de semana de 24 e 25 de julho, como expressões de movimentos complexos e cujo alcance ainda teremos que examinar com mais cuidado. Seguem as preocupações pela Vida dos ativistas pelos direitos humanos em geral e pela saúde em particular (ilustrada pela mobilização em apoio à liberação de Shatha Odeh, membro do Conselho Diretor Global do Movimento pela Saúde dos Povos – PHM , presa pelas Forças de Ocupação israelenses em 7 de julho).

Mas no período, também ganharam mais força e visibilidade, outros três temas relacionados como os direitos das populações, fortemente afetados na Pandemia e sob enorme pressão das políticas neoliberais: 1. a insegurança alimentar e nutricional com um importante conflito em torno à reunião de cúpula da ONU sobre os sistemas alimentares e seu domínio por parte da indústria e do filantropocapitalismo, com forte reação dos movimentos sociais organizados gerando protestos em Roma

(<http://confini.blog.rainews.it/2021/07/22/il-tradimento-del-vertice-onu-sui-sistemi-alimentari-intervista-a-nicoletta-dentico/> e <https://www.csm4cfs.org/hundreds-of-grassroots->

[organizations-to-oppose-the-un-food-systems-summit/
https://www.youtube.com/watch?v=xO4f-kQePBQ](https://www.youtube.com/watch?v=xO4f-kQePBQ)); 2. o crescente conflito sobre a mercantilização da água, com a chamada de mobilização para o Fórum Mundial Alternativo da Água em Dakar em 2022; 3. o impacto crescente e avassalador da crise ambiental e climática, exigindo medidas drásticas se quisermos frear o que pode ser o próximo desastre planetário de consequências ainda mais severos que a Pandemia <https://umagotanooceano.org/nossa-batata-esta-assando/> . Frente a essas crises sobrepostas a resposta da hegemonia neoliberal e' acelerar as políticas de sobre-exploração humana e ambiental, com o Grande Reset propondo apenas acelerar os conhecidos processos de destruição mediante políticas de austeridade, com desproteção social e dos ambientes, com restrição dos espaços cívicos, tornando cada vez mais difícil colocar a voz dos povos nas agendas de decisão e apontando para um caminho de conflitos e explosões sociais.

Preocupados com as desigualdades injustas em crescendo, destacamos o trabalho da Rede das Américas pela Equidade em Saúde (RAES) <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52947> e do SHEM - Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde <https://www.sustainablehealthequity.org/> , o qual completou 1 ano recentemente e constitui uma aliança muito ampla de entidades relacionadas `as instituições Acadêmicas e Profissionais de Saúde Pública com forte diálogo com os espaços formais do Sistema das Nações Unidas. Ambas coalizões mantêm em destaque a preocupação com as crescentes desigualdades / iniquidades que antecederam e se potencializaram com a Pandemia.

Finalmente o debate sobre a governança em Saúde Pública Global, fortemente questionada no contexto pandêmico e arrastando um processo sustentado de debilitamento frente aos interesses do Capital Financeiro e do Filantropocapitalismo, o que nos obriga a refletir de forma crítica frente aos caminhos a seguir (<https://link.springer.com/article/10.1057/s41301-021-00296-y>) apontando uma perspectiva decolonial (<https://www.development-today.com/archive/dt-2021/dt-5--2021/decolonising-covax-a-ugandan-epidemiologists-perspective>). E incluindo uma avaliação profunda sobre o desdobramento dos debates sobre o Tratado sobre Pandemias e a insistência em postergar medidas urgentes para enfrentar a Pandemia ainda em curso através do fortalecimento da aplicação e sanções em torno aos vigentes Regulamentos Internacionais em Saúde, conforme o documento produzido pelo Third World:

<https://twm.my/title2/books/pdf/Proposal%20for%20a%20WHO%20treaty.finaledited.pdf>.

Extratos de documentos sobre os tópicos destacados

1 - Sobre o trabalho do Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos da ONU sobre o Direito ao Desenvolvimento.

<https://www.ohchr.org/EN/Issues/Development/Pages/DevelopmentIndex.aspx>

O objetivo do desenvolvimento é melhorar o bem-estar de cada membro da sociedade. As pessoas não são o como do desenvolvimento - não ferramentas que podem ser exploradas para produzir maior riqueza para elites limitadas. Eles são o motivo. O verdadeiro desenvolvimento gera maior justiça social, não exploração mais profunda; e reduz as desigualdades que ameaçam os direitos humanos fundamentais, em particular daqueles que são marginalizados e pobres. Leia mais sobre porque o Direito ao Desenvolvimento e' uma questão de Direitos Humanos [Read more about why the right to development is a human rights issue](#). O trabalho do OHCHR, Escritório da ONU para o Alto Comissariado para os Direitos

Humanos, sobre o Direito ao Desenvolvimento. Há mais de trinta anos, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento abriu um novo terreno na luta universal por maior dignidade humana, liberdade, igualdade e justiça. Ele pediu que todos os membros da sociedade fossem capacitados a participar plena e livremente em decisões vitais. Exigia igualdade de oportunidades e a distribuição equitativa dos recursos econômicos - inclusive para pessoas tradicionalmente descapacitadas e excluídas do desenvolvimento. As Nações Unidas desempenharam um papel fundamental durante o surgimento e desenvolvimento do direito ao desenvolvimento, antes e depois da aprovação da Declaração. Tem feito isso através do apoio ao diálogo político, uma série de forças-tarefa, grupos de trabalho e mecanismos especializados, advocacia, pesquisa e análise, engajamento e parceria da sociedade civil. Leia mais sobre o Trabalho do Alto Comissariado sobre o Direito ao Desenvolvimento. [Read more about OHCHR's work on the right to development.](#)

Documentos de Referência

A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, publicada em 1986

A Declaração descreve como todos, sem distinção, têm direito a uma ordem social e internacional na qual os direitos e liberdades estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos podem ser plenamente realizados. Leia mais sobre a Declaração: [Declaration](#) | Text of the Declaration (PDF): [English](#) | [Español](#) Perguntas frequentes [Frequently Asked Questions](#), [Fact sheet No.37](#) (2016) PDF: [English](#) | [Español](#) . e-Book sobre o Direito ao Desenvolvimento [Realising the Right to Development e-Book](#):

Uma compilação de ensaios para comemorar os 25 anos da Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento. Últimos relatórios, publicações e recursos: Progresso anual, foco em países menos desenvolvidos e na pandemia COVID-19 (2020): Uma visão geral das atividades da OHCHR sobre a promoção e realização do direito ao desenvolvimento entre junho de 2019 e maio de 2020. O relatório também contém uma análise da implementação do direito ao desenvolvimento em países menos desenvolvidos, levando em conta os desafios existentes, inclusive no contexto da pandemia coronavírus (COVID-19) e recomendações sobre como superá-los. [View report page](#) | View document [A/HRC/45/21](#) . Progresso anual, foco no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (2019): Um panorama das atividades da OHCHR sobre a promoção e realização do direito ao desenvolvimento realizado entre junho de 2018 e maio de 2019. O relatório também fornece uma análise da implementação do direito ao desenvolvimento, com base nas metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 e leva em conta o trabalho realizado por e para o Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento e outros mecanismos de direitos humanos. [View report page](#) | View document [A/HRC/42/29](#) . Introdução ao Direito ao Desenvolvimento e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2018) PPT:

[Englishhttps://www.ohchr.org/EN/Issues/Development/Pages/CFI-Draft-Convention-Right-to-Development.aspx](https://www.ohchr.org/EN/Issues/Development/Pages/CFI-Draft-Convention-Right-to-Development.aspx)

2 - Informe das conclusões e encaminhamentos da 47ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU Maio- Junho 2021.

<https://www.ungeneva.org/en/news-media/meeting-summary/2021/07/le-conseil-des-droits-de-lhomme-clos-les-travaux-de-sa-quarante>

O Conselho de Direitos Humanos concluiu sua 47ª sessão ordinária após a aprovação de 25 resoluções e duas decisões, criando um mecanismo especializado independente sobre o racismo sistêmico na aplicação da lei e estendendo mandatos sobre a Eritreia e a Bielorrússia. O Conselho encorajou a continuação das discussões sobre a possível criação de um novo procedimento especial sobre as mudanças climáticas e os direitos humanos. O Conselho decidiu criar um mecanismo internacional independente de especialistas, composto por três especialistas com aplicação da lei e expertise em direitos humanos, a ser nomeado pelo Presidente do Conselho de Direitos Humanos, a ser apoiado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a fim de promover a agenda de mudanças transformadoras para a justiça racial e a igualdade no contexto da aplicação da lei globalmente, especialmente quando se relaciona com os legados do colonialismo e do comércio transatlântico de escravos em africanos escravizados, e para contribuir para a responsabilização e reparação das vítimas.

O Conselho encorajou discussões contínuas entre estados e partes interessadas relevantes sobre a possível criação de um novo procedimento especial que aborda o impacto adverso das mudanças climáticas no pleno e efetivo gozo dos direitos humanos. Sobre a situação dos direitos humanos dos muçulmanos Rohingya e outras minorias em Mianmar, o Conselho instou Mianmar a tomar todas as medidas necessárias para reverter e abandonar políticas, diretrizes e práticas que marginalizam os muçulmanos Rohingya e outras minorias. O Conselho decidiu realizar um painel de discussão sobre as causas básicas das violações e abusos dos direitos humanos contra muçulmanos Rohingya e outras minorias em Mianmar em sua quinquagésima sessão regular.

Sobre a situação dos direitos humanos na região de Tigray, na Etiópia, o Conselho expressou grave preocupação com os relatos de graves violações e abusos e violações do direito internacional humanitário e do direito internacional de refugiados supostamente cometidos por todas as partes na região de Tigray desde o início do conflito em 4 de novembro de 2020; e pediu a rápida e verificável retirada das tropas da Eritreia da região de Tigray. Ressaltou a necessidade de responsabilizar todos os responsáveis por violações e abusos dos direitos humanos. Sobre a situação dos direitos humanos na República Árabe Síria, o Conselho enfatizou a necessidade de responsabilização, inclusive para crimes cometidos em relação ao desaparecimento forçado na República Árabe Síria, e ressaltou que a responsabilização foi vital nas negociações de paz e nos processos de construção da paz. Sobre a cooperação e assistência à Ucrânia no campo dos direitos humanos, o Conselho convida o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a continuar a apresentar oralmente aos Estados Membros do Conselho de Direitos Humanos e observadores as conclusões de cada um dos relatórios do Alto Comissariado sobre a situação dos direitos humanos na Ucrânia como parte dos diálogos interativos.

O Conselho também preencheu sete vagas de titulares do Procedimento Especial: Attiya Waris (Quênia) como Especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, particularmente os direitos econômicos, sociais e culturais; Reem Alsalem (Jordânia) como Relator Especial sobre a violência contra a mulher, suas causas e consequências; Gabriella Citroni (Itália) como membro da Europa Ocidental e de outros Estados do Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários; Muluka-Anne Miti-drummond (Zâmbia) como especialista independente sobre o gozo dos direitos humanos das pessoas com albinismo; Ana Brian Nougères (Uruguai) como Relatora Especial sobre o direito à privacidade; Sushil Raj (Índia) como membro dos Estados da Ásia-Pacífico do Grupo de Trabalho de Especialistas em Pessoas de Ascendência Africana; e Miriam Ekiudoko (Hungria) como membro

dos Estados do Leste Europeu do Grupo de Trabalho de Especialistas em Pessoas de Ascendência Africana.

O Conselho aprovou os resultados da Revisão Periódica Universal dos Estados Federados da Micronésia, Líbano, Mauritânia, São Cristóvão e Nevis, Austrália, Santa Lúcia, Nepal, Omã, Áustria, Ruanda, Geórgia, São Tomé e Príncipe, e Nauru. Nazhat Shameem Khan, presidente do Conselho de Direitos Humanos, em suas observações finais, agradeceu aos presentes por sua dedicação e flexibilidade na implementação das muitas medidas extraordinárias que se tornaram necessárias para garantir que o Conselho continuasse seu importante trabalho durante esses tempos difíceis. A 48ª sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos está marcada para 13 de setembro a 1º de outubro de 2021.

Ação sobre Textos sob a Agenda Item Três sobre a Promoção e Proteção de Todos os Direitos Humanos, Direitos Civis, Políticos, Econômicos, Sociais e Culturais, incluindo o Direito ao Desenvolvimento. Em resolução ([A/HRC/47/L.1](#)) sobre o espaço da sociedade civil: COVID-19: o caminho para a recuperação e o papel essencial da sociedade civil, adotado sem votação, o Conselho solicita ao Alto Comissariado para elaborar um relatório, examinando detalhadamente os principais desafios que a sociedade civil enfrenta, tanto on-line quanto off-line, e também examinando as melhores práticas, e também solicita ao Alto Comissário, na elaboração do relatório, que se baseie nas opiniões dos Estados, organizações não governamentais, instituições nacionais de direitos humanos e outras partes interessadas relevantes, incluindo os titulares do mandato do procedimento especial, e apresentar o relatório ao Conselho de Direitos Humanos em sua 51ª Sessão.

Na resolução ([A/HRC/47/L.2](#)) sobre gestão da higiene menstrual, direitos humanos e igualdade de gênero, adotada sem votação, o Conselho decide convocar um painel de discussão sobre gestão da higiene menstrual, direitos humanos e igualdade de gênero em sua quinquagésima sessão, convidando Estados, organizações da sociedade civil, agências das Nações Unidas, mulheres e meninas e outras partes interessadas relevantes para abordar a implementação das obrigações dos Estados sob disposições relevantes do direito internacional dos direitos humanos, e discutir desafios e melhores práticas a esse respeito, e solicitar ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos para elaborar um relatório resumido sobre a discussão do painel, e submetê-lo ao Conselho de Direitos Humanos em sua 53ª sessão.

Na resolução ([A/HRC/47/L.3](#)) sobre a realização do gozo igual do direito à educação por todas as meninas, destacando os desafios e barreiras mais importantes que as meninas enfrentam e fornecendo recomendações, para submissão ao Conselho de Direitos Humanos, em sua 50ª sessão, e para fornecer uma atualização oral no seu Conselho em sua 49ª sessão.

Outras resoluções: fortalecimento do direito à educação ([A/HRC/47/L.4/Rev.1](#)); Impacto negativo da corrupção no desfrute dos direitos humanos ([A/HRC/47/L.5](#)); eliminação de práticas nocivas relacionadas a acusações de bruxaria e ataques a rituais ([A/HRC/47/L.9](#)).

Na resolução ([A/HRC/47/L.10/Rev.1](#)) sobre o aprimoramento da cooperação internacional no campo dos direitos humanos, adotado por um voto de 30 votos a favor, 14 contra e 3 abstenções, o Conselho solicita a todos os Estados-Membros e ao sistema das Nações Unidas que explorem e promovam complementaridades entre a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular visando o aprimoramento da cooperação internacional no campo dos direitos humanos. Conclama o Alto Comissariado na implementação e aprimoramento da cooperação internacional no campo dos direitos humanos, propondo também possíveis formas de enfrentar os desafios à promoção e proteção dos direitos humanos, incluindo o direito ao

desenvolvimento, e submeter o relatório ao Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima sessão.

Na resolução ([A/HRC/47/L.12/Rev.1](#)) sobre novas e emergentes tecnologias digitais e direitos humanos, adotadas por um voto de 44 votos a favor, nenhuma contra e 3 abstenções, o Conselho solicita ao Alto Comissariado para convocar duas consultas especializadas, para discutir a relação entre direitos humanos e processos técnicos de definição de padrões para novas e emergentes tecnologias digitais e a aplicação prática dos Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos às atividades das empresas de tecnologia e submeter um relatório, refletindo as discussões realizadas de forma inclusiva e abrangente, ao Conselho de Direitos Humanos em sua 53ª sessão.

Na resolução ([A/HRC/47/L.15](#)) sobre os direitos humanos no contexto do HIV e da AIDS, adotado por um voto de 42 votos a favor, nenhum contra e 5 abstenções, o Conselho instou os Estados a quebrar os ciclos de transmissão do HIV, garantindo que todas as pessoas recebam prevenção, diagnóstico, tratamento, cuidado e apoio adequados ao longo de seus ciclos de vida. Solicitou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que elaborasse um relatório descrevendo as medidas que estão sendo tomadas e recomendando que medidas fossem intensificadas ou iniciadas para cumprir as metas inovadoras sobre os facilitadores da sociedade e apresentar o relatório ao Conselho de Direitos Humanos em sua 50ª Sessão.

Na resolução ([A/HRC/47/L.16](#)) sobre direitos humanos e solidariedade internacional, adotado por um voto de 32 votos a favor, 14 contra e 1 abstenção, o Conselho solicita ao Especialista Independente que continue participando de fóruns internacionais relevantes e grandes eventos com o objetivo de promover a importância da solidariedade internacional na realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente aqueles objetivos relativos às questões econômicas, sociais e climáticas, e convida os Estados-Membros, organizações internacionais, agências das Nações Unidas e outras organizações relevantes a facilitar a participação significativa do Especialista Independente nesses fóruns internacionais e grandes eventos.

Na resolução ([A/HRC/47/L.18/Rev.1](#)) na aceleração dos esforços para eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas: prevenir e responder a todas as formas de violência contra mulheres e meninas com deficiência, adotada sem voto, como revisado oralmente, o Conselho insta os Estados a tomar medidas imediatas e eficazes para responder a todas as formas de violência contra mulheres e meninas, e apoiar e proteger todas as vítimas e sobreviventes, garantindo que a saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos sejam plenamente realizados, inclusive para vítimas e sobreviventes de violência sexual e de gênero, abordando os determinantes sociais e outros determinantes da saúde, removendo barreiras, desenvolvendo políticas impositivas e reforçando as estruturas legais e fortalecendo sistemas de saúde que tornam a qualidade abrangentes serviços de saúde sexual e reprodutiva, informação e educação universalmente acessíveis e disponíveis e inclusivas.

Na resolução ([A/HRC/47/L.19](#)) sobre direitos humanos e mudanças climáticas, adotado por um voto de 46 votos a favor, nenhum contra e uma abstenção como revisado oralmente, o Conselho decide incorporar em seu programa anual de trabalho, a partir de 2023, tempo suficiente, no mínimo uma discussão em painel, para discutir diferentes temas específicos sobre os impactos adversos das mudanças climáticas sobre os direitos humanos, e ainda decide que a discussão do painel terá interpretação e legenda internacional de sinais. O Conselho incentiva as discussões contínuas entre Estados e partes interessadas relevantes sobre a possível criação

de um novo procedimento especial que aborde o impacto adverso das mudanças climáticas no pleno e efetivo gozo dos direitos humanos.

Na resolução ([A/HRC/47/L.22](#)) sobre a promoção, proteção e gozo dos direitos humanos na internet, adotada por um voto de 43 votos a favor, nenhuma contra e 4 abstenções, o Conselho condena inequivocamente todas as violações e abusos de direitos humanos cometidos contra as pessoas por exercerem seus direitos humanos e liberdades fundamentais na internet, e apela a todos os Estados para garantir a responsabilização e os recursos eficazes a esse respeito, de acordo com suas obrigações internacionais. O Conselho solicita ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos para estudar a tendência de paralisações na Internet, analisando suas causas, suas implicações legais e seu impacto sobre uma série de direitos humanos, incluindo direitos econômicos, sociais e culturais, através de consultas robustas com as partes interessadas e com base em relatórios anteriores e apresentar um relatório ao Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima sessão.

Na resolução ([A/HRC/47/L.23/Rev.1](#)) sobre mortalidade materna evitável e morbidade e direitos humanos, adotados sem votação, o Conselho insta os Estados a garantir a disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade dos serviços de saúde, incluindo saúde mental e serviços psicossociais e serviços de saúde sexual e reprodutiva, livres de coerção, discriminação e violência, para garantir a continuidade dos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Na resolução ([A/HRC/47/L.24](#)) sobre a contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos, adotado por um voto de 31 votos a favor, 14 contra e 2 abstenções, o Conselho solicita ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a organização de uma série de seminários regionais, um para cada uma das cinco regiões geográficas, antes da 53ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, sobre a contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos, a fim de permitir que os Estados-Membros, agências e programas relevantes das Nações Unidas, fundos e programas, organizações internacionais e regionais, instituições nacionais de direitos humanos, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas identifiquem desafios e lacunas e compartilhem boas práticas e experiências nesse sentido.

Na resolução ([A/HRC/47/L.26](#)) sobre os direitos humanos dos migrantes, adotado sem votação, o Conselho incentiva estados e organizações regionais e internacionais a reforçar sua cooperação com o Relator Especial sobre os direitos humanos dos migrantes. O Conselho ainda incentiva os Estados a incluir, conforme apropriado, informações sobre a implementação de suas obrigações internacionais relativas aos direitos humanos dos migrantes em seus relatórios nacionais submetidos ao Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal do Hum um Conselho de Direitos e para os órgãos do tratado.

Na resolução ([A/HRC/47/L.27](#)) sobre o impacto das transferências de armas sobre os direitos humanos, adotadas sem votação, o Conselho insta todos os Estados a se absterem de transferir armas quando avaliarem, de acordo com as leis domésticas, regulamentos e procedimentos e compromissos internacionais aplicáveis, que há um risco claro de que tais armas possam ser usadas para cometer ou facilitar violações graves ou abusos do direito internacional de direitos humanos ou graves violações do direito internacional humanitário. O Conselho também solicita ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que prepare, em consulta com Estados, agências das Nações Unidas e outras partes interessadas relevantes, um relatório analítico sobre boas práticas, lições aprendidas e desafios enfrentados

pelos Estados na prevenção, mitigação e enfrentamento do desvio de armas e transferências de armas não regulamentadas ou ilícitas que tenham um impacto particular no gozo dos direitos humanos por crianças e jovens e o papel dos sistemas de controle nacionais como mecanismos eficazes nesse sentido, e apresentar o relatório ao Conselho de Direitos Humanos em sua 51ª sessão.

Ação sobre Resolução sob a Agenda Nove sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Relacionadas de Intolerância, Acompanhamento e Implementação da Declaração de Durban e Programa de Ação, ([A/HRC/47/L.8/Rev.1](#)) sobre a promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos africanos e de pessoas de ascendência africana contra o uso excessivo da força e outras violações dos direitos humanos por parte dos agentes da lei através de mudanças transformadoras para a justiça racial e a igualdade, adotadas sem votação (como revisado oralmente), o Conselho decide estabelecer um mecanismo internacional independente de especialistas, composto por três especialistas com a aplicação da lei e a expertise em direitos humanos, a serem nomeados pelo Presidente do Conselho de Direitos Humanos, a serem apoiados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a fim de mecanismo investigará as respostas dos governos a protestos pacíficos contra o racismo e todas as violações do direito internacional dos direitos humanos e contribuirá para a responsabilização e reparação das vítimas. O Conselho solicita ainda ao Alto Comissário e ao mecanismo internacional de especialistas independentes que apresentem ao Conselho, anualmente, a partir da 51ª sessão, seus respectivos relatórios escritos, em conjunto durante um diálogo interativo aprimorado, que priorize a participação de indivíduos e comunidades diretamente afetados, incluindo vítimas e suas famílias, e transmita seu relatório anual à Assembleia Geral. Promover a agenda de mudanças transformadoras para a justiça racial e a igualdade no contexto da aplicação da lei globalmente, especialmente quando se relaciona com os legados do colonialismo e do comércio transatlântico de escravos em africanos escravizados, e contribuir para a responsabilização e reparação das vítimas.

<https://undocs.org/A/HRC/47/L.24> Resolução: A contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos - o Conselho de Direitos Humanos: 13. Solicita ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a organização de uma série de seminários regionais, um para cada uma das cinco regiões geográficas, antes da cinquenta terceira sessão do Conselho de Direitos Humanos, sobre a contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos, a fim de permitir aos Estados-Membros, agências relevantes das Nações Unidas, fundos e programas, organizações internacionais e regionais, instituições nacionais de direitos humanos, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas para identificar desafios e lacunas e compartilhar boas práticas e experiências nesse sentido; 14. Solicita ao Secretário-Geral que forneça aos referidos seminários regionais todos os recursos necessários aos serviços e instalações, e solicita ao Alto Comissariado que ela prepare um relatório resumido sobre as discussões realizadas nos seminários e apresente o relatório ao Conselho de Direitos Humanos em sua 54ª Sessão.

3 - A pedido do Conselho de Direitos Humanos ([res. 39/9](#)), o Presidente do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Direito ao Desenvolvimento submeteu uma minuta de convenção sobre o direito ao desenvolvimento, incluindo comentários, à 21ª sessão do Grupo de Trabalho ([draft convention on the right to development](#), including [commentaries](#), to the [21st session of the Working Group](#)).

No contexto acima e com o objetivo de facilitar as negociações da convenção, o OHCHR gentilmente convida todos os Estados Membros e Observadores das Nações Unidas, agências

especializadas e outras organizações intergovernamentais com status de observadores, instituições nacionais de direitos humanos com "status A" e ONGs com status consultivo do ECOSOC para enviar comentários e sugestões textuais sobre a convenção. Envie sua submissão até sexta-feira, 20 de agosto de 2021, para r2d@ohchr.org, em inglês e em MS Word ou formato compatível. Todas as inscrições serão disponibilizadas na página web do Grupo de Trabalho. Por favor, note que a Secretaria não tem a capacidade de traduzir submissões recebidas em outros idiomas ou em outros formatos.

4 - Mobilização em apoio à liberação de Shatha Odeh, membro do Conselho Diretor Global do Movimento pela Saúde dos Povos – PHM, presa pelas Forças de Ocupação israelenses em 7 de julho.

Shatha é uma defensora de saúde e direitos humanos há muito tempo e diretora dos Comitês de Trabalho de Saúde da Palestina, que prestam serviços de saúde a mais de 400.000 palestinos em toda a Cisjordânia. Sua prisão ilegal coloca em risco a saúde de muitos durante a pandemia Covid-19. A PHM pede à Organização Mundial da Saúde que intervenha no assunto. Muitas organizações e indivíduos líderes já assinaram a petição. Em nome do PHM, solicitamos que você também endosse a petição ao diretor-geral da OMS até a noite de domingo (25 de julho de 2021): <https://www.surveymonkey.com/r/HBDLKFN>

5 - A traição da Reunião de Cúpula da ONU sobre o Sistema Alimentar Mundial. Entrevista com Nicoletta Denticco – *SID* <http://confini.blog.rainews.it/2021/07/22/il-tradimento-del-vertice-onu-sui-sistemi-alimentari-intervista-a-nicoletta-denticco/>.

As críticas estão crescendo em todo o mundo contra a Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares convocada pelo secretário-geral Antonio Guterres e marcada para Nova York em setembro próximo. Uma cúpula na qual o papel das multinacionais agroindustriais é perigosamente pervasivo e dominante. Existem hoje cerca de 1000 organizações da sociedade civil internacional e regional, associações de pequenos produtores e criadores, comunidades indígenas, especialistas internacionais, bem como representantes do mundo científico e acadêmico que estão se preparando para uma contra-mobilização virtual e presença para formular questões competentes sobre o futuro dos alimentos e expressar sua dissidência por ocasião da pré-Cúpula sobre Sistemas Alimentares a ser realizada em Roma na FAO, de 26 a 28 de julho. Entre as inúmeras mobilizações globais – o programa dos três dias de Contra-Mobilização pode ser encontrado online: Call to action | A Contra-Mobilização das Pessoas para transformar sistemas de alimentos corporativos – CSM (csm4cfs.org) – é enquadrada pela ação do Flash-Mob na capital internacional da alimentação, Roma, que será organizada em frente à sede da FAO, hoje, das 11h às 13h. Para saber o que está em jogo, no "Pré-Cúpula" da próxima semana, entrevistamos Nicoletta Denticco. Nicoletta Denticco é jornalista profissional e chefe do programa global de saúde da Society for International Development. Nicoletta Denticco, em poucos dias, a Pré-Cúpula da ONU sobre "Sistemas Alimentares" acontecerá em Roma (26 a 28 de julho). Antes de falar sobre este evento, gostaria de perguntar: quais vulnerabilidades Covid 19 afetou nos "Sistemas Alimentares"?

Mesmo antes da chegada do Covid-19, os sistemas alimentares tinham todos os ingredientes de uma tempestade perfeita. A receita para a falha sistêmica que cria obesidade e subalimentação ao mesmo tempo. Viemos de décadas de "revolução verde" baseada em fertilizantes e novas verdades híbridas capazes de aumentar consideravelmente a produção, mas o problema da nutrição no mundo não foi resolvido e, de fato, vem aumentando há alguns anos. A revolução verde abriu um vasto mercado para as operações de grandes multinacionais,

e enquanto isso, os alimentos tornaram-se um produto de consumo sujeito a ferozes especulações financeiras. Em suma, a estratégia da revolução verde foi ao mesmo tempo um desastre ecológico e econômico e hoje, devido a esse tipo de colonização agrícola em escala global, um número crescente de pessoas não tem acesso a uma dieta saudável e autodeterminada. Em todos os lugares há um empobrecimento dos recursos naturais (as variedades híbridas consomem mais água), uma destruição dos solos devido ao uso crescente de fertilizantes químicos e pesticidas, uma perda considerável da biodiversidade. Ao mesmo tempo, nos países ricos, o desperdício de alimentos é a regra também por causa de uma hiperprodução perversa e insustentável. A pandemia causou a explosão dessas disfunções estruturais. Mas há outros, ligados a guerras, instabilidade e violência dentro dos países (basta pensar em Tigray). O que eu posso dizer? O aumento estatístico da fome documentado no último relatório SOFI 2021 sobre o estado de segurança alimentar e nutrição no mundo, publicado em 12 de julho, define os extremos de um escândalo de proporções históricas. Os números falam por si só: quase uma em cada três pessoas não teve acesso à nutrição adequada em 2020 – um aumento de 320 milhões de pessoas famintas em um único ano, de 2,05 para 2,37 bilhões. Quais são as vítimas causadas pela pandemia na agricultura? As primeiras vítimas da pandemia em termos de acesso à comida são todas aquelas pessoas que vivem "mão-a-boca", ou seja, aquelas que dependem da economia informal, diária e de rua, de pais e mães que todos os dias jogam tudo e tudo para juntar o pouco que precisam para alimentar a família. As medidas de bloqueio, muitas vezes implementadas poucas horas após seu anúncio, produziram um trauma para centenas de milhões de homens e mulheres no mundo que vivem, literalmente, nesta economia de "pão diário". Na agricultura, mesmo as franjas mais expostas da cadeia produtiva agroindustrial, agricultores e outros, pagaram um preço enorme, que perderam seus empregos quando a globalização parou com a chegada do COVID-19. Mas o COVID-19 permitiu, por outro lado, a germinação de muitas experiências locais de food-commons, muitas vezes com a intenção de responder às necessidades imediatas das pessoas em diferentes comunidades, que hoje permitem reimaginar os sistemas da agricultura e realocá-los como elementos de uma nova sociabilidade para o bem comum pós-capitalista. Há muitas sombras, mas não há falta de luzes.

Vamos falar sobre o Pré-Cúpula. Por que isso é importante? Quais são seus objetivos? A pré-cúpula sobre sistemas alimentares da ONU agendada em Roma no final de julho – da qual a RAI tem falado incessantemente por algumas semanas como parceira de mídia do evento – é uma prévia da cúpula real que acontecerá em Nova York em setembro, em conjunto com a Assembleia Geral das Nações Unidas. A cúpula foi convocada pelo secretário-geral da ONU e tem como objetivo definir uma governança global sobre agricultura e alimentos para enfrentar a emergência da desnutrição global e, em geral, desequilíbrios alimentares, visando a transformação de sistemas alimentares com soluções inovadoras que servirão, segundo eles, para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável – fome zero até 2030. Mas o diabo está nos detalhes. A Cúpula de Sistemas Alimentares em Nova York deve ser uma boa notícia, pois lida com "sistemas alimentares". Após décadas de fracasso flagrante, poderia fazer uma nomeação decisiva para discutir políticas de combate à fome e promover abordagens agroecológicas, capazes de respeitar os direitos do meio ambiente e da saúde. Vale lembrar que o setor agroindustrial globalizado tem um imenso impacto na destruição de florestas e grilagem de terras, fenômenos que colocam em risco o planeta, e também a humanidade. Infelizmente, esta é uma oportunidade perdida, ou pior ainda, um trem que está se movendo completamente na direção errada.

O que há de errado com a Cúpula do Sistema Alimentar da ONU? Muitas coisas não estão certas na organização desta cúpula, desde o início do trabalho. A cúpula nasceu como dissemos como um evento convocado pelo Secretário-Geral da ONU, mas não sob o controle dos Estados. O caminho organizacional que deu forma ao cume é caracterizado por uma opacidade sem precedentes. A falta de transparência que tem despertado muita surpresa e também preocupações animadas, já que o deslumbrante protagonismo do Fórum Econômico Mundial (WEF) em Davos – o círculo privado elitista que reúne as mil maiores corporações globais – fez seu caminho como coorganizado da cúpula. Os centros de interesse reunidos no WEF, desde o primeiro momento, abordaram os conteúdos e estruturaram a agenda. A narrativa oficial fala da sustentabilidade, dos camponeses e comunidades indígenas, até mesmo dos direitos. Mas a realidade é que a Cúpula sobre Sistemas Alimentares marginalizou completamente a estrutura institucional estabelecida na FAO desde 2009, neste caso o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) que prevê a participação de organizações de produtores, povos indígenas, trabalhadores agrícolas, pastores e pescadores. Por essa razão, muitas organizações e associações internacionais historicamente comprometidas com essas questões se dissociaram desse evento, em discordância explícita da chamada "captura corporativa", a influência descontrolada das multinacionais agroindustriais. Esta é a primeira vez que isso acontece, justamente porque o CFS é a instituição intergovernamental mais inclusiva que lida com a política alimentar global.

Quanto os povos contarão nesta Cúpula? No vulgate oficial, como já disse, prevalece uma narrativa muito reconfortante, a ideia da comida como elemento que representa não apenas um alimento, mas nossas tradições e relações sociais. A narrativa oficial fala de envolvimento e participação, de mobilização de cidadanias e comunidades. Mas os infiltrados sabem que este não é o caso. Após várias tentativas de diálogo para corrigir a situação, para compreender pelo menos a lógica da nova abordagem, em dezembro 550 entidades de pequenos produtores e associações de povos indígenas e organizações não governamentais (ONGs), escreveram uma carta ao Secretário-Geral para invocar o uso de um multilateralismo digno do nome, a um verdadeiro caminho democrático. Essas posições têm sido seguidas por outras do mundo acadêmico internacional (<https://www.csm4cfs.org>). Essas iniciativas estão se multiplicando, em um confronto quase irreparável entre aqueles que consideram a comida como um direito e um cume para proteger o ecossistema, e aqueles que a consideram uma mercadoria a ser trocada no mercado. Posições críticas têm sido expressas por escrito até mesmo por representantes do mundo político e científico diretamente envolvidos no trabalho da cúpula, alguns dos quais denunciaram o processo em curso:

<https://ocs.google.com/document/d/1fGP9mMdu-bqsEGfUc6EbRN8LWdN-l7jt8ih9iGGejc/edit> <https://agroecologyresearchaction.org/scientists-boycott-the-2021-un-food-systems-summit/>)

Para os 380 milhões de pessoas representadas por organizações da sociedade civil, as condições não existem para a cúpula, assim concebida, para garantir a inclusão, nem a transformação integral dos sistemas alimentares necessários para conter a crescente crise de fome no mundo, a emergência climática e ambiental. No Pré-Cúpula também haverá Agnes Kalibata. Uma personalidade que está causando discussão, por quê?

Sim, o sinal emblemático da profunda distorção da governança alimentar que esta cúpula interpreta e promove é a designação de Agnes Kalibata, presidente da Aliança para uma Revolução Verde para a África (AGRA)¹, como enviado especial do Secretário-Geral da ONU para esta cúpula. Qual é o problema? Kalibata está completamente fora do sistema da ONU, e

preside uma iniciativa criada em 2006 pela Fundação Rockefeller e pela Fundação Bill & Melinda Gates para resolver os problemas da fome na África com a introdução de monoculturas, produção agrícola para exportação e a introdução de novas tecnologias e sistemas agrícolas no continente projetados por multinacionais como a Monsanto, Syngenta, Microsoft. A presença da AGRA na África está associada a uma redefinição substancial da agenda científica no campo agrícola e à criação de novos mercados, como tentei dizer no meu livro sobre filantropocapitalismo, com sérios danos às realidades camponesas que se preocupam com um sistema alimentar autóctono e sustentável. Além do fato de que a AGRA na África é apenas o último caso do mesmo fracasso, como nos diz o estudioso Tim Wise (<https://www.iatp.org/throwing-good-money-after-bad>), a presença de Kalibata como enviado especial da Cúpula cria sérios problemas de governança alimentar. Queremos dizer que Kalibata é a primeira representação plástica da decisão do Secretário-Geral da ONU de assinar uma aliança com o Fórum Econômico Mundial em junho de 2019. Essa decisão mal considerada pode ter implicações trágicas, ainda não totalmente compreendidas, para o futuro do serviço público a nível global. Falemos da Fundação Gates: Qual o papel do filantropo-capitalismo nessa área? Agnes Kalibata docet. O filantropocapitalismo está no centro de toda essa operação em torno do compromisso de Davos com os sistemas alimentares do futuro. Filantropocapitalismo é o primeiro tecelão da ideia de introduzir grandes negócios no sistema de governança global, o cavalo de Tróia do capitalismo dentro das Nações Unidas. Esta é uma reação do capital às manifestações políticas altermondistas em Gênova em julho de 2001. Um fenômeno que tira a legitimidade democrática das Nações Unidas como um todo, e hoje a partir desta cúpula sobre sistemas alimentares, exatamente vinte anos após a cúpula do G8 em Gênova. Quais são os conflitos de interesse de seus organizadores? Conflitos de interesse estão tão amontoados nesse paradigma... você finge que eles não existem! Não há mecanismos de gestão de conflitos de interesses nas instalações da cúpula. Na filosofia política da cúpula não há a menor atenção aos nós geopolíticos que determinam a fome, como as desapropriações de terras aos pequenos produtores para a criação de plantações e monoculturas, as práticas de acumulação para fins extrativistas, a violência e os conflitos que determinam um empobrecimento generalizado, agora agravado pela pandemia. A despolitização dos nós estruturais da fome é, além disso, o objetivo principal dos organizadores-empresendedores da cúpula. Sabemos que o Papa Francisco está muito preocupado com a agricultura, a ser declinado no sentido da ecologia integral. Que papel está desempenhando o Vaticano? O Vaticano estará presente na pré-cúpula – afinal, não é possível sair de um evento das Nações Unidas realizado em Roma. Mas o Papa Francisco não irá à pré-cúpula, mesmo que os organizadores contassem muito com isso, segundo informações que recebi nos últimos meses. Última pergunta: Como a Itália está se comportando? A Itália, presidente do G20, também se mostra no campo da alimentação – na qual também declama uma tradição única no mundo, justamente – com toda a sua incapacidade de ver com lucidez e compreensão estratégica o que está acontecendo. Governos de todas as cores sempre apoiaram o modelo de agricultura industrial e intensiva que devastou o Vale do Pó, por exemplo, tornando-o a área mais poluída da Europa. O sistema agrícola e alimentar italiano tem muito a perder com uma abordagem tão focada no valor nutricional das dietas, que favorece alimentos fortificados sobre a variedade de dietas tradicionais e cadeias alimentares culturais. A Itália também tem muito a perder com a transformação de sistemas alimentares orientados para a inovação tecnológica e digital. A Itália também tem muito a perder com a transformação de sistemas alimentares orientados para a inovação tecnológica e digital. Finalmente, a Itália tem de perder geopoliticamente como um estado-membro do polo romano das Nações Unidas para as políticas alimentares. Se Davos assumir, a primazia tradicional de Roma será coisa do passado. É por isso

que pedimos ao Parlamento italiano que convoque a prestar contas do que está acontecendo, em total ignorância por parte do mundo político.

6 - Centenas de movimentos populares se opõem à Reunião de Cúpula da ONU sobre Sistemas Alimentares. <https://www.csm4cfs.org/hundreds-of-grassroots-organizations-to-oppose-the-un-food-systems-summit/> <https://www.youtube.com/watch?v=xO4f-kQePBQ>

A sociedade civil e as organizações dos povos indígenas lançam uma contra-mobilização global contra a Pré-Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU de 25 a 28 de julho de 2021 em Roma e online. Roma, Itália. 19 de julho de 2021. Mais de 300 organizações globais da sociedade civil de pequenos produtores de alimentos, pesquisadores e povos indígenas se reunirão online (25 a 28 de julho) para protestar contra a Pré-Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU. A Contra-Mobilização Popular para transformar sistemas alimentares corporativos é a mais recente de uma série de rejeições da Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU (UNFSS), incluindo uma coalizão de cientistas que pediu para boicotá-lo.

A Resposta Autônoma do Povo à UNFSS argumenta que a Cúpula distrai dos problemas reais que o planeta enfrenta nesta conjuntura crítica. Resultado de uma parceria entre a ONU e o Fórum Econômico Mundial (formado pelas 1000 maiores corporações do mundo), a Cúpula é desproporcionalmente influenciada por atores corporativos e carece de mecanismos de transparência e prestação de contas. Desvia energia, massa crítica e recursos financeiros das soluções reais necessárias para enfrentar as múltiplas crises de fome, clima e saúde ([People's Autonomous Response to the UNFSS](#)) Sistemas alimentares globalizados e industrializados falham para a maioria das pessoas, e a pandemia Covid-19 piorou a situação. De acordo com o Relatório das Nações Unidas sobre o Estado de Segurança Alimentar e Nutrição de 2021, o número de pessoas cronicamente desnutridas aumentou para 811 milhões, enquanto quase um terço da população mundial não tem acesso a alimentos adequados. O Sul Global ainda se recupera de Covid-19, revelando as assimetrias de poder estrutural entrincheiradas, fragilidade e injustiça que sustentam o sistema alimentar predominante ([UN Report on the State of Food Security and Nutrition](#)). Mais de 380 milhões de pessoas compõem os movimentos transnacionais de camponeses e agricultores, mulheres, jovens, povos indígenas, pastores, sem-terra, migrantes, pescadores, trabalhadores de alimentos e agricultura, consumidores e inseguros alimentares urbanos aderindo ao protesto. Eles exigem uma transformação radical dos sistemas alimentares corporativos em direção a um sistema alimentar justo, inclusivo e verdadeiramente sustentável. Eles também exigem o fortalecimento dos modelos democráticos de governança alimentar existentes, como o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) das Nações Unidas e o respeito ao seu Painel de Especialistas de Alto Nível (HLPE). O UNFSS ameaça minar a CFS, que é a principal arena de formulação de políticas internacionais intergovernamentais inclusiva. Ao priorizar excepcionalmente uma abordagem baseada em direitos humanos, o CFS fornece um espaço para que os mais afetados tenham suas vozes ouvidas. No entanto, o sistema multilateral das Nações Unidas está sendo sequestrado por interesses corporativos para legitimar um sistema alimentar ainda mais prejudicial, conduzido pela tecnologia e cheio de crises.

Essa contra-mobilização reflete preocupações sobre a direção da Cúpula. Apesar das alegações de ser uma 'Cúpula do Povo' e uma Cúpula de Soluções, a UNFSS facilita maior concentração corporativa, fomenta cadeias de valor globalizadas insustentáveis e promove a influência do agronegócio nas instituições públicas. Soluções falsas divulgadas pela UNFSS incluem modelos fracassados de esquemas voluntários de sustentabilidade corporativa, soluções "positivas da natureza" que incluem tecnologias de risco, como Organismos

Geneticamente Modificados e biotecnologia, e intensificação sustentável da agricultura. Eles não são sustentáveis, nem acessíveis para pequenos produtores de alimentos, e não abordam injustiças estruturais como a captura de terras e recursos, abuso de poder corporativo e desigualdade econômica.

A contra-mobilização paralela compartilhará as realidades dos pequenos produtores e trabalhadores, e suas visões para uma transformação agroecológica baseada em direitos humanos e agroecológicas dos sistemas alimentares, destacando a importância da soberania alimentar, da agricultura sustentável em pequena escala, do conhecimento tradicional, dos direitos aos recursos naturais e dos direitos dos trabalhadores, dos povos indígenas, das mulheres e das gerações futuras. As discussões se concentrarão em soluções reais: regras vinculativas para abusos corporativos, fim do uso de agrotóxicos e agroecologia como ciência, prática e movimento. O programa incluirá as seguintes atividades: 25 de julho de 2021: Um Rally Virtual Global com pequenos produtores de alimentos e vozes das pessoas. 26 de julho de 2021: Uma declaração política seguida de três mesas-redondas públicas sobre o contexto covid-19, as crises de fome e clima e a pressão da Cúpula para a captura corporativa de governança e ciência. 27 de julho de 2021: 15 sessões virtuais sobre alternativas e visões das pessoas sobre sistemas alimentares. 28 de julho de 2021: Um Painel de Encerramento apresentará conclusões preliminares e discutirá formas de desafiar o UNFSS em setembro. Mais informações serão fornecidas durante uma coletiva de imprensa em 22 de julho de 2021 das 13:30 às 14:15 CEST, seguida de uma sessão de Perguntas e Respostas. [Please register here to participate](#). Para o contato de mídia: Marion Girard, oficial de mídia da Sociedade Civil e do Mecanismo dos Povos Indígenas (CSM) para relações com o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) da ONU marion.girard.cisneros@csm4cfs.org **Recursos: Programa e streaming web da Contra-Mobilização: foodsystems4people.org . [Call to action](#) - Chamada à ação lançada em maio de 2021 para coordenar a resposta dos povos à UNFSS. Mais informações [More information](#) sobre as preocupações da Sociedade Civil e do Mecanismo dos Povos Indígenas em relação à UNFSS.**

7 - O 9º Fórum Mundial da Água, "Dakar 2022", acontecerá no Senegal, Dakar, de 21 a 26 de março de 2022 .

O Fórum Mundial da Água (WWF) é organizado a cada três anos pelo Conselho Mundial da Água, órgão de empresas multinacionais. É administrado por personalidades próximas a grandes grupos privados, interessadas na gestão da água que eles consideram ser uma mercadoria, uma fonte de lucro. A última edição do FAME aconteceu em Brasília, em março de 2018, e reuniu mais de 7 mil pessoas. De Brasília, o Rendez-vous é, portanto, dado em Dakar em 2022, para a próxima edição! Vale ressaltar que esta edição estava prevista para 2021, mas devido à pandemia COVID19, foi adiada para 2022. Como lembrete, edições anteriores da FME ocorreram sucessivamente: (Em Florença (Itália) em 2003 (Em Genebra (Suíça) em 2005, (Na Cidade do México (México) em 2006 (Em Istambul (Turquia) em 2009) (Em Marselha (França) em 2012, <http://web.archive.org/web/20120301122947/http://www.fame2012.org/en/>

Em Brasília (Brasil) em 2018 <http://fama2018.org/> Durante a edição de 2012, foi proposta a assinatura de um alvará onde podemos ler em especial o artigo 1º. O Fórum Mundial Alternativo da Água é um espaço de encontro aberto voltado ao aprofundamento da reflexão, ao debate das ideias democráticas, à formulação de propostas, à livre troca de experiências e à articulação com vistas a ações efetivas, corpos e movimentos da sociedade civil que se opõem à exploração capitalista do bem comum que é a água e defendem a gestão ambiental, social e cidadã desse direito, sua preservação e sua distribuição entre os diferentes usos.. A próxima edição é, portanto, esperada em Dakar, Senegal, em março de 2022, tornando Dakar a capital

da água, por cerca de uma semana. Deve-se notar também que dentro de Fóruns Sociais Mundiais, como em Porto Alegre, Caracas, Nairóbi ou Belém, sempre ocorreram fóruns temáticos alternativos. Este evento reúne milhares de pessoas, empresas, Estados e instituições internacionais que se reúnem em torno de diferentes atividades (painéis, conferências, workshops, exposições, intercâmbios, etc.), mas, será um momento de mercados a serem celebrados, de negócios e contratos em torno de questões de água e saneamento. Mas Dakar 2022 também é o ponto de encontro para movimentos sociais e organizações da sociedade civil em todo o mundo que trabalham no direito à água e ao saneamento e que lutam para garantir que a água permaneça um Bem Comum e não como mercadoria à venda. Essas Organizações se reúnem em cada edição do Fórum Mundial da Água em torno do que é comumente chamado de "FAME" - O Fórum Mundial Alternativo da Água. O Fórum Mundial Alternativo da Água (FAME) é, portanto, um evento paralelo ao Fórum Mundial da Água, a cada edição há anos. De Florença em 2003, até Brasília, em 2018, organizações da sociedade civil realizaram e organizaram em cada edição um espaço paralelo, a fim de compartilhar experiências e ideias sobre uma governança alternativa da água como um Bem Comum, que as multinacionais estão tentando transformá-la em uma mercadoria, enquanto água é vida, muitas vezes ouvimos dizer. O Fórum Mundial da Água em Dakar não será exceção. O Fórum Mundial Alternativo de Água (FAME), acontecerá em frente ao WME2022. Sim, Dakar, que sediou o Fórum Social Mundial de 2011, um dos melhores fóruns realizados na África desde o nascimento desse espaço cidadão em 2001, em Porto Alegre, Brasil. Dakar, que também lançou a ideia da Convergência Africana contra a grilagem de terras, em 2014, Dakar que também realizou a primeira conferência pan-africana e internacional sobre cancelamento de dívidas para países do Terceiro Mundo, em 2000; Dakar, onde ocorreu o Fórum de Economia Social e Solidária, e também outros eventos alternativos sob a égide dos movimentos sociais, sim, Dakar também sediará um Fórum Mundial Alternativo de Água (FAME) em 2022, conforme acordado com todas as Organizações da Sociedade Civil do Sul e do Norte. Contexto e justificativa: o Fórum Mundial Alternativo da Água (FAME) é realizado em paralelo com o Fórum Mundial da Água (FME) para afirmar que outra abordagem da gestão é possível. É para lutar contra a lógica de mercantilização da água pronunciada pelas multinacionais com o sistema neoliberal que nasceu o FAME, um fórum organizado simultaneamente na mesma cidade. A FAME defende a concepção da água como um bem comum universal, que não pode ser submetido às lógicas do mercado capitalista. Organizações e ativistas que participam da FAME afirmam que a água deve ser protegida da exploração e da captura, e que seu acesso deve ser garantido como um direito humano nas leis e práticas de sua governança. A participação de cidadãos, comunidades e povos é um elemento crucial para a gestão democrática da água. Esse contra-fórum permite, portanto, que a sociedade civil se una para lutar contra o objetivo de transformar a água em mercadoria, promover a financeirização dos corpos hídricos e dos ecossistemas, privatizar recursos e fazer esse direito humano uma mercadoria. Esse movimento contribuiu, assim, para o reconhecimento pela Assembleia Geral da ONU do "direito à água potável segura e limpa como direito fundamental, essencial para o pleno exercício do direito à vida e de todos os direitos humanos». Em julho de 2010. O Dakar 2022 FAME também se passa em um contexto internacional da crise do VÍRUS CORONA, que lembrou aos tomadores de decisão em todo o mundo que a água é o que faz a vida, pois entre as soluções recomendadas para a pandemia, havia a lavagem das mãos permanentemente. Esse contexto global também é marcado por um enorme e até agressivo impulso das multinacionais na gestão e governança da água, em muitos países africanos ao sul do Saara. Lembramo-nos das diferentes aventuras do último edital internacional do Senegal para a assinatura de um contrato de arrendamento de água em áreas urbanas e periurbanas. O Fórum Social senegalês tinha falado extensivamente sobre isso, e hoje,

a história provou que estava certa, porque, além dos altos e baixos e de todas as suspeitas de irregularidades que ali foram denunciadas, todas as promessas que foram feitas em seu tempo, nunca foram respeitadas até agora, e os sindicatos do setor confirmam isso nas demandas e lutas que levam para garantir que os compromissos assumidos sejam respeitados. Essa lógica de delegar e pegar água na África também existe em outros países cuja gestão desta propriedade é confiada às multinacionais do Norte, com o único objetivo de obter lucros em detrimento das populações. Podemos acrescentar a esse contexto, a questão da gestão delegada da água nas áreas rurais do Senegal, que hoje é objeto de lutas, denúncia de populações que demandam gestão comunitária participativa e buracos de aldeias e das Comunidades. A marcha mundial pelo direito à água proposta por nossos amigos e camaradas indianos seria uma das respostas dos cidadãos aos movimentos sociais. A entrada da UA no mercado de ações em pleno ano pandêmico é um elemento revelador das intenções das multinacionais com o único objetivo de obter lucros em detrimento das populações. Podemos acrescentar a esse contexto, a questão da gestão delegada da água nas áreas rurais do Senegal, que hoje é objeto de lutas, denúncia de populações que demandam gestão comunitária participativa e buracos de aldeias e das Comunidades. A marcha mundial pelo direito à água proposta por nossos amigos e camaradas indianos seria uma das respostas dos cidadãos aos movimentos sociais. A entrada da UA no mercado de ações em pleno ano pandêmico é um elemento revelador das intenções das multinacionais com o único objetivo de obter lucros em detrimento das populações. Podemos acrescentar a esse contexto, a questão da gestão delegada da água nas áreas rurais do Senegal, que hoje é objeto de lutas, denúncia de populações que demandam gestão comunitária participativa e poços para e das aldeias e das Comunidades. S/c Centre Ahmadou Malick Gaye- Ex Centre de Bopp- Bureau Forum social sénégalais – FSS Tel 338251381/ ou 778117563- Email : forumsocialesenegal10@gmail.com

8 - Nossa batata está assando. A crise ambiental e climática se acelera. <https://umagotanooceano.org/nossa-batata-esta-assando/>

Dentre as muitas notícias fortes dos últimos dias relacionadas às mudanças climáticas, uma surpreendeu pelo inusitado. Cerca de um bilhão de mexilhões e ostras foram cozidos pelo calor numa praia. Ah, e isso aconteceu perto de Vancouver, no (outro lado gelado) Canadá. Foi uma triste caldeirada. Também na semana passada, mais de 800 pessoas morreram na província da Columbia Britânica por causa das altas temperaturas – os termômetros canadenses chegaram a marcar 49,6°C na região. Enquanto isso, Alemanha e Bélgica foram atingidas por um temporal de escala amazônica, que deixou um rastro de destruição sem precedentes e, pelo menos, 196 mortos – ainda há centenas de desaparecidos. A China acaba de enfrentar tragédia parecida. Se moluscos acabaram cozidos no litoral canadense e caiu chuva tropical na Europa e na Ásia é porque estamos fritos em qualquer parte do planeta; e pulamos na frigideira por vontade própria. A impressão é de que a coisa está azedando mais rápido no Hemisfério Norte. Não à toa: o lado de lá concentra 87% da população e ocupa 67,3% do território terrestre. A densidade demográfica na Europa e em países asiáticos é altíssima – e, portanto, eles estão mais sujeitos a catástrofes com vítimas. Além disso, é a parte mais rica e industrializada do planeta. Mas os incêndios na Amazônia, no Pantanal e na Austrália, além da temperatura recorde de 18,3°C recentemente registrada na Antártida, são sinais de que o nosso caldo também já está entornando. A temperatura média da América do Sul pode aumentar em quatro graus até o fim do século, caso as emissões de gases de efeito estufa continuem nessa toada. A conclusão é de uma pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas, publicado na revista científica “Earth Systems and Environment”. “A América do Sul e, em particular, o Brasil já mostram sinais das mudanças climáticas, incluindo o aumento das

temperaturas da superfície, mudanças nos padrões de precipitação, derretimento das geleiras andinas e elevação no número e intensidade de extremos climáticos. Essas variações nas características climáticas são precursoras do que pode estar por vir nas próximas décadas”, adverte Lincoln Muniz Alves, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), um dos autores do texto. Entretanto, o governo brasileiro continua fingindo que a casa não está pegando fogo – quando não bota mais lenha na fogueira. O desmatamento segue batendo recordes na Amazônia: em junho foram abaixo 926 km², de acordo com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). O novo relatório da entidade, divulgado nesta semana, mostra que no primeiro semestre de 2021 a floresta perdeu 4.014 km², a maior extensão da década para esse período. Enquanto isso, o Executivo se mantém fiel à sua política antiambiental. Um exemplo de que nada mudou com a saída do ministro Ricardo Salles está estampado em duas notícias recentes: segundo levantamento inédito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde que Bolsonaro assumiu, o total de pagamento de multas por crimes ambientais na Amazônia caiu 93%, em comparação aos quatro anos anteriores; ao mesmo tempo, o Ibama, que teve seu quadro de analistas ambientais reduzido a 26%, pretende preencher apenas 655 vagas das 2.348 existentes. De dez anos para cá, perdeu quase metade de seus funcionários. Matando a galinha dos ovos de ouro. Lincoln Alves também alerta que, caso este cenário permaneça, as secas no sul da Amazônia vão se intensificar, o que afetará diretamente áreas que o próprio governo considera estratégicas: “Se antes chovia dez milímetros em um determinado mês, esse número caiu pela metade. Isso tem impactos nos setores agrícola e de geração de energia, por exemplo, que fazem seus planejamentos com base nos volumes de chuvas”. O mercado de commodities está fervendo, mas com sua fome insaciável o agronegócio pode acabar matando a galinha dos ovos de ouro. Outros estudos recentes avalizam o que diz o pesquisador do Inpe. O primeiro, que saiu em maio na revista “Nature Communications”, calculou que o setor deixa de ganhar US\$ 1 bilhão por ano por causa da estiagem. O motivo é óbvio, mas não custa repetir: “Com menos árvores na floresta, há menos umidade no ar e menos chuvas. Logo, o avanço do desmatamento na Amazônia impacta a produtividade do agronegócio brasileiro”, explica um dos autores, o engenheiro florestal Argemiro Teixeira Leite Filho, da UFMG. O segundo, encabeçado pela engenheira ambiental Rafaela Flach, pesquisadora da Universidade Tufts, nos Estados Unidos, acabou de ser publicado no periódico “World Development”. Segundo este, a indústria da soja perde US\$ 3,55 bilhões por ano por causa do calor; quando os termômetros passam dos 30°C, a produtividade cai em até 5%. O que de pior poderia acontecer já está é realidade: a Amazônia tem emitido três vezes mais CO₂ do que absorvido, de acordo com uma pesquisa internacional, liderada pela pesquisadora do Inpe Luciana Vanni Gatti e publicada no último dia 14 na “Nature”. Entre 2010 e 2018 a Amazônia brasileira derramou na atmosfera 1,06 bilhão de toneladas de carbono por ano e só sugou 18% de volta. “A segunda má notícia é que os locais onde o desmatamento é de 30% ou mais apresentam emissões de carbono dez vezes maiores que onde o desmatamento é inferior a 20%”, diz Luciana. “Essas áreas esquentaram nas últimas quatro décadas quase 2,5°C. Para se ter uma ideia, o resto do mundo esquentou 1,2°C em 150 anos”, completa Claudio Angelo, coordenador de comunicação do Observatório do Clima e autor do livro “A espiral da morte”. Do outro lado da Linha do Equador a turma já se deu conta de que não dá para levar o problema em banho-maria: “Apenas se nos comprometermos de forma resoluta com a luta contra as mudanças climáticas poderemos controlar condições meteorológicas extremas como as que vivemos atualmente”, declarou o presidente alemão Frank-Walter Steinmeier, que é conservador, sobre o desastre que se abateu sobre o seu país. Os europeus estão sentindo o gosto amargo de suas escolhas equivocadas. “As mudanças climáticas pararam de ser algo que ocorre em algum lugar distante, como o Ártico ou até a Amazônia, e passaram a ser algo que

afeta diretamente a vida da população, matando mais de uma centena de pessoas num único evento”, explica a bióloga brasileira Erika Berenguer, pesquisadora das universidades de Oxford e Lancaster, no Reino Unido. É a tal história: farinha pouca, meu pirão primeiro. Ainda mais depois que a Agência Internacional de Energia (IEA) anunciou na terça-feira (20) que os recursos internacionais destinados à transição energética no pós-pandemia são insuficientes para reduzir as emissões globais de CO₂. Pior: segundo os seus cálculos, essas emissões vão disparar a partir de 2023, a não ser que o pessoal coce o bolso com vontade. “Desde o início da crise da Covid-19, muitos governos têm destacado como é importante reconstruir melhor, para um futuro mais saudável, mas muitos ainda têm que fazer o que dizem”, cutucou o diretor da IEA, Fatih Birol. Essa conta vai ficar ainda mais salgada, e a turma do Norte não vai querer pagar ela sozinha.

A batata do Brasil está assando e a pressão não virá só de cima: “O ativismo de investidores pode ser uma força poderosa para o bem”, defendeu o “Financial Times”, uma das bíblias do mercado financeiro, num contundente editorial publicado no dia 14. O jornal inglês sugeriu que a turma do dinheiro puna o Brasil pelo desmatamento na Amazônia. “Pouca gente acredita que Bolsonaro, ligado a um ruidoso eleitorado de madeireiros, pecuaristas e evangélicos, mudará de comportamento em seus 18 meses finais de mandato”, diz o texto. “O Código Florestal, que parecia impressionante, está rapidamente se tornando letra morta, porque as agências que policiam sua aplicação tiveram seus orçamentos cortados severamente”, continua. A sociedade civil reage, pois nem sempre os governos trabalham pelo bem-comum. Precisamos nos mirar nesse exemplo se quisermos continuar sentados à mesa.

9 - A Rede das Américas pela Equidade em Saúde <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52947>

A Rede das Américas pela Equidade em Saúde (RAES) é uma rede multidisciplinar que promove o compartilhamento de conhecimento e a ação intersetorial para a equidade em saúde e os direitos humanos nas Américas. Os objetivos da RAES são: 1) compartilhar experiências exitosas no desenvolvimento de intervenções, considerando a determinação e determinantes sociais, para alcançar respostas participativas e comunitárias em saúde; 2) analisar os impactos em saúde, sociais, políticos, ambientais e econômicos da pandemia COVID-19; 3) identificar os efeitos do cuidado pandêmico sobre as populações mais em risco devido à idade e às condições de saúde pré-existentes; (4) examinar a situação das fronteiras e dos movimentos populacionais na disseminação da pandemia e seu impacto sobre as populações migrantes; (5) propor estratégias para garantir o acesso à atenção integral às gestantes, a fim de reduzir o sofrimento materno e neonatal, a morbidade e a mortalidade; e 6) analisar violações dos direitos humanos e o direito à saúde de populações historicamente marginalizadas, incluindo moradores de rua e outras comunidades que dependem de espaços públicos e das ruas para sobreviver. Os modelos analíticos e de intervenção da RAES para a equidade em saúde são desenvolvidos a partir de diversas abordagens, como medicina social, epidemiologia social, antropologia médica, ecologia humana e One Health.

10 - SHEM – Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde. [WHY — Sustainable Health Equity](#)

O que defendemos? Instituições públicas com boa governança decidem políticas econômicas, sociais e ambientais, gerenciam recursos públicos e prestam serviços essenciais de forma a promover os direitos humanos e a prestação de contas. Apelamos para uma mudança transformadora da governança global e da economia para reunir todos os atores e esforços internacionais em direção à equidade sustentável entre e dentro dos países. Lutamos para sair da pandemia COVID 19 com uma nova ordem mundial mais segura e justa para todos, especialmente para as próximas gerações. Por que estamos exigindo isso? A existência de

grandes iniquidades em saúde resulta nas necessidades básicas de todas as pessoas que não estão sendo atendidas, em um mundo com muitos recursos econômicos para garantir essas necessidades para todos. A exposição aos riscos ambientais está aumentando de forma injusta devido à poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, epidemias, pandemias e aquecimento global. Ao mesmo tempo, o acesso aos serviços de saúde é distorcido contra aqueles que mais precisam. O direito à alimentação saudável, oportunidade e auto-realização muitas vezes não é cumprido pela falta de educação ao longo da vida e espaço para a autorrealização, criatividade e inovação. Como resultado, o peso da desigualdade de saúde permanece inaceitavelmente alto. Quem somos nós? Somos cidadãos comuns, especialistas em saúde pública, profissionais de saúde, cientistas, acadêmicos, associações profissionais, universidades, centros de pesquisa e instituições relacionadas. Somos uma rede solidária comprometida com o principal desafio de nosso tempo para esta e as próximas gerações: promover a equidade sustentável em saúde. Aqui você encontra mais detalhes sobre como estamos organizados e sobre pessoas e instituições na rede SHEM.

11 - A Catástrofe Respiratória: COVID-19 e Governança Global da Saúde, [Nicoletta Dentico Development https://link.springer.com/article/10.1057/s41301-021-00296-y](https://link.springer.com/article/10.1057/s41301-021-00296-y)

Resumo: No segundo ano da pandemia, o mal-estar da governança global da saúde veio à tona na intersecção das trajetórias das crises globais que convergiram em 2020: as desigualdades crescentes, o desastre climático e os efeitos de uma globalização que nos tira o fôlego. O COVID-19 coloca em xeque a maioria das premissas globais de saúde e reafirma as intuições políticas da Declaração Alma Ata de 1978 sobre a atenção primária à saúde, que posicionou a saúde no centro de um projeto liderado pelo setor público para transformação econômica e dignidade humana, baseado em direitos humanos. O novo coronavírus impõe um novo senso de propósito à formulação de políticas de saúde, que ainda não está capturado na atual resposta global fracassada à pandemia. Esta é também uma oportunidade para a comunidade internacional que acredita na saúde pública e no papel das instituições públicas, reimaginar-se e projetar novas formas criativas de se engajar além dos modelos clássicos, de modo a reconquistar algum terreno para um futuro mais saudável. Como nunca antes na história, o destino comum nos acena para buscar um novo começo. Que o nosso seja um tempo lembrado pelo despertar de uma nova reverência pela vida (Papa Francisco). Em 2020, três trajetórias históricas de crises incrementais se uniram tirando o fôlego do mundo: a pandemia COVID-19, a emergência climática e o aumento das desigualdades. A mais imediata dessas forças é o novo coronavírus, que ampliou as fragilidades estruturais dos sistemas políticos e o quadro de valor da globalização, inclusive nas chamadas democracias avançadas, de maneiras coletivamente aterrorizantes, mas individualmente surpreendentes. Os humanos alteraram tão brutalmente o ambiente que nos tornamos agentes de transformações que não podemos controlar de forma confiável

12 - Decolonizar o COVAX: uma crítica africana. <https://www.development-today.com/archive/dt-2021/dt-5--2021/decolonising-covax-a-ugandan-epidemiologists-perspective> Interview: catherine kyobutungi. News July 13, 2021 / By: Ann Danaiya Usher

Como a África caiu na parte de trás da fila global de vacinas, especialistas estão questionando se o COVAX, o mecanismo que foi estabelecido para garantir a equidade da vacina, é adequado para o efeito. A epidemiologista ugandense Catherine Kyobutungi diz que o COVAX está fundamentado em uma mentalidade colonial, "países ricos ajudando países pobres", e precisa ser fundamentalmente reconceituado. O COVAX, o mecanismo que deveria fornecer equidade global de vacinas, entregou até agora apenas 25 milhões de doses de vacina COVID19

para a África, em comparação com 3,3 bilhões de doses administradas em todo o mundo. "COVAX soou bem no início. Então eu vi que eles pretendiam vacinar apenas 20% da população. Como alguém achou que era uma boa ideia?", diz Catherine Kyobutungi, diretora do Centro africano de pesquisa de população e saúde com sede em Nairóbi, em entrevista ao Development Today. Gerido pela aliança de vacinas Gavi, juntamente com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI), o COVAX Facility foi lançado em junho de 2020 na terceira reunião de reposição da Gavi. É um mecanismo financiado principalmente por ajuda cuja meta original era garantir que 92 países de baixa e média renda (LMIC) tivessem acesso a vacinas COVID19 suficientes para cobrir 20% de suas populações. Gavi diz que agora tem recursos para fornecer cerca de 1,5 bilhão de doses para LMICs (incluindo vacinas compartilhadas) até o final do ano, o equivalente a uma cobertura vacinal de 23%. "Um pequeno grupo de 'especialistas' sentou-se e definiu o problema e definiu a solução para um continente de 1,3 bilhão de pessoas. Eles embalaram de uma forma atraente, comercializaram e conduziram a narrativa. Até que a borracha atinja a estrada, e você corra contra o vento e veja que esta solução não está funcionando. A África está recebendo 1% do total global. Então, você tem que se perguntar, quem inventou isso? O que havia em suas mentes? O COVAX reflete uma abordagem "paternalista, orientada por doadores" que está falhando na África, diz Kyobutungi. "COVAX está fracassando", e há a necessidade de voltar atrás e fundamentalmente repensar a abordagem.

13 - Proposta de tratado da OMS sobre pandemias levanta preocupações. TWN. Julho 2021: <https://twn.my/title2/books/pdf/Proposal%20for%20a%20WHO%20treaty.finaledited.pdf>

O movimento para iniciar negociações sobre um instrumento global sobre preparação e resposta da pandemia na 74ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde (WHA) desencadeou preocupações. A versão anterior da minuta de decisão divulgada pelo "Friends of the Pandemia Treaty" foi posteriormente adiada e isso resultou em um novo texto. A WHA, em maio de 2021, acabou adotando uma decisão que propõe uma sessão especial da Assembleia para decidir sobre o lançamento dessas negociações. O nº 1 (OP1) da decisão exige que "o Grupo de Trabalho dos Estados-Membros sobre o Fortalecimento da Preparação e Resposta às Emergências em Saúde priorize a avaliação dos benefícios do desenvolvimento de uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional sobre preparação e resposta da Pandemia e forneça um relatório a ser considerado na sessão especial da Assembleia Mundial da Saúde". A decisão anterior dos Amigos do Tratado Pandêmico buscou estabelecer uma Reunião Intergovernamental para iniciar as negociações. A decisão adotada solicita ao Grupo de Trabalho dos Estados-Membros que avalie os benefícios de uma Convenção ou Acordo da OMS ou outro instrumento internacional sobre preparação e resposta pandêmica. Além disso, a OP 2 solicita ao diretor-geral da OMS que convoque uma sessão especial da WHA em novembro de 2021, com apenas essa agenda "com vistas ao estabelecimento de um processo intergovernamental para elaborar e negociar tal convenção, acordo ou outro instrumento internacional sobre preparação e resposta pandêmica". Espera-se, assim, que o Grupo de Trabalho dos Estados-Membros faça uma recomendação sobre o futuro curso de ação no que diz respeito ao tratado proposto. A primeira reunião do Grupo de Trabalho é necessária para "considerar as conclusões e recomendações do Painel Independente de Preparação e Resposta Pandêmica (IPPPR), o Comitê de Revisão do IHR sobre o funcionamento do Regulamento Sanitário Internacional 2005 durante a Resposta COVID-19 (I RC 2021) e o Comitê Independente de Supervisão e Assessoria para o Programa de Emergências em Saúde da OMS (IOAC 2021) levando em conta a Resolução 73.1 da WHA e a decisão do Conselho Executivo (EB(148)12 2020) e apresentar um relatório com propostas de 2 ações para a OMS, Estados-Membros e atores não estatais, conforme

apropriado para a apreciação da 75ª Sessão da WHA". O viés em relação a um novo instrumento pandêmico sobre o Regulamento Sanitário Internacional (IHR), instrumento legal existente, é visível até mesmo a partir do título do texto da Decisão, que exclui visivelmente o IHR. O texto exige que os Estados-Membros considerem especificamente "o desenvolvimento de uma convenção, um acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre preparação e resposta pandêmica". Após a aprovação da Resolução 73.1 da WHA em 2020, a OMS iniciou três comitês/painéis para estudar o funcionamento da OMS e a resposta internacional à saúde do COVID-19 viz. o IRC 2021, o IOAC 2021 e o IPPPR. Suas recomendações, que estão disponíveis em domínio público, também indicam preferência novo instrumento internacional sobre preparação e resposta pandêmica.

No entanto, antes que essas conclusões e recomendações pudessem ser discutidas pelos Estados-Membros, a decisão da WHA propôs preventivamente uma solução, ou seja, um novo instrumento internacional deve ser elaborado e adotado. As negociações informais sobre a decisão anterior tinham começado em 10 de maio de 2021, ignorando o fato de que os países em desenvolvimento e os Países Menos Desenvolvidos estão lutando contra novas ondas de casos COVID-19. Estes países não estão em posição de participar efetivamente das negociações. Os Estados Unidos, a Rússia e o Brasil tentaram travar a proposta e as negociações lideradas pela UE, embora tivessem manifestado interesse na discussão posteriormente após examinarem os vários relatórios da comissão. Isso levou ao novo texto de decisão que, em seguida, obteve o apoio dos EUA também. Este Policy Brief analisa criticamente a opção de um novo tratado pandêmico ou outro instrumento jurídico internacional para melhorar a preparação e a resposta pandêmicas. A parte I fornece um relato da origem da ideia do tratado pandêmico. A parte II examina se existe algum vácuo legal que impeça a preparação e resposta da pandemia necessária. A parte III trata da fragmentação da resposta internacional à saúde e levanta a preocupação de que o novo tratado exacerba a fragmentação em vez de consolidar a resposta. A parte IV explica o que esperar do novo tratado e as principais questões relacionadas ao processo envolvidas nas novas negociações do tratado pandêmico. Este resumo da política argumenta que, em vez de desenvolver um novo instrumento internacional, é melhor fortalecer ou alterar o IHR existente.

14 - "A epidemia brasileira de Covid-19 não é apenas um evento viral" 2nd Meeting: International Context. <http://www.iea.usp.br/eventos/nao-apanas-evento-viral-2>

No campo das práticas de saúde avivadas pela emergência da pandemia da Covid-19, pelo surgimento de variantes do vírus SarsCov-2, pela falta de vacinas suficientes e da infecção não controlada no Brasil, a resposta à pandemia tem dependido da participação e produção de pesquisadores de várias áreas e do envolvimento de lideranças comunitárias na resposta social.

G77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

Existem algumas definições de Cooperação Sul-Sul, mas o UNOSSC a define como uma troca de conhecimentos e recursos político, econômico, social, cultural, ambiental ou técnico entre países em desenvolvimento. Pode ocorrer em uma base bilateral, regional, sub-regional ou inter-regional e pode envolver dois ou mais países em desenvolvimento.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Nenhum destaque do UNOSSC neste informe

Grupo do G-77

O Grupo dos 77 (G-77) foi criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento. Atualmente o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas.

Sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e assim aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 se tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. É importante ressaltar que a China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

A República da Guiné assumiu a presidência do G-77 em janeiro de 2021, por um período de um ano.

Lembrando que o G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra

(UNCTAD)³, Nairóbi (UNEP)⁴, Paris (UNESCO)⁵, Roma (FAO/IFAD)⁶, Viena (UNIDO)⁷ e o Grupo dos 24 (G-24) em Washington, DC (FMI e Banco Mundial).

O Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro para Assuntos Monetários Internacionais e Desenvolvimento (G-24) coordena a posição dos países em desenvolvimento sobre assuntos monetários e de desenvolvimento nas deliberações e decisões das Instituições de Bretton Woods (BWI). Em particular, o G-24 concentra-se nas questões das agendas do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC) e do Comitê de Desenvolvimento (CD), bem como em outros fóruns internacionais relevantes. O Brasil faz parte do G-24.

Participação do G-77 e a China no dia 15 de julho de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China explicando a posição sobre o projeto de declaração ministerial do Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável (HLPF).

O G-77 e a China aderiram ao consenso sobre a Declaração Ministerial do Fórum Político de Alto Nível (HLPF), reconhecendo a importância de se adotar uma Declaração robusta que leve em consideração as realidades atuais da comunidade internacional, em particular para os países em desenvolvimento, onde as consequências da pandemia do COVID-19 foram substanciais. Durante o período de consultas informais, o G-77 e a China apresentaram propostas concretas e abrangentes centradas na erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Além disso, reafirmaram que a ambiciosa Agenda 2030 requer o fortalecimento na implementação da Agenda 2030, assim como a criação de um ambiente global favorável ao desenvolvimento.

No entanto, a comunidade internacional deve estar atenta aos desafios e necessidades enfrentados pelos países em desenvolvimento, especialmente os países em situações especiais, em particular, os países africanos, países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem litoral e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, bem como desafios específicos enfrentados por muitos países de renda média, países em conflito e pós-conflito e países e povos que vivem sob ocupação colonial e estrangeira. O Grupo reconhece que a pandemia do COVID-19 exacerbou os desafios já existentes, gerou novas vulnerabilidades e impactou todos os países, especialmente os países em desenvolvimento, mais especificamente os países em situações especiais e países que enfrentam desafios específicos.

O G-77 e a China rejeitaram a imposição de leis e regulamentos e todas as formas de medidas econômicas coercitivas, incluindo sanções unilaterais, contra os países em desenvolvimento e reiteraram a necessidade urgente de eliminá-los imediatamente. É indiscutível que a pandemia do COVID-19 exacerbou as dificuldades enfrentadas por todos os países em desenvolvimento e que as medidas coercivas unilaterais agravaram ainda mais esses desafios e restringiram fortemente a capacidade dos países de combater e se recuperar da pandemia. Os países que sofrem com o peso dessas medidas necessitam da solidariedade e do apoio da comunidade internacional. Acreditamos na necessidade de focar no financiamento,

³ UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

⁴ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁵ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁶ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁷ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

tecnologia e capacitação para os países em desenvolvimento, especialmente os elementos multidimensionais enfrentados pelos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, sua falta de acesso à financiamentos para o desenvolvimento e meio ambiente e a necessidade de ampliar o apoio para a diversificação econômica, infraestrutura e capacidade produtiva dos países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem litoral e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Ressaltaram também seu apelo à ONU para examinar de perto os impactos da pandemia do Covid-19 e a graduação dos países menos desenvolvidos, considerando a necessidade da suspensão temporária do processo de graduação em casos particularmente graves, continuando seu apoio após a formatura por um período de tempo fixo, de forma a garantir que o processo de graduação seja menos brusco.

Reafirmando seu compromisso de não deixar ninguém para trás, apelaram para a solidariedade global e o compartilhamento de tecnologia e know-how, a fim de garantir respostas rápidas para o tratamento da pandemia do COVID-19.

O G-77 e a China apoiaram as negociações em andamento sobre uma dispensa temporária de certas disposições do Acordo TRIPS, quando aplicável, em relação aos produtos e tecnologias de saúde para o COVID-19, incluindo vacinas que devem estar em vigor durante o período acordado pelos Membros da OMC. Essa isenção limitada deve garantir a igualdade global da vacina e ajudar na rápida distribuição das vacinas contra o COVID-19, a preços acessíveis, nos países em desenvolvimento.

Reconheceram que o Acordo de Paris, adotado sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), será implementado refletindo a equidade e o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais e no contexto do desenvolvimento sustentável e esforços para erradicar a pobreza.

No entanto, destacaram que a Declaração do HLPF não enfatiza a importância e a necessidade de maior apoio financeiro, tecnológico e de capacitação para os países em desenvolvimento, o que permitiria ampliar suas ações em prol do clima.

Também sugeriram que os países desenvolvidos aumentem ainda mais a mobilização financeira para o clima. O G-77 e a China ressaltam que o compromisso dos países desenvolvidos em mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020 não tenha sido cumprido e, portanto, apelam aos países desenvolvidos para honrar esse seu compromisso e mobilizar conjuntamente recursos financeiros de pelo menos US\$ 100 bilhões por ano para auxiliar os países em desenvolvimento em suas ações de combate às mudanças climáticas levando em consideração suas necessidades e prioridades.

Destacaram que a Agenda 2030 é um documento abrangente suficiente para orientar as discussões sobre questões de gênero no HLPF e que esta deve ser baseada na legislação nacional e nos valores sociais de cada país.

O Grupo também reconheceu a necessidade de promover um ambiente seguro para as crianças e jovens para que possam realizar plenamente seus direitos e capacidades, inclusive por meio de escolas seguras e comunidades e famílias unidas, protegendo as crianças da violência, abuso e exploração em contextos digitais. O Grupo rechaçou qualquer forma de

violência e discriminação contra crianças que devem poder crescer em um ambiente seguro e saudável.

O Grupo rejeitou veementemente a inclusão da referência de que a transferência de tecnologia deva ser voluntária, baseada em termos mutuamente acordados. Esta referência prejudica a disponibilidade de recursos para os países em desenvolvimento.

Consideraram que a ONU está bem posicionada para assumir a liderança no estabelecimento de um banco de dados de código aberto centralizado, na defesa da tecnologia de código aberto por meio de vários fóruns e publicações intergovernamentais, incluindo a plataforma 2030 Connect.

O G-77 e a China reiteram seu apelo a um maior envolvimento do setor privado na Iniciativa de suspensão do serviço da dívida (DSSI)⁸. Acreditando que, para que esta iniciativa tenha impacto mais positivo, é necessário obter o engajamento construtivo de todas as partes interessadas e, portanto, o Grupo continuará a buscar esse resultado em negociações futuras.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Atualmente, também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2022, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaque do MNA

Entre os dias 13 e 14 de julho de 2021, foi realizada virtualmente, a Conferência Ministerial, de meio mandato, do Movimento dos não alinhados (MNA), com a participação de mais de 30 Ministros de Relações Exteriores de países membros.

O tema da Conferência foi “o Movimento dos não alinhados no centro dos esforços multilaterais como resposta aos desafios globais”.

Na ocasião, o Azerbaijão apresentou um relatório das atividades realizadas durante os vinte e um meses de sua presidência.

Destaques deste relatório

Desde o início, a presidência do MNA tem prestado atenção especial ao fortalecimento da coordenação do Movimento em Genebra, Viena, Nairóbi, Paris e Haia, tendo em mente o papel central do Escritório de Coordenação do MNA em Nova York, participando de reuniões

⁸ O DSSI está ajudando os países a concentrar seus recursos no combate à pandemia e na proteção das vidas e meios de subsistência de milhões das pessoas mais vulneráveis. Desde que entrou em vigor em 1º de maio de 2020, esta iniciativa já arrecadou e distribuiu mais de US \$ 5 bilhões em ajuda a mais de 40 países elegíveis.

periódicas de alto-nível na sede da ONU, permitindo ao MNA reagir, em tempo hábil, a situações que afetam seus Estados Membros.

Infelizmente, a primeira metade da presidência do Azerbaijão como “*chair*” do MNA coincidiu com a pandemia em escala global do COVID-19. No entanto, o Movimento tem conseguido transformar desafios em oportunidades de cooperação, concretizando iniciativas importantes e valiosas, respondendo eficazmente aos crescentes desafios impostos neste tempo. O NAM mais uma vez demonstrou sua relevância no cenário multilateral.

Nestes tempos desafiadores, a capacidade do MNA de mobilizar e apresentar soluções práticas foi amplamente reconhecida internacionalmente, como por exemplo durante à Reunião de Cúpula Online em resposta ao COVID-19 realizado em 4 de maio de 2020⁹. Como resultado prático desta Reunião de Cúpula Online, decidiu-se criar uma Força-Tarefa do NAM para elaborar um banco de dados contendo as necessidades e requisitos médicos e humanitários de seus membros, que são submetidos pela Presidência do MNA a todos os países doadores, organizações humanitárias internacionais, instituições financeiras internacionais, entidades privadas transnacionais que executam projetos de responsabilidade social e outras para possível apoio e assistência.

O MNA também foi reconhecido pelo Secretário-Geral da ONU, o Presidente da 74ª sessão da Assembleia Geral da ONU, o Diretor-Geral da OMS, o Presidente da Comissão da União Africana e o Alto Representante, Vice-Presidente da Comissão Europeia que elogiaram a solidariedade exemplar destacada pelo MNA em face da crise. E posteriormente, durante a sessão especial da Assembleia Geral da ONU, solicitada pelo Presidente da República do Azerbaijão em nome dos Estados membros do MNA, em resposta à pandemia do COVID-19, os esforços do MNA receberam apoio esmagador dos Estados membros da ONU.

Na qualidade de Presidente do MNA, o Azerbaijão alocou US\$ 5 milhões à Organização Mundial da Saúde para uso em apoio aos Estados membros do MNA e informaram que 25 Estados membros do MNA se beneficiaram desta contribuição.

Outra dimensão específica das atividades da Presidência do Azerbaijão, enquanto presidente do MNA, foi discutir a questão da distribuição igualitária e acessível de vacinas contra o COVID-19 entre todas as nações. Em 5 de março de 2021, o Bureau de Coordenação do MNA adotou um Comunicado sobre acesso acessível, oportuno, equitativo e universal por todos os países às vacinas contra o COVID-19. Além disso, durante a 46ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, juntamente com o Equador, a Presidência do Azerbaijão apresentou uma resolução intitulada “Garantir acesso equitativo, acessível, oportuno e universal de vacinas para todos os países, em resposta à pandemia da doença coronavírus” e uma resolução foi adotada por consenso em 22 de março de 2021.

A presidência do Azerbaijão também tem buscado novos formatos possíveis de interação entre o MNA e outros atores internacionais. Como resultado, pela primeira vez na história do MNA, foram acordadas e proferidas, em várias ocasiões, declarações conjuntas com a União Europeia incluindo a declaração conjunta sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero durante a 43ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

⁹ Reunião virtual sobre o COVID 19 intitulada “**Unidos contra Pandemia de COVID-19**” (<https://namazerbaijan.org/pdf/acdoc9.pdf>)

Para ter acesso ao [relatório das atividades completo do MNA no período](#).

No final, a Conferência adotou uma Declaração Política refletindo a posição do MNA sobre várias questões da agenda internacional. Na ocasião, os Ministros aceitaram a oferta da República de Uganda para sediar a próxima Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do NAM em 2023 e a admissão da Federação Russa como um estado observador do Movimento.

Para ler a [Declaração Política na íntegra](#).

O G-20 na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Paulo Esteves, Pedro Burger e Thaiany Medeiros Cury

Terceira reunião dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G20 sob a presidência italiana – Novos desdobramentos

Fonte: <https://www.g20.org/third-g20-finance-ministers-and-central-bank-governors-meeting-under-the-italian-presidency.html>



Neste informe aprofundamos conteúdos sobre a reunião de Veneza, a partir de novas informações disponibilizadas. Nesse encontro que ocorreu na quinzena anterior, os membros do G20 continuaram suas discussões sobre questões relacionadas à economia global e saúde, os esforços para promover a recuperação econômica - assumindo sua condição desigual entre e dentro países -, e a transição para economias e sociedades mais verdes e sustentáveis. Reconheceram o papel da imunização COVID-19 como um bem público global. Nesse contexto, foi reconhecida a formação da força tarefa pelo Banco Mundial, Organização Mundial da Saúde, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio para vacinas COVID-19, tratamento e diagnósticos para países em desenvolvimento. O G-20 acolheu, também, o Relatório do Painel Independente de Alto Nível do G20 sobre *Financing Global Commons for Pandemic Preparedness and Response*.

A reunião levou a um acordo histórico sobre uma arquitetura tributária internacional mais estável e justa, sob dois pilares: a realocação dos lucros das empresas multinacionais e um imposto mínimo global efetivo. Os membros do G20 convocaram a *OCDE/G20 Inclusive Framework on Base Erosion and Profit Sharing* a finalizar os elementos de projeto, juntamente com um plano para a implementação até sua próxima reunião em outubro. Dado o potencial da transformação digital para aumentar a produtividade, aprovaram o *Menu of Policy Options on Digital Transformation and Productivity Recovery*, que fornece políticas e boas práticas.

Os ministros do G20, quanto à agenda climática, reconheceram a necessidade de uma combinação eficaz de políticas, que envolvam investimentos verdes em infraestrutura sustentável e tecnologias inovadoras que promovam a descarbonização e a economia circular, incluindo mecanismos para apoiar fontes de energia limpa, tais como o preço do carbono, junto ao apoio aos mais pobres e mais vulneráveis, para que todos participem da transição. O

financiamento internacional do clima, assim como as Instituições Financeiras Internacionais e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, devem participar ativamente.

Em sinergia com o Conselho de Estabilidade Financeira e com outras iniciativas internacionais relevantes, o Grupo de Trabalho do G20 sobre Finanças Sustentáveis entregará um roteiro plurianual do G20 sobre o tema, que será apresentado na reunião de outubro. Os membros do G20 também aprovaram a Agenda Política do G20 sobre Manutenção de Infraestrutura e reconheceram que uma infraestrutura digital avançada e funcional é um importante motor para a recuperação econômica e continuará a fomentar a colaboração entre os investidores públicos e privados para mobilizar mais investimentos no tema.

O G20 continuará a apoiar todos os países vulneráveis afetados pela pandemia da COVID-19, com a proposta de uma nova alocação do FMI de Direitos de Saque Especiais num montante equivalente a USD 650 bilhões para ajudar a atender à necessidade global de longo prazo com implementação até o final de agosto. Para ampliar o impacto da sua alocação, foi solicitado ao FMI opções acionáveis para que os países canalizassem uma parte para recuperação econômica e despesas relacionadas à saúde, através da criação de um novo fundo fiduciário.

Foi saudado o progresso no âmbito da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida, que totalizou uma estimativa de USD 4,6 bilhões em serviço da dívida diferido no primeiro semestre de 2021. Reiteraram seu compromisso de implementar o Quadro Comum para o Tratamento da Dívida além do DSSI e atender aos pedidos elegíveis. Saudaram a criação do Comitê de Credores para o Chade, enquanto aguardam o caso da Etiópia. Também destacaram a importância para os credores privados e bilaterais de proporcionar um tratamento da dívida favorável.

Quanto aos bancos multilaterais de desenvolvimento, concordaram em lançar uma Revisão Independente das Estruturas de Adequação de Capital, para maximizar seu impacto. Os Ministros e Governadores também endossam as Recomendações do G20 para o Uso de Empréstimos Baseados em Políticas para impulsionar a coordenação, complementaridade e eficácia dos bancos multilaterais de desenvolvimento.

Embora reconheçam que as reformas regulatórias após a crise financeira global desempenharam um papel fundamental para dar base sólida aos bancos e que, durante a pandemia, eles foram capazes de agir como um amortecedor e não como um amplificador do choque, eles se comprometeram a abordar as lacunas na estrutura regulatória, evitando ao mesmo tempo efeitos não intencionais. Também se comprometeram em fortalecer a resiliência do setor de intermediação financeira não bancária com uma perspectiva sistêmica, incluindo sua interconexão com o setor bancário e a economia real.

Por fim, cada membro se comprometeu em fazer contribuições adicionais para fortalecer os Organismos Regionais de Ação Financeira como a Força Tarefa de Ação Financeira e as estruturas de combate à lavagem de dinheiro e contra o terrorismo.

Todos os documentos do encontro podem ser vistos no seguinte link: <https://www.g20.org/italian-g20-presidency/documents/ministerial-meetings-documents.html>

22/07 – Os Ministros do Meio Ambiente do G20 aprovaram um comunicado conjunto

Fonte: <https://www.g20.org/the-g20-environment-ministers-approved-a-joint-communicue.html>



A Reunião de Ministros do Meio Ambiente do G20 aconteceu em Nápoles com a aprovação de um importante comunicado conjunto, resultado de semanas de negociações. O documento é baseado em três macro áreas.

1) Biodiversidade: proteção do capital natural e restauração dos ecossistemas com soluções baseadas na natureza, defesa e restauração do solo, proteção dos recursos hídricos, oceanos e mares, incluindo a prevenção e redução do lixo plástico marinho.

2) Uso eficiente dos recursos e economia circular: visão do G20 sobre economia circular com foco em têxteis e moda sustentáveis, cidades circulares, educação e treinamento. Reconhecimento pela primeira vez dos resultados do recente relatório do IPBES e IPCC lançado em 10 de junho sobre a ponte entre biodiversidade e mudança climática.

3) Financiamento sustentável: foco nas necessidades específicas de financiamento para a proteção e restauração dos ecossistemas como uma contribuição para o trabalho do G20 sobre a futura configuração do sistema financeiro global.

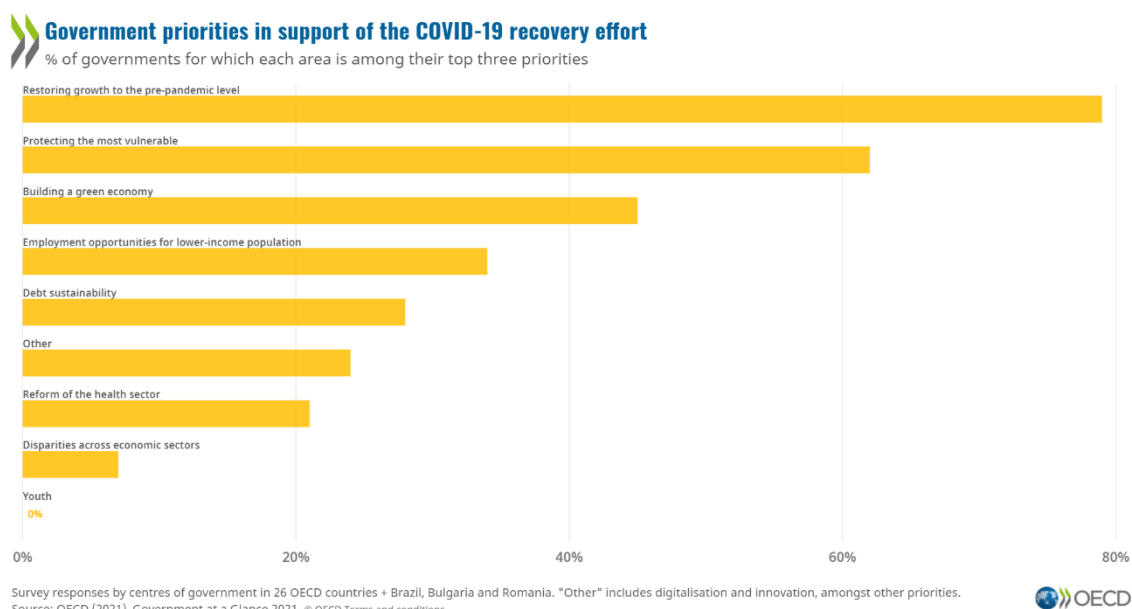
O comunicado conjunto (*communiqué*) está disponível neste link: https://www.g20.org/wp-content/uploads/2021/07/2021_07_22_ITG20_ENV_Final.pdf

Economia em Primeiro Lugar: OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Pedro Burger, Júlia Abbud e Lucca Rizzo

Restaurar o crescimento pré-pandemia está no topo das prioridades de ação dos governos, de acordo com o Relatório “Government at a Glance” da OCDE, publicado em 9/07/2021, em seguida a preocupação mais referida foi a proteção aos mais vulneráveis, a construção de uma economia verde e a oportunidade de empregos para população de baixa renda.

O COVID-19 expôs vulnerabilidades e desigualdades em todo o quadro que estão remodelando os papéis das administrações em todo o mundo. Quase metade dos governos pesquisados relatam restaurar os níveis de crescimento pré-pandemia como sua prioridade máxima, em conjunto com a proteção dos vulneráveis, à medida que constroem sociedades verdes e resilientes para se preparar para potenciais choques futuros. Colocar as pessoas de volta ao trabalho e colocar as empresas em pé são prioridades para os governos em todo o mundo. Os governos precisam liderar o caminho para simplificar as metas climáticas em seus objetivos econômicos mais amplos. Promover a digitalização foi uma prioridade citada por alguns governos que buscam aumentar a adaptabilidade e a competitividade. Melhorar a



capacidade de trabalho remoto e tornar os serviços públicos acessíveis on-line adicionaria uma fonte de resiliência em caso de crises futuras.

Os jovens foram os mais atingidos pelo aumento do desemprego durante a pandemia e estavam insatisfeitos com os serviços públicos de emprego e moradia. Embora os jovens não tenham feito parte da lista de prioridades, a maioria dos países da OCDE tem uma estratégia nacional de jovens ou um plano de ação em vigor para garantir que suas preocupações sejam centrais na estratégia de recuperação. Para obter informações sobre uma variedade de indicadores de desempenho do governo, bem como informações sobre como os governos reagiram à crise, veja o relatório completo:

<https://www.oecd.org/gov/government-at-a-glance-22214399.htm>

Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Isis Pillar Cazumbá

Banco Mundial

Resposta do BM a pandemia de U\$ 157 bilhões: a maior resposta a crises de sua história

Desde o início da pandemia, o Banco apoiou os países a enfrentar a emergência sanitária, fortalecer os sistemas de saúde, proteger os pobres e vulneráveis, apoiar as empresas, criar empregos e iniciar uma recuperação verde, resiliente e inclusiva.

Em resposta ao COVID-19, que acabou prejudicando severamente a vida e a subsistência de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, o BM distribuiu mais de US\$ 157 bilhões para combater os impactos da pandemia na saúde, economia e social nos últimos 15 meses (1º de abril de 2020 - 30 de junho de 2021). Esta é a maior resposta à crise de qualquer período da história do Banco e representa um aumento de mais de 60% em relação ao período de 15 meses anterior à pandemia. Os compromissos e mobilizações do Banco somente no ano fiscal de 2021 (FY21) (1º de julho de 2020 - 30 de junho de 2021) somaram quase US\$ 110 bilhões (ou US\$ 84 bilhões, excluindo mobilização, financiamento de curto prazo e fundos fiduciários executados por destinatários).

Após a deterioração econômica relacionada a COVID-19 no ano passado, espera-se que a economia global se expanda 5,6% em 2021. Até agora, a recuperação é desigual e muitos dos países mais pobres do mundo estão ficando para trás. Enquanto cerca de 90% das economias avançadas devem recuperar seus níveis de renda per capita pré-pandemia até 2022, apenas cerca de um terço das economias emergentes e em desenvolvimento são projetadas para fazer o mesmo. Em 2020, a pobreza extrema global aumentou pela primeira vez em mais de 20 anos, com quase 100 milhões de pessoas empurradas para a pobreza extrema.

Nos 15 meses encerrados em 30 de junho de 2021, o Banco esticou seus balanços, acelerou alavancamento e desembolsos e recursos. O apoio aos países do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD) totalizou US\$ 45,6 bilhões – incluindo a retirada do buffer de crise de US\$ 10 bilhões do IBRD, além dos limites de empréstimos anuais sustentáveis aprovados pelo Conselho. Os subsídios e empréstimos com juros zero ou baixo para os países mais pobres do mundo da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) somaram US\$ 53,3 bilhões.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/chile-improve-social-equity-and-fiscal-sustainability-idb-support>

Programa de Preparação e Resposta de Emergências em Saúde

O BM estabeleceu o novo Programa de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde (*Health Emergency Preparedness and Response*) para apoiar os países e territórios elegíveis melhorando suas capacidades de preparação, prevenção, resposta e mitigação do impacto das epidemias nas pessoas, dada a urgência de uma segurança global mais forte em saúde e a necessidade de ajudar os países em desenvolvimento a se prepararem melhor para surtos de doenças.

O Programa fornece financiamento para países de baixa renda e para países com baixa preparação e capacidade de resposta a emergências em saúde. O programa foi criado no início de 2021 para apoiar países de baixa renda e países com respostas de emergência em saúde em dificuldades na construção de resiliência e aumento de investimentos em preparação para a saúde – incluindo sua resposta imediata da COVID-19. É uma ferramenta importante na resposta

pandêmica do BM e na preparação para a saúde a longo prazo em países que precisam de apoio e suas comunidades mais vulneráveis, incluindo refugiados.

O apoio financeiro também está disponível para países que não têm acesso regular ao financiamento do Banco Mundial porque estão em atraso com seus pagamentos à Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), e à Jordânia e ao Líbano por apoiarem os refugiados sírios. Olhando para o futuro, o programa busca apoiar mais países para atender às necessidades críticas.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/health/brief/health-emergency-preparedness-and-response-hepr-umbrella-program>

Segurança Alimentar e COVID-19

Diversos países estão enfrentando níveis crescentes de insegurança alimentar aguda, revertendo anos de ganhos de desenvolvimento. Mesmo antes da COVID-19 reduzir a renda e interromper as cadeias de suprimentos, a fome crônica e aguda estavam aumentando devido a vários fatores, incluindo conflitos, condições socioeconômicas, riscos naturais, mudanças climáticas e pragas. Os impactos da COVID-19 levaram a aumentos severos e generalizados da insegurança alimentar global, afetando as famílias vulneráveis em quase todos os países, com impactos previstos para continuar até 2021 e até 2022. Este breve olhar para o aumento da insegurança alimentar durante as respostas da pandemia COVID-19 e do Banco Mundial até o momento.

Estima-se que a pandemia da COVID-19 aumentou drasticamente o número de pessoas que enfrentam insegurança alimentar aguda em 2020-2021. Segundo o *World Food Programme*, estima-se que 272 milhões de pessoas já estão ou correm o risco de se tornarem agudamente inseguras nos países onde atua. A insegurança alimentar aguda é definida como quando a vida ou o sustento de uma pessoa está em perigo imediato por falta de comida.

A nível nacional, o Grupo Banco Mundial está trabalhando com governos e parceiros internacionais para monitorar de perto as cadeias de fornecimento de alimentos e agricultura domésticas, rastrear como a perda de emprego e renda está afetando a capacidade das pessoas de comprar alimentos e garantir que os sistemas alimentares continuem funcionando apesar dos desafios da COVID-19.

"Respondendo à Crise Emergente de Segurança Alimentar", um documento divulgado em dezembro de 2020, resume a resposta do Banco nos países mais pobres: a IDA forneceu US\$ 5,3 bilhões em novos compromissos entre abril e setembro de 2020 para a segurança alimentar. Isso tem sido através de uma combinação de respostas e investimentos covid-19 de curto prazo para lidar com os fatores de longo prazo da insegurança alimentar.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/agriculture/brief/food-security-and-covid-19>

Relatório - Employment in Crisis: The Path to Better Jobs in a Post-COVID-19 Latin America

Uma região conhecida por sua volatilidade, a América Latina e o Caribe (LAC) tem sofrido severos reveses econômicos e sociais de crises — incluindo a pandemia COVID-19. Essas crises têm afetado as carreiras, o crescimento dos salários e a produtividade. *Employment in Crisis : The Path to Better Jobs in a Post-COVID-19 Latin America* fornece novas evidências sobre os efeitos das crises nos trabalhadores e empresas da região e sugere várias respostas políticas que podem reforçar o crescimento econômico de longo prazo e inclusivo. Este relatório tem três conclusões-chave.

Em primeiro lugar, as crises levam a persistentes perdas de emprego e aceleram mudanças estruturais longe do setor formal. Essa mudança ocorre mais por meio de reduções na criação de empregos formais do que pela destruição do emprego. Em segundo lugar, alguns trabalhadores se recuperam de crises, enquanto outros são permanentemente marcados por eles. Trabalhadores de baixa qualificação podem sofrer até uma década de ganhos mais baixos causados por crises, enquanto trabalhadores altamente qualificados se recuperam rapidamente, exacerbando o alto nível de desigualdade da região de LAC. Os trabalhadores formais sofrem menores perdas salariais e de emprego em localidades com maiores taxas de informalidade. E os fluxos de emprego reduzidos causados por crises diminuem o bem-estar, mas os trabalhadores das localidades com mais oportunidades de trabalho, sejam formais ou informais, se recuperam melhor. Em terceiro lugar, os efeitos de limpeza das crises podem aumentar a eficiência e a produtividade, mas esses efeitos são amortecidos pela estrutura de mercado menos competitiva da região da LAC. Em vez de se tornarem mais ágeis e produtivos durante as crises econômicas, setores protegidos e empresas ganham participação de mercado e lotam outros, aprisionando recursos valiosos.

Este relatório propõe um mix de três pontas de políticas para melhorar as respostas da região da LAC às crises: • Criar um ambiente macroeconômico mais estável para suavizar os impactos das crises, incluindo estabilizadores automáticos, como seguro-desemprego e programas de compensação de curto prazo; • Aumentar a capacidade de programas de proteção social e trabalho para responder a crises e unir esses programas em sistemas que complementem o apoio à renda com assistência às oportunidades; e • Enfrentar questões estruturais, incluindo a falta de concorrência no mercado de produtos e a dimensão espacial por trás do mau ajuste do mercado de trabalho — uma agenda de "bons empregos e boas empresas".

Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35549>

Iniciativas bilaterais

No dia 22 de julho de 2021, o BM aprovou o Projeto Melhoria dos Serviços de Saúde na **Somália**, conhecido como "Damal Caafimaad", financiado por uma bolsa de US\$ 75 milhões da Assistência internacional para o Desenvolvimento (IDA) e uma doação adicional de US\$ 25 milhões do Fundo Global de Financiamento para Mulheres, Crianças e Adolescentes (GFF). Este projeto é o primeiro investimento do BM no setor de saúde da Somália em 30 anos.

O projeto fornecerá serviços essenciais de saúde e nutrição e melhorará a cobertura e a qualidade dos serviços de saúde em algumas das áreas mais desfavorecidas da Somália, incluindo Nugaal (Puntland), Bakool e Bay (Sudoeste), Hiraan e Middle Shebelle (Hirshabelle). Cerca de 10% da população da Somália, bem como pessoas deslocadas internamente (IDPs) e nômades nas regiões-alvo, serão beneficiados com as atividades do projeto. Para construir instituições eficazes para estabilidade e crescimento econômico, o projeto também fortalecerá a capacidade de administração dos Ministérios da Saúde da Somália e do Estado.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/07/19/somalia-s-women-and-children-are-among-the-1-84-million-to-benefit-from-improved-healthcare-services>

Fundo Monetário Internacional – FMI

FMI aprova reformas políticas e pacote de financiamento para apoiar melhor a recuperação de países de baixa renda da pandemia

Os empréstimos de fundos para países de baixa renda aumentaram drasticamente em 2020 — um aumento de oito vezes em relação aos níveis médios de empréstimos em 2017-2019 — e projeta-se que continuem em níveis elevados por vários anos, à medida que estes países busquem ajuda financeira para ajudá-los a responder e se recuperar da pandemia. O Fundo aprovou um conjunto de reformas para as instalações de empréstimos concessionários para apoiar melhor países de baixa renda durante a pandemia e a recuperação. O Conselho Executivo também aprovou uma estratégia de financiamento associada para apoiar a sustentabilidade a longo prazo do Fundo de Redução da Pobreza e crescimento (PRGT). Essas reformas são definidas para garantir que o Fundo tenha a capacidade de responder de forma flexível às necessidades dos países no médio prazo, enquanto continua a fornecer empréstimos concessionários a taxas de juros zero.

Espera-se que a maior parte da assistência financeira futura seja fornecida através de acordos de empréstimos de vários anos — uma mudança a partir de 2020, quando a maior parte da assistência foi prestada através das instalações de financiamento de emergência do Fundo.

As reformas aprovadas pelo Conselho Executivo do FMI buscam garantir que o Fundo possa apoiar de forma flexível as necessidades de financiamento dos países de baixa renda durante a pandemia e a recuperação, enquanto continua a fornecer empréstimos concessionários a taxas de juros zero.

A peça central das reformas políticas aprovadas é um aumento de 45% nos limites normais de acesso ao financiamento concessionário, juntamente com a eliminação dos limites rígidos de acesso aos países mais pobres. Esses limites de acesso mais elevados facilitarão a oferta de mais apoio concessionário aos países com políticas fortes e grandes necessidades de equilíbrio de pagamentos.

O Conselho Executivo também aprovou uma estratégia de financiamento em duas etapas para cobrir o custo dos empréstimos concessionários relacionados à pandemia e apoiar a sustentabilidade do Fundo de Redução e Crescimento da Pobreza (PRGT). A primeira etapa da estratégia visa garantir 2,8 bilhões de SDR em recursos de subsídios (para suportar taxas de juros zero) e um SDR adicional de 12,6 bilhões em recursos de empréstimos que poderiam ser facilitados pela "canalização" das SDRs.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/07/22/pr21222-imf-approves-policy-reforms-funding-package-support-low-income-countries-from-pandemic>

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Iniciativas bilaterais na área da saúde:

O **Chile** melhorará a equidade social e fortalecerá sua sustentabilidade dos gastos públicos com um empréstimo de US\$ 500 milhões aprovado pelo BID.

Este é o segundo empréstimo de uma série de duas operações sob a modalidade de empréstimos programáticos baseados em políticas. A série teve início em 2020 e foi acordada com o Governo do Chile para apoiar medidas estruturais destinadas a melhorar a equidade social e a sustentabilidade fiscal no contexto da pandemia COVID-19.

Em termos de equidade social, este segundo empréstimo financiará medidas para melhorar a renda das pessoas vulneráveis e apoiar a sustentabilidade do sistema previdenciário e o acesso a medicamentos de baixo custo. O projeto apoiará os pagamentos ao Sistema de Renda Familiar emergencial, que potencialmente poderia beneficiar 3,7 milhões de famílias de baixa renda e proteger a renda de 1,6 milhão de casas de classe média.

Também fortalecerá o sistema de intermediação de mão-de-obra para impulsionar as oportunidades de emprego por meio da implantação de um sistema online de aconselhamento de carreiras e da criação de novos serviços para trabalhadores e empresas dentro do Intercâmbio Nacional de Empregos.

Com relação aos medicamentos, o programa financiará medidas para impulsionar o abastecimento de farmácias, melhorar a fiscalização e incentivar a implantação de um sistema nacional de prescrição eletrônica para promover a prescrição e a dispensa de bioequivalentes. Estima-se que 1,5 milhão de pessoas de 440.000 famílias provavelmente se beneficiarão dessas ações.

Em relação à sustentabilidade fiscal, o empréstimo do BID apoiará reformas para melhorar a eficiência técnica e alocativa dos gastos públicos e a qualidade do processo de formulação orçamentária. Em particular, esta segunda operação apoiará medidas para modernizar o sistema de compras públicas (ChileCompra) e fortalecer a transparência, o monitoramento, a avaliação e a prestação de contas dos gastos públicos.

Espera-se que os melhores gastos públicos beneficiem principalmente setores vulneráveis da sociedade. Por meio de programas de avaliação de gastos aprimorados, permitirá ao governo remanejar US\$ 2,27 bilhões no orçamento para programas prioritários de gastos e gerar economia na gestão pública que pode ser redirecionada para programas de assistência social e saúde.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/chile-improve-social-equity-and-fiscal-sustainability-idb-support>

Plano de Ação de Cooperação em Inovação dos BRICS 2021-24

Claudia Hoirisch

Países do BRICS irão elaborar plano de ação de cooperação em inovação 2021-2024¹⁰

Os países do grupo concordaram em elaborar o Plano de Ação de Cooperação em Inovação dos BRICS 2021-24, proposto pela Índia durante a 12ª Reunião do Comitê Diretor do BRICS em C&T em 8/7/2021. Participaram agências e ministérios científicos dos países do bloco onde acordaram que a proposta seria encaminhada ao GT Parceria de Empreendedorismo em Ciência, Inovação Tecnológica (STIEP/BRICS) por meio dos pontos focais de CT&I dos respectivos países.

Os participantes discutiram detalhadamente sobre as áreas temáticas para o edital deste ano e selecionaram 10 áreas incluindo Resistência Antimicrobiana (AMR): Tecnologias para Diagnóstico e Tratamento, Simulação e Análise de Big Data para Medicina avançada de precisão e Saúde Pública, entre outras.

NBD emite US\$2,25 bilhões para apoio pandêmico e títulos sustentáveis

Em 15 de julho de 2021, o NBD definiu US\$ 2,25 bilhões para suporte à pandemia e título sustentável de 3 anos; os recursos do título serão usados para financiar atividades de desenvolvimento sustentável e fornecer empréstimos de apoio emergencial à Covid-19 aos países membros do Banco. Em resposta ao impacto econômico adverso da pandemia, o Conselho de Administração do NDB aprovou 9 empréstimos de apoio emergencial, totalizando US\$ 9 bilhões, incluindo 4 empréstimos para viabilizar a recuperação econômica dos países membros do Banco.

Duas reuniões de BRICS ocorreram quando fechávamos este informe: Reunião dos Altos Funcionários da saúde BRICS (26-27/07) e reunião dos MS do BRICS e representantes de Alto-Nível sobre Medicina Tradicional (28/07), que serão comentados na próxima edição do Informe CRIS. Contudo, reproduzimos abaixo a matéria sobre a participação do MS do Brasil no referido evento, disponível no site do Ministério da Saúde (<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/queiroga-destaca-fortalecimento-do-sus-e-campanha-de-vacinacao-contr-a-covid-19-em-reuniao-com-ministros-da-saude-do-brics>)

Queiroga destaca fortalecimento do SUS e campanha de vacinação contra a Covid-19 em reunião com ministros da Saúde do BRICS

Ministro participou nesta quarta-feira (28) da XI Reunião de Ministros da Saúde do grupo

Publicado em 28/07/2021, 19h10; Atualizado em 28/07/2021, 19h22

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, participou da Reunião de Ministros da Saúde do BRICS, grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, nesta quarta-feira (28). Durante o evento, ele destacou o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro durante a pandemia, a estratégia diversificada do Governo Federal para a aquisição de vacinas e outras medidas adotadas em âmbito nacional e multilateral para enfrentar a pandemia.

¹⁰ [BRICS countries agree to Innovation Cooperation Action Plan proposed by India- The New Indian Express](#)

Queiroga listou ações adotadas desde o início da pandemia e reiterou que o Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que garante o acesso total, universal e gratuito à saúde, incluindo o acesso a medicamentos e vacinas eficazes, seguros e de qualidade.

"O Brasil adotou uma estratégia diversificada de aquisição de vacinas. Entendemos que para superar esta crise de saúde e promover a plena recuperação da atividade econômica e social, precisamos completar o nosso plano nacional de vacinação contra a Covid-19. A estratégia do Brasil inclui parcerias para transferência de tecnologia e produção nacional; contratos bilaterais com empresas farmacêuticas; e participação na COVAX Facility, totalizando mais de 600 milhões de doses contratadas", disse o ministro.

Durante sua participação, Queiroga apresentou os números da vacinação contra a Covid-19 no Brasil aos demais ministros do BRICS. Já são mais de 96 milhões de brasileiros imunizados com ao menos uma dose, o que representa 60% da população vacinável. Ao todo, o Brasil já aplicou mais de 128 milhões de doses da vacina de Covid-19, e distribuiu mais de 175 milhões de doses, das quais mais de 141 milhões foram produzidas em território nacional.

"O Brasil pode contribuir ainda mais com o BRICS e o fornecimento global de vacinas e biofármacos. O governo brasileiro tem investido no Complexo Econômico-Industrial da Saúde, com destaque para a fábrica da Santa Cruz, com investimentos de mais de 650 milhões de dólares. Estamos trabalhando para a instalação de laboratório com o mais alto nível de biossegurança, o NB-4. Também estamos interessados em produzir ingredientes farmacêuticos ativos (IFAs) para expandir nossas capacidades nacionais de longo prazo", afirmou Queiroga.

Investimento

Dentre as muitas medidas adotadas pelo governo para o combate à pandemia, foram listadas a Estratégia de Saúde Digital Brasileira 2020-2028, o Plano Nacional de Resistência aos Antimicrobianos e a agenda comum ao na luta contra a tuberculose.

O ministro mencionou a cooperação farmacêutica entre os países do BRICS. Segundo Queiroga, essa cooperação pode constituir um importante instrumento de compartilhamento de experiências regulatórias, adoção de melhores práticas e garantia da cadeia de suprimentos de medicamentos essenciais e equipamentos médicos.

Queiroga propôs, ao fim, que futuras discussões dos BRICS abordem o tema dos cenários pós-Covid. "Devemos preparar nossos sistemas nacionais de saúde para fornecer serviços de reabilitação adequados para os pacientes que se recuperem da Covid-19".

(Fernando Caixeta, Ministério da Saúde)

América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger

Até o dia 26 de julho de 2021, foram registrados 76,09 milhões de casos positivos e 1,99 milhões de óbitos nas Américas.

De acordo com a última coletiva de imprensa da OPAS¹¹, em 21 de julho, durante a última semana, mais de 967.000 novos casos e 22.000 mortes relacionadas foram relatados na Região das Américas, o que representa uma ligeira redução em relação à semana anterior.

Segundo a OPAS, a tendência da disseminação da doença mostra cada vez mais uma região dividida pelo acesso às vacinas. Nos países onde o suprimento de vacina é adequado, o número de casos está diminuindo; em países onde a cobertura vacinal permanece baixa, o número de casos permanece alto.

Tabela N° 1: América Latina: Casos Confirmados e Falecimentos á 25 de Julho de 2021

	País	Casos Confirmados	Óbitos	Pessoas Vacinadas		População em Milhares
				Total	COVAX	
Norte América	Canadá	1.425.987	26.544	47.009.235	---	38.067.913
	Estados Unidos	34.223.487	605.656	56.872.930	---	332.915.074
	México	2.741.983	238.316	345.363.324	4.336.740	130.262.074
Total Norte América		38.391.457	870.516	449.245.489	4.336.740	501.245.061
Sul América	Argentina	4.839.109	103.584	28.674.364	1.944.000	45.605.823
	Bolívia	467.975	17.637	3.887.758	1.429.050	11.832.936
	Brasil	19.670.534	549.448	123.291.610	7.989.600	213.993.441
	Chile	1.609.177	35.026	24.391.470	489.600	19.212.362
	Colômbia	4.716.798	118.538	24.535.783	3.276.180	51.265.841
	Equador	480.720	30.797	9.055.887	856.620	17.888.474
	Paraguai	448.720	14.593	2.016.734	304.800	7.219.641
	Peru	2.102.904	195.795	11.326.135	1.614.390	33.359.416
	Uruguai	380.311	5.927	4.623.276	98.400	3.485.152
Venezuela	298.804	3.475	1.446.988	---	28.704.947	
Total Sul América		35.015.250	1.074.820	233.250.005	18.002.640	432.568.033
Centro América	Belize	13.917	332	165.306	67.200	404.915
	Costa Rica	398.608	4.942	2.878.760	172.950	5.139.053
	El Salvador	84.691	2.558	3.860.861	3.417.680	6.518.500
	Guatemala	352.088	10.100	1.426.767	724.800	18.249.869
	Honduras	286.635	7.594	1.578.725	3.637.840	10.062.994
	Nicarágua	7.313	194	415.640	135.000	6.702.379
	Panamá	429.083	6.750	1.983.864	110.400	4.381.583
Total Centro América		11.572.335	32.469	12.309.923	8.265.870	51.459.293
Caribe e Islãs do	Cuba	332.968	2.351	---	---	11.351.786
	Haiti	19.817	526	2.198	500.000	11.543.315
	República Dominicana	340.053	3.935	9.637.523	278.400	10.953.714

¹¹ <https://www.paho.org/es/medios/rueda-prensa-semanal-sobre-situacion-covid-19-region-americas>

Oceano Atlântico	Resto dos Países do Caribe Islãs y Territórios	418.340	7.386	6.827.797	684.000	11.584.655
Total Caribe e Islãs do Oceano Atlântico		1.111.178	14.200	16.467.518	846.800	45.433.470
TOTAL DE LA REGION DAS AMERICAS		76.090.220	1.992.005	711.308.841	32.067.650	1.030.705.857

Fonte: <https://ais.paho.org/hip/viz/COVID19Table.asp> e https://ais.paho.org/imm/IM_DosisAdmin-Vacunacion.asp Acesso 25 de julho de 2021

Como pode ser visto na Tabela 1, mais de 711 milhões de doses já foram administradas na região das Américas. Correspondendo 63,15% à América do Norte, 32,56% à América do Sul, 1,7% à América Central e 2,31% ao Caribe.

Apenas 4,5% do total das doses administradas foram adquiridas pelo mecanismo COVAX e, embora seja pensando como um arranjo para promover a equidade no acesso, países como Haiti recebeu apenas 500.000 doses¹² até o momento, não atingindo se quer 1% da sua população.

Na Costa Rica, onde quase uma em cada três pessoas estão vacinadas, o número de casos COVID-19 está em queda. Os países sul-americanos com as maiores taxas de vacinação – como Uruguai, Chile e Argentina – estão relatando quedas muito acentuadas no número de casos. O mesmo ocorre no Canadá e na maior parte dos Estados Unidos. Os estados dos Estados Unidos onde há aumento de casos apresentam as menores taxas de vacinação, demonstrando a importância das vacinas no controle da disseminação do vírus.

Em toda a América Latina e Caribe, apenas 15% das pessoas completaram o esquema de vacinação contra a COVID-19.

O aumento no número de casos de COVID-19 está acelerando na maioria dos países da América Central, e altos números de casos e hospitalizações estão sendo relatados na Guatemala. Na vizinha Honduras, há um aumento no número de casos de COVID-19 nos estados ao longo da fronteira.

No Caribe, o número de casos de COVID-19 e mortes relacionadas está aumentando em Cuba, onde muitas províncias estão relatando aumentos dramáticos no número de novos casos. A situação é especialmente grave na província de Matanzas.

A circulação de novas variantes do vírus preocupa e tem aumentado o número de casos na região e no mundo. Foi detectada ao menos uma variante preocupante em 47 países e territórios da nossa região, sendo que em 11 países as quatro variantes mais preocupante foram detectadas: alfa, beta, gama e delta¹³.

¹² <https://www.paho.org/es/noticias/14-7-2021-haiti-recibe-500000-vacunas-donadas-por-estados-unidos-traves-covax>

¹³ <https://www.paho.org/es/noticias/21-7-2021-red-regional-vigilancia-genomica-rastrea-variantes-virus-sars-cov-2-toda-america>

XXI Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe (CELAC)

No âmbito da Presidência Pro Tempore da CELAC, realizada pelo México, em 24 de julho, foi realizada a XXI Reunião de Chanceleres da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) preparatória da Cúpula de Chefes de Estado que se realizará no mês de setembro.¹⁴ Participaram 32 países da América Latina e do Caribe (24 Chanceleres, 4 Vice Ministros e 5 países acreditados com representantes especiais), a Secretária Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena e o Representante para América Latina da FAO, Julio Verdeguer.

Foram discutidos o Plano Integral de Autossuficiência Sanitária, apresentado pela Comissão Econômica da CEPAL, o Acordo de Cooperação em Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e Cuba manifestou sua rejeição ao Bloqueio do governo dos Estados Unidos a seu país no marco da pandemia¹⁵.

O Chanceler mexicano expressou^{16 17} que, embora não seja possível avançar em alguns temas, a pandemia representa uma grande oportunidade de cooperação para a CELAC:

- 1 Iniciativas para a produção conjunta de vacinas têm sido compartilhadas entre a Argentina e o México.
- 2 Distribuição de Ventiladores doados pelos Países da CELAC.
- 3 5 Reuniões com a Rede de Especialistas para lidar com a pandemia.
- 4 Uma Reunião de Autoridades Reguladoras para ver quais vacinas podem ser usadas na região.
- 5 Diálogos entre autoridades de ciência e tecnologia.
- 6 Diálogos com outras regiões.
- 7 Estudo do Impacto da Pandemia na Segurança Alimentar, desenvolvido pela FAO.
- 8 Compêndio CELAC de Estratégias Políticas e Boas Práticas contra a Corrupção.
- 9 Declaração conjunta sobre a exportação de vacinas e suprimentos contra a Covid-19.
- 10 Comunicado sobre Democratização na Produção de Vacinas e Liberação de Patentes.
- 11 Fundo CELAC para atendimento a desastres

Por último, comunicou a intenção da Argentina de se candidatar para a próxima presidência pro tempore da CELAC¹⁸.

Discurso de Andrés Lopez Obrador na XXI Cúpula de Chanceleres da CELAC

Em seu discurso de abertura na cúpula de chanceleres da CELAC, o presidente do México, Andrés López Obrador¹⁹, falou a favor da criação de um novo órgão para substituir a Organização dos Estados Americanos (OEA)²⁰, apelando a um jogo de relacionamento diferente

¹⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=O90jkcS0kjc>

¹⁵ https://www.youtube.com/watch?v=SdN_oxoRjFQ

¹⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=O90jkcS0kjc>

¹⁷ <https://politica.expansion.mx/mexico/2021/07/24/ebrard-abre-reunion-de-cancilleres-de-la-celac-resalta-cooperacion-ante-covid>

¹⁸ <https://www.telam.com.ar/notas/202107/562495-argentina-postula-para-presidir-celac-mayor-bloque-latinoamericano.html>

¹⁹ <https://www.nodal.am/2021/07/discurso-del-presidente-andres-manuel-lopez-obrador-en-la-xxi-cumbre-de-cancilleres-y-representantes-de-la-celac/>

²⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=tV9V3dU9b3k>

entre Estados Unidos e a região, e julgou que “o modelo imposto se esgotou, não beneficia ninguém, não tem saída nem futuro.

Numa crítica à OEA e à Luis Almagro, Lopez Obrador aponto: *“A proposta é construir algo parecido com a União Europeia, mas apegado à nossa realidade. Não se deve descartar a substituição da OEA por um órgão autônomo, não um laçao de ninguém, mas um mediador. É uma tarefa para diplomatas”*.

O presidente do México lamentou “o movimento conservador, as rupturas do movimento liberal e o predomínio dos Estados Unidos no continente” no atual cenário Latino-americano, mais que existem *“condições imbatíveis para atingir o propósito de respeitar cada um outro e caminhando juntos sem ninguém ficar para trás”*.

“Chegou a hora de uma nova convivência entre todos os países da América. O modelo imposto se esgotou, não tem futuro nem saída. Não beneficia ninguém. Devemos deixar de lado o dilema de ingressar nos Estados Unidos ou nos opor a nós mesmos. É hora de explorar outra opção: dialogar com os governantes norte-americanos e persuadi-los de que um novo relacionamento é possível”.

Em relação ao relacionamento de México com Estados Unidos, aponto: *“A proximidade nos obriga a buscar acordos e seria um erro grave nos chutar com Sansão”*, explicou, mas acrescentou: O México tem *“razões poderosas para afirmar sua soberania e demonstrar que não somos um protetorado, uma colônia ou seu quintal”*.

“Aos poucos foi aceita uma circunstância favorável: o crescimento excessivo da China fortaleceu nos Estados Unidos que começamos a ser vistos como aliados, e não como vizinhos distantes”.

“Preferimos uma integração econômica com dimensão soberana com os Estados Unidos e Canadá, do que continuar a se debilitar como região e ter um cenário atormentado por tensões militares no Pacífico”, argumentou. Na mesma linha, ele exortou os chanceleres da região a dizerem *“adeus às imposições, interferências, bloqueios”* e trabalharem para *“aplicar os princípios de não intervenção, autodeterminação e solução pacífica de controvérsias”*.

CEPAL: A América Latina e o Caribe devem desenvolver plataformas regionais para produzir e distribuir vacinas e medicamentos

A Secretária Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena afirmou que a *“América Latina e o Caribe podem e devem se tornar um ator no desenvolvimento e produção de novas vacinas, no marco de uma estratégia regional de saúde concertada”*.

Nesse sentido, apresentou os avanços do Plano Integral de Autossuficiência em Saúde, rota programática desenvolvida pela CEPAL a pedido da CELAC para fortalecer a produção e distribuição de medicamentos, especialmente vacinas, nos países da região e reduzir a dependência externa.

Alicia Bárcena alertou sobre o acesso desigual às vacinas e apontou as assimetrias existentes na região e que persistem no resto do mundo. Ele especificou que na América Latina e no Caribe apenas 16,8% da população tem o esquema vacinal completo, enquanto nos Estados Unidos e Canadá o número chega a 49,3% da população, com um excedente de vacinas. A Europa tem 44,6% de sua população vacinada.

“Estamos preocupados que a aquisição de alguns países exceda as suas necessidades de vacinação. A União Europeia, os Estados Unidos, o Reino Unido, o Canadá e o Japão respondem por 43,9% dos compromissos de compra, com apenas 12,9% da população mundial.”

A indústria de manufatura de saúde da região apresenta baixo nível de desenvolvimento tecnológico e alta dependência da produção de empresas multinacionais e importadoras. Durante 2019, as importações dobraram o valor das exportações e o déficit ultrapassou os 20 bilhões de dólares.

O Plano Integral de Autossuficiência em Saúde tem oito áreas prioritárias e cinco linhas de ação:

1. Compra conjunta de sistemas de saúde pública,
2. Consórcios de financiamento de pesquisa e produção,
3. Plataformas de ensaios clínicos,
4. Propriedade intelectual,
5. Inventário de capacidades regionais,
6. Padrões regulatórios,
7. Desenvolvimento de provedores e
8. Acesso universal à vacinação e saúde.

As cinco linhas de ação em que se avançou e se propõe avançar em nível regional ou sub-regional, entretanto, consistem em:

- i. Um mecanismo regional de compra de vacinas,
- ii. A formação de consórcios para acelerar o desenvolvimento de vacinas,
- iii. Ensaio clínico plataformas,
- iv. Acesso à propriedade intelectual e
- v. Inventário de capacidades regionais.

O plano propõe quatro pilares para uma ação conjunta que reúna uma ampla gama de atores nacionais, sub-regionais e regional: desenvolvimento de tecnologia; desenvolvimento de produtos, manufatura e compra; e entrega e acesso universal.

Balanco da cooperação regional a 30 anos do MERCOSUL

Em meio às grandes tensões políticas que o MERCOSUL sofre, devido às divergências entre seus Estados Partes manifestadas na Cúpula de Presidentes, em 12 de julho foi lançado o Documento de Balanço da Cooperação Regional de 30 anos do MERCOSUL.²¹

Trata se de um documento de 10 folhas, onde se afirma que “Desde o início do MERCOSUL, em 1991, a cooperação internacional foi concebida por seus Estados Partes como uma ferramenta transversal e complementar que permite fortalecer as capacidades técnicas e institucionais de cada um. membros, reduzir as assimetrias dentro do bloco e contribuir para o aprofundamento do processo de integração regional Sob esta premissa, nos últimos 30 anos, a cooperação internacional tem sido capaz de acompanhar o desenvolvimento do MERCOSUL, por meio da implementação de um conjunto de -projetos e ações em bloco, que permitiram aos países membros avançar em seus objetivos e estratégias de desenvolvimento e cristalizar um valioso conjunto de resultados tangíveis e exitosos. ”

²¹ <https://www.mercosur.int/documento/documento-balance-de-la-cooperacion-regional-a-30-años-del-mercosur/>

Uma análise detalhada das iniciativas de cooperação implementadas ao longo destes 30 anos de trabalho mostrou que a cooperação regional no MERCOSUL promove oportunidades valiosas para:

- ✓ Melhorar a formação de recursos humanos da região;
- ✓ Fortalecer as capacidades das instituições da região (órgãos nacionais e / ou do MERCOSUL);
- ✓ Adquirir novas habilidades técnicas;
- ✓ Intercâmbio de conhecimentos e boas práticas com outros pares sobre diversos temas relacionados com o processo de integração;
- ✓ Lançar as bases para a futura construção de políticas públicas nacionais ou regionais e / ou inserir temas na agenda regional;
- ✓ Tratar assimetrias existentes;
- ✓ Fortalecer os laços e promover a cooperação interinstitucional;
- ✓ Harmonizar o levantamento e o trabalho de pesquisa;
- ✓ Conhecer as iniciativas realizadas em outros contextos e aumentar o conhecimento sobre determinadas áreas do conhecimento;
- ✓ Fortalecer os laços de comunicação, intercâmbio e aprendizagem coletiva, bem como promover a formação de alianças;
- ✓ Intensificar a comunicação entre os coordenadores nacionais dos órgãos do MERCOSUL;
- ✓ Sensibilizar, alertar e divulgar conhecimentos sobre problemas comuns e partilhados;
- ✓ Construir e renovar infraestruturas e equipamentos;
- ✓ Estabelecer canais de contato fluido entre especialistas de outros países e o MERCOSUL;
- ✓ Contribuir para o processo de harmonização de temas no âmbito dos órgãos do MERCOSUL;
- ✓ Avançar no intercâmbio de experiências entre todos os funcionários envolvidos na cooperação.

Conforme consta do Documento, ao longo desses 30 anos a cooperação internacional pôde acompanhar e apoiar o processo de integração do MERCOSUL, superando barreiras e aprimorando seus mecanismos de gestão. Mesmo quando destaca que o balanço de 30 anos de processo é bastante positivo, deixando claro que "pelos temas e conquistas, a cooperação técnica tem contribuído para o processo de integração". E se menciona que algumas contribuições influenciaram diretamente no processo de integração e outras o fizeram indiretamente, todas convergentes com os objetivos do MERCOSUL (CCT, 2005), parece que as tensões recentemente expressas pelos Presidentes dos Estados parte, seriam uma evidência que essas conquistas não são suficientes para manter o bloco coeso.

Organismo Andino de Saúde Convenio Hipólito Unanue impuliona o Programa de Liderança para Gestão de Políticas e Regulação de Recursos Humanos em Saúde

Com a presença do Programa Sub-regional da OPAS / OMS para a América do Sul em conjunto com o Campus Virtual da OPAS / OMS, eles iniciaram em 20 de julho de 2021 por meio de um curso virtual com presença de mais de 67 participantes da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

O curso faz parte dos compromissos regionais assumidos na **Política Andina e Plano de Recursos Humanos em Saúde 2018-2022**²², e que oferece um espaço de intercâmbio e

²²<http://orasconhu.org/portal/sites/default/files/ResolREMSAAXXXVII/ResolREMSAAXXXVII530RRHH20182022.pdf>

aprendizagem colaborativa para profissionais que são responsáveis pela gestão de recursos humanos em diferentes instituições nacionais e internacionais. contextos".

Essa proposta pretende que os participantes em 16 semanas possam gerar reflexão sobre as práticas cotidianas e que promova a melhoria na liderança e nos processos de gestão de recursos humanos em saúde de acordo com as características, possibilidades e desafios de cada país.

ORAS - CONHU e IOM em parceria para a proteção da saúde dos migrantes

A Organização Andina de Saúde - Convenção Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) e o Escritório Regional da Organização Internacional para as Migrações (OIM) para a América do Sul²³, estabeleceram um acordo marco para implementar projetos de saúde que beneficiem os migrantes da área andina com ênfase nas áreas de fronteira.

Com este acordo, ambas as organizações desenvolverão várias atividades que promovam e protejam a saúde dos migrantes na região, tais como facilitar o acesso equitativo a serviços integrais de saúde que atendam às suas necessidades; promover a saúde das pessoas que se deslocam nas áreas de fronteira; estabelecer sistemas de vigilância de doenças. Da mesma forma, este instrumento facilitará a colaboração na promoção de eventos, conferências e apresentações relacionadas à saúde.

CEPAL: Autoridades da região levantaram a urgência de uma cooperação renovada com os países em desenvolvimento em transição com base em uma medição multidimensional do desenvolvimento sustentável²⁴

Durante um evento virtual organizado pelo Governo da Costa Rica e CEPAL – em paralelo ao Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável 2021 – autoridades da América Latina e do Caribe e funcionários internacionais levantaram a urgência de renovar a cooperação internacional com base em uma medição multidimensional do desenvolvimento, que considera as lacunas estruturais enfrentadas pelos países de renda média.

O encontro virtual *Medidas multidimensionais do desenvolvimento: oportunidades para uma cooperação renovada na América Latina e no Caribe* foi aberto por Rodolfo Solano Quirós, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Costa Rica, e Alicia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL, que apresentou o documento *Oportunidades cooperação renovada na América Latina e no Caribe. Desenvolvimento em transição: conceito e medição em construção*, solicitado pelo Governo da Costa Rica e cuja edição final incluirá os comentários dos países após a nomeação.

Além de agradecer o relatório, que qualificou de "um instrumento para a tomada de decisões", afirmou que hoje, mais do que nunca, os países da América Latina e do Caribe precisam fazer um planejamento conjunto e solidário para os próximos anos. A região está dando passos decisivos na busca de uma mudança de enfoque, que reconheça as realidades objetivas dos países para alcançar o verdadeiro desenvolvimento, afirmou.

O chanceler Rodolfo Solano Quirós declarou que o conceito de desenvolvimento em transição parece adequado para construir uma medida de desenvolvimento mais eficaz, uma medida multidimensional que reflita e atenda adequadamente às particularidades e

²³ <http://orasconhu.org/portal/blog/750>

²⁴ <https://www.cepal.org/es/noticias/autoridades-la-region-plantearon-la-urgencia-renovada-cooperacion-paises-desarrollo>

necessidades de cada país, pois sua aplicação pode lançar as bases para uma distribuição e recursos efetivos de cooperação internacional para o desenvolvimento, no espírito de uma renovada solidariedade global.

Durante a sua intervenção, Alicia Bárcena destacou que “a cooperação internacional foi e é um motor do avanço econômico e social de grande parte dos países do mundo. Renovar a cooperação internacional é essencial para alcançar um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável para todos os habitantes da América Latina e do Caribe”.

A Secretária Executiva da CEPAL lembrou que a América Latina e o Caribe é uma região de renda média que está em processo de transição para o desenvolvimento, que mantém lacunas estruturais importantes e que tem sido uma das mais atingidas pela crise da saúde, assim como pelos seus efeitos econômicos e sociais. O alto endividamento e o reduzido espaço fiscal dos países da região não só ameaçam a manutenção dos planos emergenciais por conta da pandemia, mas também o cumprimento das Metas de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, alertou.

Nesse contexto, a alta funcionária insistiu que a renda per capita é uma medida insuficiente para avaliar o progresso dos países em termos de desenvolvimento, bem-estar e sustentabilidade. Por isso, a CEPAL desenvolveu um quadro analítico baseado no conceito de “desenvolvimento em transição”, que considera as armadilhas e as brechas estruturais enfrentadas por países de renda média como os da América Latina e do Caribe. O objetivo é colocar esta proposta a serviço da comunidade internacional para definir os critérios de concessão de financiamento internacional para o desenvolvimento.

“As novas formas de cooperação têm que abordar questões transversais, como a economia do cuidado, considerar políticas industriais para criar economias de escala e, acima de tudo, expandir a caixa de ferramentas, incluindo instrumentos de financiamento e fundos climáticos”, disse Bárcena.

A destacada ascensão de bilionários na América Latina durante a pandemia²⁵

Durante a pandemia covid-19, o gigantesco abismo que historicamente existiu entre os mais pobres e os donos de grandes fortunas na América Latina se alargou. O número de bilionários na região passou de 76 para 107 e a fortuna total acumulada passou de US \$ 284 bilhões para US \$ 480 bilhões. Ou seja, na América Latina o número de pessoas mais ricas aumentou 41% e os ativos combinados do seletor clube aumentaram 69%.

O cálculo parte de uma análise feita pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, comparando março de 2020 com maio deste ano, segundo dados publicados pela Forbes.

Embora os ativos variem constantemente à medida que os mercados se movem, o fenômeno reflete uma tendência. Entre os novos 31 bilionários latino-americanos que emergiram durante a pandemia, em meio a uma das piores crises econômicas das últimas décadas, estão nomes como Beatriz Dávila de Santo Domingo (Colômbia), David Vélez (Colômbia), Guilherme Benchimol (Brasil) e André Street (Brasil).

Um dos motivos é que, apesar do desastre econômico, Wall Street tem comemorado, estabelecendo recordes históricos. E como as pessoas com grandes fortunas investem grande

²⁵ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-57783103>

parte de seu capital em ações, sua riqueza explodiu. Em suma, tanto na América Latina quanto no resto do mundo, os pobres ficaram mais pobres e os ricos mais ricos.

Para explicar a desconexão entre Wall Street e as ruas, economistas como Kenneth Rogoff, um professor da Universidade de Harvard, argumentaram que globalmente essa crise atingiu duramente as pessoas com renda mais baixa e as empresas menores. “Não afeta tanto os lucros das empresas. São apenas os 20% mais pobres da população que realmente sofrem e isso não afeta o mercado de ações. É cruel, mas essa é a lógica dos mercados”.

Caindo um pouco do pedestal dos ultra-ricos, a consultoria financeira suíça Credit Suisse publicou um relatório no final de junho sobre a ascensão dos milionários no mundo.

Estes cresceram cerca de cinco milhões em 2020, elevando o número total de indivíduos para 56 milhões. Isso significa que cerca de 1% dos adultos em todo o mundo se tornaram milionários pela primeira vez.

Por que o número de milionários no mundo cresceu durante a pandemia covid-19?

Anthony Shorrocks, economista e autor do Global Wealth Report da consultoria, disse que a pandemia teve um “forte impacto de curto prazo nos mercados globais”, mas “foi amplamente revertido no final de junho de 2020”. “A riqueza global não apenas se manteve estável em face dessa turbulência, mas na verdade aumentou rapidamente na segunda metade do ano”, explicou ele.

Na América Latina, a brutal diferença entre a economia real e o mundo financeiro seguiu um caminho semelhante ao do resto do mundo, no que se refere ao impacto das bolsas de valores na concentração da riqueza. “A espetacular ascensão de bilionários na América Latina durante a pandemia. “A desigualdade na região cresceu muito durante a pandemia”, disse à BBC Mundo Luis Felipe López-Calva, diretor regional do PNUD para a América Latina e o Caribe.

Por países, a lista dos com maior número de bilionários é liderada por Brasil, México e Chile, seguidos por Peru, Colômbia e Argentina. “Eles geram poucos empregos”. A maioria dos super-ricos da América Latina está concentrada em quatro setores: financeiro, telecomunicações, meios digitais de pagamento e saúde. “São setores intensivos em capital e que geram poucos empregos”, acrescenta López-Calva e alerta que “quando a concentração de recursos se traduz em concentração de poder político, pode causar um círculo vicioso”, que na prática realimenta as disparidades.

Destaques nacionais

Peru: Pedro Castillo é o presidente eleito do Peru

Após mais de 1 mês das eleições presidenciais, Pedro Castillo é, definitivamente, o presidente eleito do Peru. O candidato do partido Peru Libre, que se define como de ideologia marxista, venceu essas eleições em um momento em que o Peru atravessa uma profunda crise econômica e de saúde.

Castillo propõe várias mudanças estruturais no Peru, mas entre as propostas que geraram mais debate está a mudança do modelo econômico para o que ele e seu partido definem como uma economia popular com mercados em oposição ao modelo de mercado livre que o Peru tem seguido recentemente.

Covid no Brasil: estudo que mostra como as cidades governadas por mulheres registram 43% menos mortes

Desde o início da pandemia, líderes como Jacinta Ardern (Nova Zelândia), Tsai Ing-wen (Taiwan) e Sheikh Hasina (Bangladesh) foram elogiados por antecipar uma ação contra a COVID-19 e retardar a propagação da doença.

Mas, até o momento, a relação entre gênero e resultados de políticas de saúde era principalmente anedótica. Um novo estudo realizado no Brasil sugere que ter uma mulher no comando pode salvar mais vidas em uma pandemia.

Os pesquisadores descobriram que cidades governadas por mulheres no país registraram 43% menos mortes por COVID-19 e 30% menos hospitalizações do que aquelas governadas por homens.

A explicação, dizem eles, está ligada à adoção de medidas não farmacológicas – como o uso obrigatório de máscaras e a proibição de aglomerações de massa – que as mulheres tinham maior probabilidade de implementar.

“Nossas descobertas fornecem evidência causal confiável de que as líderes femininas superaram os homens no tratamento de uma questão de política global”, escrevem os pesquisadores. “Nossas descobertas também destacam o papel que os líderes locais podem desempenhar no combate às más políticas implementadas por líderes populistas em nível nacional.”

Os pesquisadores concentraram sua análise em 5.500 municípios brasileiros em 700 cidades onde ocorreu uma disputa acirrada entre um candidato do sexo masculino e feminino nas eleições de 2016. Foram consideradas cidades nas quais houve apenas um turno eleitoral e, portanto, tamanhos populacionais inferiores a 200.000. Ao aplicar essas regras, os pesquisadores queriam simular um experimento aleatório da melhor maneira possível. Ficaram com uma amostra de cidades médias e pequenas nas quais as chances de ter um homem ou uma mulher como líder eram iguais.

Com base em estatísticas oficiais, observaram que as cidades governadas por mulheres registraram 43,7% menos mortes por COVID-19 por 100.000 habitantes do que aquelas cujos governos eram chefiados por homens, e houve 30% menos hospitalizações.

Assim, constatou-se que as líderes femininas tinham 5,5% mais chances de banir multidões, 8% mais chances de implementar o uso de máscaras e 14% mais chances de insistir em solicitar exames obrigatórios para permitir a entrada em suas aldeias.

Os pesquisadores queriam destacar a importância dessas opções estimando quantas vidas seriam salvas se metade de todos os brasileiros tivessem uma mulher no comando (atualmente apenas 13% são governados por mulheres), o país teria registrado 15% menos mortes, dizem eles. Em outras palavras, os pesquisadores estimam que 75.000 brasileiros dos 540.000 que morreram de covid-19 ainda estariam vivos. “Queríamos mostrar a escala de relevância desse fenômeno na aplicação de políticas públicas”, disse à BBC Alexandros Cavgias, da Universidade de Barcelona e um dos coautores do estudo.

Mas o que fez as mulheres tomarem decisões melhores do que os homens, de acordo com este estudo?

Já existem pesquisas que mostram que as mulheres, em geral, aderem mais às medidas não farmacológicas de combate ao COVID-19, como o distanciamento social e o uso de máscaras. O estudo foi realizado por pesquisadores da Universidade de São Paulo e da Universidade de Barcelona, além do Insper. Ainda não foi publicado e precisa ser revisado por pares. Mas suas descobertas coincidem com as de estudos de outros centros que chegam às mesmas conclusões.

Um artigo de 2020 publicado no *Journal of Applied Psychology* descobriu que os estados dos EUA governados por mulheres também viram menos mortes do que aqueles governados por homens. E foi além e analisou como as mulheres demonstravam mais empatia e confiança em seus encontros com a imprensa.

Outro estudo publicado este ano por pesquisadores das Universidades de Liverpool e Reading, no Reino Unido, descobriu que os países liderados por mulheres tiveram um desempenho melhor no combate à COVID-19 do que aqueles liderados por homens. Os pesquisadores atribuíram o resultado à forma como esses líderes responderam à pandemia: de forma proativa e coordenada.

Frequentemente, é apontado que, apesar de seus bons resultados, as mulheres têm menos espaço político do que os homens e que isso deve afetar a forma como lidam com uma crise.

“Sabemos que a política brasileira ainda é dominada por homens. Isso significa um desafio maior para uma mulher do que para um homem se eleger. Só as mulheres mais qualificadas acabam vencendo ou quase vencendo as eleições”, diz Gagete-Miranda. “Talvez as prefeitas acabem tomando decisões melhores sob pressão porque já enfrentam mais pressão e desafios adicionais em suas carreiras políticas. Mas isso não é algo que possamos observar ou medir usando dados estatísticos”, diz ela.

Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg

OMS/AFRO e a situação da pandemia

Após oito semanas consecutivas de um aumento rápido, novos casos COVID-19 em África abrandaram, impulsionados por uma queda acentuada na África do Sul, que é responsável pela maior parte dos casos relatados no continente, embora esta evolução possa ser de curta duração.

O número de novos casos em África caiu 1,7% para quase 282 000 na semana que terminou a 18 de Julho. No entanto, a remoção de dados da África do Sul, que representa 37% destes casos, revela um aumento de nove semanas sem interrupções. O pico atual é 80% mais elevado do que o pico anterior de África, quando se excluem os dados da África do Sul. Sem os dados da África do Sul, os casos aumentaram 18% em África para mais de 182 000 na semana que terminou em 18 de Julho.

Vinte e um países africanos viram casos aumentar mais de 20% durante pelo menos duas semanas consecutivas - o que é um aumento de três países em relação à semana anterior - e a variante Delta altamente transmissível foi encontrada em 26 países africanos. A variante Alfa está em 38 países e a Beta está em 35. Os ganhos da África do Sul permanecem incertos uma vez que os protestos têm perturbado a resposta do país, incluindo a vigilância e a realização de testes à doença. As imagens de aglomerações violentas também podem desencadear outro aumento dos casos.

Como resultado, as admissões hospitalares têm aumentado rapidamente e os países continuam a enfrentar carências em oxigénio e camas de cuidados intensivos. No entanto, o número de casos relatados em toda a região continua a ser significativamente superior a relatados em todos os picos anteriores. A elevada incidência de casos ocorre no meio de quebra acentuada de fornecimentos de vacinas, o que deixou os governos com poucas opções para além da instituição de lockdowns para tentar abrandar as infecções. A contagem de mortes também diminuiu pela primeira vez depois de cinco semanas de aumento consistente.

E isto acontece quando a OMS insta os países africanos a intensificarem urgentemente a vacinação, à medida que o aperto nos fornecimentos de vacinas diminui. Cerca de 60 milhões de doses estão previstas para chegar nas próximas semanas dos Estados Unidos da América, da *Team Europe*, do Reino Unido, além de doses compradas e adquiridas através de COVAX. Espera-se mais de meio bilião de doses vindas da COVAX no decurso deste ano.

*"Mas não tenhamos ilusões, a terceira vaga de África não acabou de todo. Este pequeno passo em frente oferece esperança e inspiração, mas não deve mascarar o grande quadro para África. Muitos países ainda correm um risco máximo e a terceira vaga de África subiu mais depressa e mais alto do que nunca. As celebrações da **Eid-ul-Adha** (festa do sacrifício, celebrada pelos muçulmanos imediatamente após à peregrinação a Meca, ou *Hajj*), assinaladas essa semana, podem também resultar num aumento de casos. Todos temos de duplicar as medidas de prevenção para nos apoiarmos nestes ganhos frágeis"*, alertou a Dr.^a Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para África.

Um afluxo maciço de doses significa que a África tem de acelerar a vacinação em cinco a seis vezes se quiser utilizar todas essas doses, atingindo totalmente os 10% mais vulneráveis de todos os africanos até final de setembro. Ao ritmo atual, a OMS estima que quase 70% dos

países africanos não atingirão o objetivo de 10% até ao final de setembro. Cerca de 3,5 milhões a 4 milhões de doses são administradas semanalmente no continente, mas para atingir a meta de setembro, a vacinação deve aumentar para 21 milhões de doses, no mínimo, todas as semanas.

Apenas 20 milhões de africanos, ou 1,5% da população do continente, estão totalmente vacinados até agora e apenas 1,7% das 3,7 bilhões de doses globais foram administradas em África. Os países de elevado rendimento administraram 62 vezes mais doses por pessoa do que os países de baixo rendimento.

O Banco Mundial já veio assinalar que, para além dos 9,5 bilhões de dólares necessários para comprar vacinas suficientes para assegurar uma proteção adequada, são necessários mais 3 bilhões de dólares para financiar as operações de logística. Para aumentar a aceitação, os países devem aumentar as operações, os investimentos em custos operacionais e abordar a questão da confiança nas vacinas. Os países precisam de locais e trabalhadores de saúde suficientes para a vacinação, armazenamento suficiente de vacinas, transporte e logística adequados para a distribuição. A OMS está a apoiar os países africanos no sentido de planejar melhor e estabelecer custos operacionais e os processos de distribuição para apoiar a campanha de vacinação.

A OMS está a trabalhar com países para melhorar o tratamento e as capacidades de cuidados críticos, fornecendo orientação sobre manejo clínico, apoio à atualização de protocolos e formação sanitária de profissionais de saúde. Juntamente com outros os parceiros, a organização está também a prover materiais médicos essenciais, tais como oxigénio e tendo apoiado o fabrico e reparação de instalações de produção de oxigénio.

As outras ações propostas pela OMS AFRO aos Estados-Membros: todos os que ainda não preenchem os critérios de terceira vaga, mas com um aumento recente de casos, necessitam de um apertado processo de acompanhamento. Os outros Estados-Membros precisam manter nível elevado dos seus sistemas de vigilância, reavaliar e aumentar a capacidade de cuidados críticos e intensificar o fornecimento de medicamentos, incluindo o oxigénio medicinal para o tratamento de pacientes gravemente doentes. A prioridade número um para os países africanos afetados pela terceira vaga é aumentar a produção de oxigénio vital para responder às necessidades dos doentes. Apela também aos Estados-Membros para que vacinem pelo menos 10% das suas populações, até setembro e, 30%, até final de 2021.

<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/343057/OEW29-1218072021.pdf>

<https://www.afro.who.int/news/pivotal-point-africas-covid-19-third-wave>

PONTO DA SITUAÇÃO SOBRE PARCERIA PARA A PRODUÇÃO LOCAL PROMOVIDA PELO CDC ÁFRICA

Recorde-se que em abril deste ano e sob o alto patrocínio da União Africana, foi lançada *The Partnerships for African Vaccine Manufacturing (PAVM)* na qual também participou a Presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima.

Decorridos três meses depois desse evento, o CDC África apresenta um balanço sobre os empreendimentos levados a cabo pelos Estados-Membros para a concretização das conclusões dessa reunião, testemunhada por 40.000 participantes de mais de 100 países, oriundos de OMS, OMC, Ministros de Saúde, organizações filantrópicas, academia, organizações de saúde comunitárias e setor privado.

Foram assumidos fortes compromissos políticos para impulsionar a visão ousada da União Africana de fabricar cerca de 60% das suas vacinas no continente até 2040 sob a liderança do CDC África.

Desde o evento de abril, vários países têm feito progressos notáveis:

•**Em 10 de Julho de 2021, Senegal**

A União Europeia, os Estados Unidos, vários governos europeus e parceiros, assinaram acordos para financiar a produção local de vacinas no Instituto Pasteur de Dakar.

•**Em 5 de Julho de 2021, Marrocos**

O rei Mohammed VI assinou um Memorando de Entendimento com a empresa sueca "Recipharm" para estabelecer e aumentar a capacidade de fabrico de vacinas no país. Os produtores farmacêuticos marroquinos também discutiram diferentes parcerias público-privadas e oportunidades de subcontratação para o fabrico de vacinas.

•**Em 28 de Junho de 2021, África do Sul**

Foi assinado um acordo entre Biovac, Afrigen Biologics & Vaccines, uma rede de universidades, OMS, COVAX e CDC África para o estabelecimento do primeiro centro de transferência de tecnologia de vacinas mRNA em África.

•**Em 29 de Abril de 2021, Egito**

Assinados dois acordos entre uma companhia (*Holding Company for Biological Products and Vaccines de Produtos Biológicos e Vacinas - VACSER*) e Sinovac para fabrico local de vacinas.

•**Em 7 de Abril de 2021, Argélia**

Foi anunciada a produção da vacina Sputnik V em parceria com a Rússia, podendo uma parte de produção ser destinada aos outros países africanos.

<https://africacdc.org/wp-content/uploads/2021/07/Statement-on-the-remarkable-progress-made-by-several-African-countries-as-part-of-the-Partnerships-for-African-Vaccine-Manufacturing-PAVM.pdf>

O CDC África realiza uma reunião virtual com Representantes Permanentes dos Grupos Africanos e Chefes das Missões da União Africana em Nova Iorque, Genebra, Bruxelas e Washington DC

O CDC África informou os representantes permanentes do grupo africano entre comunidades diplomáticas e da diáspora sobre a situação de aquisição de vacinas e das campanhas de vacinação no continente.

O evento que se realizou virtualmente reuniu representantes do Grupo Africano em Bruxelas, Genebra, Nova Iorque e Washington, bem como os Representantes Permanentes e Chefes de Missões de Observação da União Africana nessas quatro capitais. O objetivo foi de atualizar a comunidade diplomática sobre a situação epidemiológica da COVID-19 em África, analisando as oportunidades e desafios atuais à medida que a pandemia continua a evoluir e a alavancar o seu apoio a nível global para reduzir a lacuna de acesso existente e facilitar o desenvolvimento futuro e sustentável de vacinas em África.

Nas suas observações iniciais, o Representante Permanente da Gâmbia junto do UNOG e Presidente do Grupo Africano de Embaixadores em Genebra, o Professor Muhammadou Kah apreciou grandes esforços empreendidos pela União Africana, através do CDC África, na coordenação eficiente para garantir que os interesses de África são plenamente tidos em consideração à luz dos desafios enfrentados na gestão de pandemia. O Embaixador salientou dois aspectos importantes: uma maior exigência na igualdade de condições para a distribuição equitativa de vacinas e o enfoque da União Africana na melhoria do transporte internacional e na coordenação logística da cadeia de abastecimento; e a colaboração com o Coordenador da Saúde e peritos do Grupo Africano em Genebra para assegurar uma linguagem apropriada e que o interesse africano esteja plenamente representado na proposta do Tratado da Pandemia.

Também mereceu a atenção dos diplomatas a crítica necessidade de produção local de vacinas, diagnósticos e medicamentos nos Estados-Membros da União Africana, que funcionariam como centros (*hubs*) para outros países dentro do continente, pressupondo uma cooperação entre os próprios Estados-Membros e colaboração com outros atores como fatores determinantes de sucesso para o continente sob a coordenação e liderança do CDC África.

Os representantes permanentes e chefes de missão expressaram o seu apreço pela recente iniciativa dos países ocidentais, especificamente o governo dos Estados Unidos de doar vacinas e apoiar a suspensão de patentes, mas continuam desapontados com o nacionalismo de vacina que vem sendo seguido pelos países produtores. Os Embaixadores expressaram ainda a sua grande preocupação e lamentaram o baixo nível de cobertura vacinal em África, que se situa atualmente em cerca de 1,15% de uma população de 1,2 bilhões.

<https://africacdc.org/news-item/africa-cdc-holds-virtual-meeting-with-african-group-permanent-representatives-and-heads-of-african-union-missions-in-new-york-geneva-brussels-and-washington-dc/>

REPERCUSSÕES DA XIII CIMEIRA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP



Zacarias Albano da Costa (Timor-Leste)
Novo Secretária Executivo da CPLP (agosto 2021 a julho 2023)

Como sabemos, na criação da CPLP em 1996 e nos anos que se seguiram, os órgãos de governação conheceram um alargamento considerável. Aos quatro órgãos iniciais (a *Conferência de Chefes de Estado e de Governo*, o *Conselho de Ministros*, o *Comité de Concertação Permanente* e o *Secretariado Executivo*) se somaram: as *Reuniões Ministeriais Setoriais*, as *Reuniões de Pontos Focais de Cooperação*, o *Instituto Internacional de Língua Portuguesa* e, por fim, a *Assembleia Parlamentar*. A Conferência de Chefes de Estado e de Governo é o órgão máximo da CPLP. Até este ano, desde a fundação desta Comunidade, já foram realizadas 12 Conferências. Os Estados-Membros que sediaram, mais de uma vez, a reunião magna da CPLP, são Angola (2010 e 2021), Cabo Verde (1998 e 2018), Brasil (2002 e 2016), Moçambique (2000 e 2014) e Portugal (1996 e 2008).

São competências da Conferência:

- a) Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP;
- b) Adotar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;
- c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP;
- d) Eleger de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos;
- e) Eleger o Secretário Executivo da CPLP.

A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados-Membros. As suas decisões são tomadas por consenso e são vinculativas para todos.

A XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) decorreu presencialmente no dia 17, em Luanda, tendo sido adotado, numa Declaração específica, o lema “**Construir e Fortalecer um Futuro Comum e Sustentável**”.

Nesta cúpula, a Angola assumiu a Presidência *pro tempore* da CPLP para os próximos dois anos. A anteceder esta Conferência, decorreram as seguintes reuniões estatutárias: **16 de julho** - XXVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros; **15 de julho** - 244ª Reunião Ordinária do Comité de Concertação Permanente; **12 e 13 de julho** - XLII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação

DECLARAÇÃO DE LUANDA

Para além de assinatura da Declaração de Luanda, a Conferência adotou **13 Resoluções** importantes:

Concedeu a categoria de Observador Consultivo às seguintes entidades: Associação de Docentes de Português na Galiza (DPG); ProCult - Organização Angolana de Incentivos ao Investimento Privado no Setor da Cultura; Associação de Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa (AFPLP); Federação de Advogados de Língua Portuguesa (FALP); Fundação Cidade de Lisboa.

Atribuiu a Categoria de Observador Associado a: Canadá; Qatar; Estados Unidos da América; Irlanda; Espanha; Índia; Costa do Marfim; Peru; Grécia; Romênia; Conferência Ibero-Americana; G7+; Organização Europeia de Direito Público (OEDP/EPLO)

Recorde-se que até à XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a CPLP já tinha atribuído a categoria de Observador Associado à **Geórgia**, ao Grão-Ducado de **Luxemburgo**, à **Hungria**, ao **Japão**, ao Principado de **Andorra**, ao Reino Unido da **Grã-Bretanha** e da Irlanda do Norte, à República da **Argentina**, à República **Checa**, à República do **Chile**, à República **Eslovaca**, à **República Francesa**, à República da **Ilha Maurícia**, à República **Italiana**, à República da **Namíbia**, à República Oriental do **Uruguai**, à República do **Senegal**, à República da **Sérvia**, à República da **Turquia** e à OEI.

Os Estados Observadores Associados assumiram um compromisso com os objetivos da Comunidade e os seus princípios orientadores, reforçando a possibilidade de aprofundar laços ao nível político, económico e cultural, podendo contribuir para prosseguir a promoção e difusão, ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa.

Resolução sobre as Recomendações da III Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), tendo a Conferência mandato o

Secretariado Executivo da CPLP para facilitar o processo de construção de uma Declaração conjunta da Comunidade à Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares, em 2021.

Resolução sobre a definição de uma nova Orientação Estratégica da Cooperação da CPLP e que possibilitará acelerar o contributo coletivo dos Estados-Membros para a prossecução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, tendo sido aprovada a versão revista do *Manual de Cooperação da CPLP*.

Resolução sobre a Emergência Climática

Comprometer-se a acelerar o processo de implementação das decisões resultantes da CQNUAC/UNFCCC, da COP15 da CBD, da COP14 da Convenção sobre Zonas Húmidas (Ramsar), da COP 15 da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), da UNEA e da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, em junho de 2022, promovendo medidas urgentes para a sua aplicação nos respetivos ordenamentos jurídicos. Promover uma participação ativa da CPLP na 26.ª Conferência das Partes da CQNUAC/UNFCCC, que terá lugar em novembro do corrente ano, em Glasgow.

Resolução sobre “Acordo sobre Mobilidade entre os Estados-Membros”: adotado pela Conferência o Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP, anexo à presente Resolução e que dela faz parte integrante. Decidem também comprometer-se a promover as diligências necessárias com vista ao acolhimento tão célere quanto possível do Acordo sobre a Mobilidade nos respetivos ordenamentos jurídicos e, ainda, a contribuir para a criação das condições legais e institucionais para o incremento progressivo e ordenado da mobilidade na CPLP de todos os cidadãos dos Estados-Membros.

Resolução sobre a criação do novo objetivo geral da CPLP

Denominado de “Cooperação Económica”, a Conferência incentiva os Estados-Membros a apresentarem ao Secretariado Executivo, para submissão à próxima Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, propostas concretas de revisão dos Estatutos da CPLP com vista à consagração da “*Cooperação Económica*” como objetivo geral, a incluir no atual artigo 3.º.

No âmbito específico de cooperação, a Conferência renovou o compromisso com Agenda 2030, saudou a Recomendação da 3ª Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde, realizada por videoconferência, no dia 6 de novembro de 2020, sob o tema “COVID-19: Construção de uma Resiliência Comunitária”, para a ampliação do Plano de Ação do Programa Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP) através de propostas de atividades que contribuam para o processo de mitigação e recuperação pós-COVID-19; Saudaram o início das atividades do Grupo de Trabalho sobre Capacitação em Resposta a Emergências em Saúde Pública (EMARESP-CPLP), previsto para outubro próximo, com vista ao reforço da coordenação entre os Estados-Membros na vigilância e resposta a emergências em saúde pública, incluindo epidemias e desastres.

Tudo sobre a XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, pode ser consultado aqui: <https://www.cplp.org/id-2595.aspx>

UNIÃO AFRICANA - estatuto de Observador Oficial a Israel

Após quase 20 anos de esforços diplomáticos, Israel alcançou o estatuto de observador na União Africana (UA). Oficializando a mudança, o embaixador de Israel na Etiópia, Burundi e

Chade, Aleli Admasu, apresentou as suas credenciais a Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da União Africana, na sede do bloco na capital etíope em Adis Abeba.

"Este é um dia de celebração das relações Israel-África", disse o Ministro dos Negócios Estrangeiros israelita Yair Lapid numa declaração em que se observava que Israel tem atualmente relações com 46 países africanos. Israel tinha anteriormente o estatuto de observador na Organização de Unidade Africana (OUA), mas foi frustrado durante muito tempo nas suas tentativas de a recuperar após a OUA ter sido dissolvida em 2002 e substituída pela União Africana. "Isto corrige a anomalia que existe há quase duas décadas e é uma parte importante do reforço do tecido das relações externas de Israel", acrescentou a nota de declaração do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A concessão do estatuto de observador a Israel pela União Africana permitirá uma cooperação mais forte entre as duas partes em vários aspectos, incluindo a luta contra o coronavírus e a prevenção "da propagação do terrorismo extremista" no continente africano, acrescentou.

Numa declaração separada, o Presidente da Comissão da União Africana salientou a posição da organização sobre o conflito israelo-palestiniano de longa data, reiterando a posição do bloco de que uma solução de dois Estados era "*necessária para uma coexistência pacífica*".

A declaração da União Africana salientou que o caminho para uma paz e estabilidade duradouras exige que o processo de paz e as soluções procuradas não só sejam aceitáveis, como também garantam os direitos de todas as partes.

Em maio passado, a União Africana condenou Israel quando as suas forças bombardearam a Faixa de Gaza sitiada durante 11 dias, bem como os ataques das forças de segurança israelitas à Mesquita Al-Aqsa, dizendo que o exército israelita estava a agir "em flagrante violação do direito internacional".

É de se salientar que a língua pró-palestina é tipicamente apresentada em declarações proferidas nas cimeiras anuais da União Africana. Por exemplo, o Presidente da Comissão da União Africana utilizou a cimeira do ano passado para denunciar o plano do então Presidente dos EUA, Donald Trump, para o Médio Oriente, sendo aplaudido na sala quando disse que os Estudos Unidos de Trump "espezinharam os direitos do povo palestino".

De notar que a Palestina já goza de estatuto de observador na União Africana e os diplomatas de Israel também já criticaram as recentes declarações da União Africana sobre o conflito israelo-palestiniano.

Existem atualmente mais de 70 embaixadas não africanas e organizações não governamentais acreditadas junto da União Africana.

<https://www.aljazeera.com/news/2021/7/23/israel-granted-observer-status-at-the-african-union>

**Quando a Incerteza e a Turbulência Chegam, Nós nos Juntamos, Trabalhamos e
Crescemos Juntos:
Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Lúcia Marques

A frase título, que define a prioridade dos países da Ásia Pacífico para 2021²⁶, também poderia definir prioridades no Oriente Médio – cansados de tantos conflitos, os países começam conversam entre si para buscar paz e segurança e, ao mesmo tempo, trabalhar questões urgentes como comércio, infraestrutura, crise energética e estresse hídrico. Tarefa hercúlea para uma região que vive em constante insegurança, que tem tradição de conflito e não de paz. Os países que falharam em formar um Estado-nação são porque cada aldeia e família tem um rei próprio e cada um tem reivindicações e nenhum deles renuncia a suas reivindicações. Eles não podem avançar em direção a uma sociedade democrática até criarem uma sociedade coesa.²⁷

As nações seguem em suas lutas para combater a COVID-19 – Ásia Pacífico vive o pior momento da pandemia, com a disseminação da variante Delta. Em alguns países, faltam vacinas; em outros, governos usam várias estratégias para convencer a população a aderir à vacinação. Aqui e agora, lutam para recuperar a economia e minimizar os impactos sobre as populações; ao mesmo tempo, precisam agir rápido para minimizar os efeitos cada vez maiores das mudanças climáticas em curso: chuvas torrenciais, tufões e inundações, calor extremo ou frio intenso, seca e desertificação. E precisam com urgência planejar o futuro de médio e longo prazo, buscando soluções e inovações, parcerias e investimentos com foco na prevenção de novas epidemias, segurança alimentar, segurança energética, redução do carbono e economia verde.

Os países da Ásia e do leste Pacífico há muito tempo vinham trabalhando de forma multilateral e compartilhando melhores práticas para incorporar as experiências. A região já enfrentou outras epidemias, como SARS, e já viveu grandes desastres provocados pela natureza, como tsunamis, vulcões, terremotos e inundações e, tanto no âmbito da APEC²⁸ quanto da ASEAN²⁹, as nações membros já identificaram as fragilidades e deficiências, como também sinergias e oportunidades. E sabem da sua importância geoestratégica na ordem mundial.

APEC – Cooperação Econômica Ásia-Pacífico – Reunião Informal de Líderes

Os líderes dos países membros do fórum econômico APEC estiveram reunidos virtualmente, sob a presidência da Nova Zelândia, em 16 de julho, para discutir a crise econômica e de saúde da COVID-19 e sua resposta. A pandemia continua a ter impacto devastador sobre as pessoas e as economias da região. *“Nossos esforços para diagnosticar e tratar COVID-19 continuam a ser essenciais. Mas só superaremos essa emergência de saúde*

²⁶ Essa é a prioridade 2021 da presidência da Nova Zelândia para a cooperação dos 21 membros da APEC - Cooperação Econômica da Ásia Pacífico – fórum econômico regional, com três focos: Políticas econômicas e comerciais que fortaleçam a recuperação; buscando inovação e uma recuperação habilitada digitalmente; com aumento da inclusão e sustentabilidade para recuperação - <https://www.apec.org/2021-New-Zealand-Priorities>

²⁷ Bahram AmirAhmadian, Professor convidado do corpo docente da University of Teerã of World Studie [Textura tradicional é o problema perene do Afeganistão - IRNA](#)

²⁸ Nova Zelândia, Austrália, Brunei, Chile, China, Hong Kong, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, Papua Nova Guiné, Filipinas, Rússia, Singapura, Vietnam, Canadá, Taiwan, Tailândia, México, EUA, Peru.

²⁹ Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia, Vietnam.

acelerando o acesso equitativo a vacinas COVID-19 seguras, eficazes, de qualidade garantida e acessíveis. Reconhecemos o papel da imunização extensiva contra COVID-19 como um bem público global. Para esse fim, vamos redobrar nossos esforços para expandir a fabricação e o fornecimento de vacinas, apoiar os esforços globais de compartilhamento de vacinas e incentivar a transferência voluntária de tecnologias de produção de vacinas em termos mutuamente acordados. Devemos garantir que nossos sistemas de saúde cubram todas as pessoas e tenham resiliência para lidar com choques atuais e futuros. Saudamos os esforços variados e contínuos, bem como a contribuição de recursos adicionais em toda a APEC para combater a pandemia. Estamos comprometidos em realizar nossa Visão Putrajaya³⁰ de uma comunidade da Ásia-Pacífico aberta, dinâmica, resiliente e pacífica até 2040, para a prosperidade de todo o nosso povo e das gerações futuras.” – texto inicial da Declaração de Líderes - https://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2021/2021_ILR

Quando a incerteza e a turbulência chegam, nós nos juntamos, trabalhamos e crescemos juntos é a prioridade 2021 para: 1) **Crescimento forte, equilibrado, seguro, sustentável e inclusivo** (garantir oportunidades e os recursos de que precisam para se adaptar às mudanças; recuperação econômica inclusiva - ninguém deve ser deixado para trás; promover conectividade contínua e cadeias de suprimentos resilientes; garantir que as políticas econômicas, de cooperação e do crescimento contribuam para enfrentar as mudanças climáticas e outros sérios desafios ambientais); 2) **Inovação e digitalização** (políticas econômicas sólidas para sustentar empregos, aumentar a produtividade econômica e promover a inovação; favorecer ambientes resilientes, sustentáveis e favoráveis à inovação; promover a transformação digital e contribuir para reduzir a exclusão digital, incluindo a alfabetização e habilidades digitais); 3) **Comércio e Investimento** (uma economia regional interconectada para enfrentar o impacto da pandemia COVID-19 e possibilitar uma forte recuperação econômica para todos os nossos povos; garantir que as cadeias de abastecimento da região apoiem a distribuição segura e eficiente de vacinas COVID-19 e produtos relacionados; avançar na integração econômica da região para facilitar a recuperação; continuar a demonstrar que as regras do comércio global podem apoiar a recuperação da crise econômica e de saúde); 4) **Oportunidade de recuperação verde** (promover uma recuperação verde, tanto individual quanto coletivamente; reduzindo probabilidade de choques econômicos futuros e acelerar a transição para uma economia de baixas emissões); 5) **Novo roteiro de segurança alimentar** (traçar um curso através da resposta COVID-19 imediata e desenvolver abordagens de políticas para garantir que os sistemas alimentares da região sejam produtivos, eficientes e inovadores, bem como sustentáveis e inclusivos).

ÁGUA, O OURO AZUL

Há algumas décadas atrás, século XX, o petróleo se tornou o ouro negro e guerras econômicas e armadas foram vividas. No século XXI, a falta de água é apontada como um dos principais problemas ambientais, econômicos e geopolíticos da atualidade. A população mundial cresceu galopantemente e a produção de alimentos cresceu proporcionalmente e exige mais

³⁰ A "Visão da APEC Putrajaya 2040", aprovada pelos líderes em novembro de 2020, é novo plano de longo prazo do bloco para a cooperação futura prevê "uma comunidade aberta, dinâmica, resiliente e pacífica da Ásia-Pacífico até 2040, para a prosperidade de todo o nosso povo e gerações futuras". No documento, as economias da APEC se comprometem em promover um crescimento de qualidade que traga benefícios palpáveis e maior saúde e bem-estar a todos, incluindo as micro, pequenas e médias empresas, mulheres e outros com potencial econômico inexplorado, com o objetivo de garantir que a região Ásia-Pacífico seja resiliente aos choques, crises, pandemias e outras emergências.

terras irrigadas. Rios e lençóis subterrâneos estão sendo sugados ao limite, ou além dele. O uso irracional dos recursos hídricos somados aos danos ao meio ambiente só aumenta a escassez do ouro azul, que vira disputa entre Estados, principalmente no Oriente Médio, onde 17 países disputam as águas dos três rios importantes da região: Tigre, Eufrates e Jordão.

Enquanto países da Ásia enfrentam as inundações decorrentes das monções, que ocorrem de junho a setembro e são cruciais para a agricultura, mas que a cada ano se tornam mais torrenciais, muitas vezes acompanhadas de tufões (sudoeste da Rússia; Índia, China central, Paquistão, Filipinas), países do médio oriente convivem com uma das piores secas dos últimos 50 anos, levando à escassez de água e apagões por falta de energia e manifestações populares explodem, exigindo ações dos governos (Irã, Iraque, Síria, Territórios Palestinos).

O Irã vive a pior crise hídrica em todas as regiões, desde final de março, principalmente na província do Khuzestan, oeste do país, divisa com Iraque e mar da Pérsia, uma das províncias mais ricas em petróleo (80% do petróleo iraniano está na região), em agricultura e pecuária, muito turística e já foi um oásis. E abriga uma minoria árabe. A falta de água e de energia provocou uma série de manifestações contra a falta de auxílio à população; a violência de ambos os lados já provocou detenções e morte. A [situação levou à ONU](#) a alertar ao Irã para encontrar uma solução pacífica para o problema crônico da região. A chefe de direitos da ONU, Michelle Bachelet, disse ao Irã que a situação "catastrófica" vinha se acumulando há muitos anos e que "atirar e prender pessoas simplesmente aumentará a raiva e o desespero". O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Saeed Khatibzadeh, [reagiu à declaração intervencionista](#) e avaliou como politizada. O ministro descreveu a declaração como lamentável; "as denúncias foram feitas sem levar em consideração os extensos [esforços do governo](#) para aliviar o sofrimento do povo desta província e resolver os problemas existentes".

A seca vem piorando a cada ano e o Irã, que costumava fornecer energia para países vizinhos, tem comprado energia – que também anda escassa em seus vizinhos. Essa situação foi uma das razões, mas não a principal³¹, que contribuiu em muito para que o país tenha assinado a **Convenção-acordo do Mar Cáspio**, em 12 de agosto de 2018, durante a 5ª Cúpula Cáspia, com as nações cáspias Rússia, Turcomenistão, Azerbaijão e Kazaquistão – após quase 30 anos de discussões sobre como dividir o corpo d'água e sobre o status do mar/lago. A convenção definiu o status legal especial do Cáspio e estabeleceu fronteiras e direitos de uso do corpo d'água, além de impulsionar a cooperação regional em ecologia, controle da pesca ilegal do esturjão, uso dos recursos de petróleo e gás natural e comércio e desenvolvimento.

³¹ A principal razão para o Irã assinar um acordo que lhe dá uma menor parte do Cáspio, em função da sua fronteira ser menor, foi a garantia de que o Mar Cáspio só pertence aos Estados cáspios e, portanto, ficou proibida a presença militar de países não cáspios – EUA, que negociava estabelecer instalações militares na região, está proibido, o que é um alívio para o Irã.



Fonte: [Países do Mar Cáspio assinam acordo sobre paz, desenvolvimento | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](#)

A Convenção Cáspia veio a substituir o antigo acordo entre a extinta União Soviética e o Irã. Desde 1991, com o estabelecimento dos estados independentes (Kazaquistão, Azerbaijão, Turcomenistão e Rússia), o país persa vinha propondo um acordo multilateral em substituição a acordos bilaterais. A definição do status legal do mar e qual legislação internacional o rege³², era crucial para qualquer implementação de projeto de desenvolvimento ou preservação. O documento foi um avanço para manter a paz e a segurança; apesar de precisar de acordos suplementares. E vai facilitar a definição de ações para a preservação dessa massa d'água única e especial, que abriga ecossistemas únicos no mundo³³, e é riquíssima em petróleo e gás natural.

O aquecimento global vai aumentar o nível do mar e muitas medidas de adaptação já estão em andamento pelo planeta. No entanto, um [artigo publicado](#) na Nature, em dezembro do ano passado (2020), alerta para outro impacto do aquecimento que não tem recebido a devida atenção: o aumento da temperatura intensificará a evaporação de lagos e águas superficiais, exacerbadas pela diminuição da precipitação. Lagos endoréicos³⁴ de água salobra como o Mar Cáspio são mais particularmente sensíveis.

³² Ora descrito como mar ora descrito como lago, chegar a um acordo sobre o status era fundamental para identificar a legislação que rege o Cáspio: como mar, os recursos existentes no fundo de cada litoral, pertencem aos respectivos países; enquanto lago, os recursos devem ser compartilhados. A convenção assinada, estabeleceu o Mar Cáspio como status especial, que estabeleceu águas territoriais e áreas de uso compartilhado.

³³ A foca cáspia é uma das espécies cáspias em extinção e endêmicas que serão severamente afetadas pela desequilíbrio do nível do mar, da temperatura e da salinização da água.

³⁴ São lagos que não têm saída para o mar, lagos que estão abaixo do nível do mar; eles dependem dos rios que os alimentam e da precipitação, o que interfere na concentração de sais. Quando a evaporação é maior que a alimentação, os lagos salgados desaparecem e formam-se bacias salinas.

O Mar Cáspio está correndo risco de ter o mesmo destino do seu vizinho, o Mar do Aral, no Kazaquistão e Uzbequistão, que já foi considerado o 4º maior lago do planeta e agora possui apenas 10% do seu tamanho, dividido em dois pequenos lagos, em decorrência do mal uso em projetos de irrigação, desvio de afluentes, poluição e pesticidas agrícolas, que levaram à perda da biodiversidade. [A redução do Aral](#) alterou o clima na região, que se tornou mais seco, com invernos mais frios e verões mais quentes – cidades foram abandonadas e houve aumento de problemas de saúde como câncer e doenças pulmonares. A economia local evaporou junto com a água.



Fonte: mochilas-emergencia.com

Os países do Oriente Médio estão vivendo um dos piores verões, que agrava mais ainda a seca e a desertificação em progresso nos últimos anos. Água é um bem precioso e o Mar Cáspio tem enorme importância econômica e ambiental para a região da Ásia Central. Como os meios de subsistência e a segurança alimentar de mais de 15 milhões de pessoas dependem do Cáspio, a perda desses ecossistemas terá consequências socioeconômicas drásticas e poderá desencadear conflitos locais e regionais — em uma região etnicamente diversificada que já está repleta de tensões. Por essa razão, o Irã convocou para 27 e 28 outubro uma Conferência Científica sobre Mudanças Climáticas na Região do Cáspio.

Conferência Científica sobre Mudanças climáticas na Região do Mar Cáspio³⁵

A conferência está sendo organizada pelo Comitê Coordenador de Monitoramento de Hidrometeorologia e Poluição do Mar Cáspio ([CASPCOM](#)) e da Secretaria Interina da Convenção-Quadro para a Proteção do Ambiente Marinho do Mar Cáspio ([Convenção de Teerã](#)). Será hospedada pelo Irã e contará com representantes dos estados litorâneos. [Agenda](#). A Conferência se concentrará em 4 áreas: clima da região e suas mudanças no século XXI; a redução do nível do Mar Cáspio: análise, modelagem e projeção de longo prazo; os efeitos das mudanças climáticas no ecossistema e na biodiversidade do Mar Cáspio; e as consequências econômicas das mudanças climáticas e medidas de adaptação.

O Comitê Organizador é composto por representantes do Secretariado da Convenção de Teerã, CASPCOM e um pesquisador de cada país do Cáspio nomeado pelos Ministérios responsáveis pela proteção ambiental. São objetivos da conferência: 1) Coletar e discutir descobertas recentes relacionadas às mudanças climáticas e suas consequências para a região do Mar Cáspio; 2) Identificar pesquisas-chave e lacunas de conhecimento relacionadas às mudanças climáticas; 3) Inspirar pesquisas globais e regionais que levarão a publicações revisadas por pares e relatórios científicos; 4) Estimular a consciência global entre as partes interessadas sobre as mudanças climáticas na região do Mar Cáspio; 5) Promover e apoiar uma melhor identificação dos efeitos previsíveis das mudanças climáticas, atuais e futuros, nas economias costeiras, nas populações e nos recursos naturais do Mar Cáspio e sua bacia.

Os resultados da Conferência são esperados para apoiar os governos cáspios, as partes interessadas globais, bem como outros atores cáspios para tomar decisões informadas sobre as

³⁵ <https://tehranconvention.org/en/news/scientific-conference-climate-change-caspian-sea-region>

mudanças climáticas na região do Mar Cáspio, através da adaptação e da construção da resiliência às mudanças climáticas para a implementação do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O evento também apoiará a Década das Nações Unidas da Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável.

Desafios enfrentados pelo Mar Cáspio

O maior corpo de água sem acesso ao oceano é delimitado pelo Kazaquistão a nordeste, Rússia a noroeste, Azerbaijão a oeste, Irã ao sul e Turcomenistão a sudeste. O mar tem uma área de superfície de 371.000 quilômetros quadrados e um volume de 78.200 quilômetros cúbicos. Sua superfície fica a 27,5 metros abaixo do nível do mar. Isolado dos outros mares e oceanos, suas águas salgadas são alimentadas e dependem dos rios Ural, que divide a Ásia da Europa, e Volga, que traz toda poluição da Rússia e da produção industrial e agrícola do Vale do Volga. A queda do nível de água do Volga reduziu o nível da água do Cáspio; a região enfrenta escassez de chuva; a redução do volume de água propicia aumento de temperatura da água e, conseqüentemente aumenta sua evaporação. O mar está ficando mais salgado e secando.

O nível de água do Mar Cáspio atingiu seu nível mais baixo desde 1995, principalmente por causa de uma recente queda no nível da água do rio Volga, que contribui com 80% do influxo total. Em 2019, o nível médio de água ficou em -27,18 metros. De acordo com [o Centro Nacional de Estudos e Pesquisas do Mar Cáspio, afiliado ao Instituto de Pesquisa da Água](#), a temperatura da água do mar é um dos principais critérios na troca de calor e um indicador na avaliação do potencial de evaporação do nível da água, que é um dos principais componentes do equilíbrio hídrico cáspio. Mas a perda de apenas um terço pode transformá-lo em um mar morto do ponto de vista biológico.

EQUILÍBRIO FRÁGIL NO AFEGANISTÃO – NEGOCIAÇÕES DE PAZ AINDA EM ANDAMENTO

Manter a segurança do Afeganistão contribui muito para a segurança do Irã e da região e, ao mesmo tempo, apoiar o povo afegão como nação é uma das políticas externas estratégicas do país. No Afeganistão, assim como no Iraque, estão a maioria dos muçumanos xiitas fora do Irã – pequena parte está no Yémen, na Turquia, na Síria e no Líbano. O resto do mundo muçumano é sunita.³⁶ O Irã e o Afeganistão são vizinhos com 900 quilômetros de fronteira comum, e há décadas muitos afegãos vêm migrando para o país persa.

Com a retirada das tropas americanas e da OTAN do Afeganistão, o grupo fundamentalista islâmico Talibã, que já governou o país entre 1996 e 2001³⁷, aumentou o conflito com as forças governamentais e estabeleceu controle sobre grandes territórios nas

³⁶ A divisão do mundo islâmico em Sunitas e Xiitas ocorreu há muitos séculos e está ligada à decisão de quem seria o verdadeiro herdeiro de Maomé, que não deixou herdeiros.

³⁷ Quando assumiram o poder, os Talibãs impuseram a sua versão muito rigorosa da lei Islâmica. Todas as mulheres foram proibidas de trabalhar, o que provocou imediatamente o caos, pois um quarto dos serviços civis da capital, todo o ensino e grande parte dos serviços de saúde dependiam das mulheres. As escolas femininas foram fechadas, afetando cerca de 70 mil estudantes. As mulheres foram obrigadas a tapar-se da cabeça aos pés. Viúvas de guerra foram impedidas de ganhar o seu sustento e das famílias. Houve perseguição sistemática de membros masculinos das muitas etnias, entre elas hazara, tadjique e uzbeque. Em 12 de Agosto de 1998, os Talibãs queimaram toda a coleção de 55 000 livros de uma das mais belas bibliotecas públicas do Afeganistão, incluindo manuscritos datados de há dez séculos, entre eles, um exemplar de Alcorão com cerca de dez séculos

regiões rurais e nas principais cidades. As regiões fronteiriças perto do Irã e Tadjiquistão também estão sob controle dos militantes. E muitos afegãos já fugiram para os países vizinhos.

A estabilidade no país vizinho, portanto, é muito importante e as negociações de paz entre Talibã e governo afegão, lideradas pelo Irã, contam com o apoio na articulação de vários países árabes e agora ganha coro de várias representações diplomáticas no Afeganistão, que pediram aos talibãs que interrompam a ofensiva contra as forças governamentais, que contradiz "o apoio que expressaram a uma solução negociada" do conflito. O comunicado está assinado pela delegação da União Europeia e pelo escritório do alto representante civil da Otan no Afeganistão, assim como pelas embaixadas da Alemanha, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Itália, Japão, Holanda, Reino Unido, República Tcheca e Suécia.

Já aconteceram duas reuniões para negociações de paz e está prevista uma terceira, mas deverá ser uma longa negociação. No entanto, enquanto as negociações acontecem em Doha, a ofensiva talibã segue violenta, entrando em contradição direta com o apoio que expressaram para uma solução negociada e ao processo de paz. O líder do movimento fundamentalista islâmico, Hibatullah Akhundzada, reiterou que está "decididamente a favor de uma solução política, apesar do avanço e das vitórias militares" dos últimos dois meses. O [porta-voz do escritório político do Talibã em Doha](#), disse que o grupo está buscando uma "solução pacífica" e quer ter um "governo islâmico inclusivo no Afeganistão". O grupo deseja "boas e sólidas relações diplomáticas, econômicas e políticas com todos os países, incluindo os Estados Unidos" após a retirada das tropas estrangeiras, acrescentou.

Para que a comunidade internacional "normalize" relações com o Talibã, eles precisam renunciar à violência e ao atentado. Em seu comunicado, as representações diplomáticas denunciam também as mortes, a destruição de infraestruturas, as ameaças e o desprezo ao Estado de direito, aos direitos das mulheres e à liberdade de expressão e de imprensa nas zonas ocupadas pelos insurgentes. Observadores e analistas acreditam que será uma longa negociação de paz. Os Talibãs sabem que precisam encontrar uma saída política e estabelecer boas relações com a comunidade internacional e com os países vizinhos se quiserem buscar a reconstrução e o desenvolvimento econômico do país. Mas eles precisam também se entender entre si – agem como se houvesse dois talibãs.

O Efeito Borboleta em novos caminhos para restaurar relações no OM e com outros países

Com um novo presidente assumindo o comando em Teerã, as relações entre o Irã e alguns estados árabes vizinhos parecem caminhar na direção de uma restauração. O presidente iraniano eleito, Ebrahim Raisi, que tomará posse em 5 de agosto, deixou claro que vai melhorar as relações com seus vizinhos, incluindo a Arábia Saudita, cujas relações estavam rompidas desde 2016³⁸, o que levou seus aliados a seguirem o exemplo ou reduzirem seus laços diplomáticos. "Estamos prontos para reabrir as embaixadas"³⁹. Desde abril, oficiais de segurança de ambos os lados vinham se encontrando, em Bagdá, Iraque, e em Omã, para rodadas de

³⁸ A Arábia fez campanha feroz contra um acordo nuclear de 2015, oficialmente conhecido como Plano de Ação Abrangente Conjunto (JCPOA), entre o Irã e as principais potências mundiais. A razão era que o acordo não abordava questões regionais de interesse para os sauditas.

³⁹ <https://www.tehrantimes.com/news/463398/Ayatollah-Raisi-breaks-the-ice-of-Iran-Saudi-relations>

negociações sobre a guerra no Yémen e outros pontos espinhosos de contenção, como Líbano e Iraque.

A equipe de Raisi mostrou seu apoio à melhoria dos laços com os sauditas, convidando-os para a cerimônia de posse do presidente eleito. O próprio Aiatolá Raisi fez questão de sinalizar sua abertura para melhorar as relações com os países da região: engajamento, diálogo, consulta e brainstorming com os vizinhos sobre as questões importantes da região são uma prioridade do décimo terceiro governo.

Esse movimento vem acontecendo em paralelo às negociações em Viena para a retomada do Acordo Nuclear. A preocupação da Arábia Saudita sobre essa questão continua, mas o Irã sinalizou que está pronto para lidar com as preocupações sauditas acrescentando que o Irã expressa esperança de um início de convergência entre os países muçulmanos, para uma paz regional e próspera.

Aliás esse movimento diplomático de boa vontade vem sendo percebido em pequenos atos: Índia, aliada dos EUA, confirmou que enviará representante à cerimônia de posse de Raisi. Japão, outro aliado americano, acaba de doar quase 3 milhões de doses de vacinas AstraZeneca ao país persa. Outros países árabes estão seguindo o mesmo caminho. Tudo indica que a posse do novo presidente iraniano será um acontecimento.

CENÁRIO PANDÊMICO E VACINAÇÃO

A Ásia Pacífico vive o pior cenário desde o início da pandemia. A variante Delta espelhou pela região e os casos de COVID-19 batem recordes. Os governos regionais estão correndo para lançar seus programas nacionais de vacinação e enfrentam escassez de vacinas. **Austrália** volta a fechar e governo enfrenta protestos contra o lockdown. Na **Tailândia**, os protestos têm outro motivo: os erros na gestão da pandemia fizeram o número de casos dispararem e agora há falta de vacinas – o governo não se mexeu para adquirir doses nem aderiu à iniciativa COVAX.⁴⁰ Os números da **Indonésia** apresentam quedas, mas não porque a pandemia está controlada, mas porque os profissionais da saúde estão exaustos e os testes diminuíram, reduzindo o rastreamento. Mas um agravamento está claro: o aumento de casos entre crianças.

O governo de **Bangladesh** pausou por oito dias o lockdown para a celebração do festival islâmico Eid al-Adha⁴¹. A suspensão foi criticada por especialistas em saúde que alertam que a abertura pode aumentar a infecção, agravada pela variante delta altamente contagiosa, e pode ajudar a espalhar a variante para a zona rural, uma vez que muitos estão viajando para celebrar o feriado em suas aldeias. Já existe uma escassez de leitos, UTIs, e os profissionais de saúde estão exaustos. Bangladesh é o país com a maior população muçumana e hospeda mais de um milhão de refugiados que vivem em acampamentos sem acesso a instalações sanitárias nem de saúde.

⁴⁰ <https://www.channelnewsasia.com/news/asia/thailand-covid-19-vaccination-shortage-astrazeneca-sinovac-15268932>

⁴¹ Considerado a Festa do Sacrifício, comemorado por todos os muçulmanos para marcar a disposição de Abraão de sacrificar o seu filho como um ato de obediência a Deus. A tradição de Eid al-Adha envolve o abate de um animal e o compartilhamento da carne em três partes iguais – para a família, para parentes e amigos e para as pessoas pobres. O objetivo é garantir que todos os muçulmanos comam carne <https://www.channelnewsasia.com/news/asia/covid-19-bangladesh-lifts-lockdown-eid-al-adha-festival-15248090>

Butão⁴² já vacinou grande parte de sua população com a 2ª dose, em tempo recorde. O país encravado nas montanhas do Himalaia, tem pouquíssimos médicos e enfermeiros, mas um rei comprometido, que articulou rapidamente doações de vacinas e adquiriu 200 mil doses da Pfizer. Além das vacinas recebidas pelo COVAX, Butão recebeu doações da Índia, Dinamarca, Croácia, Bulgária e China. A maioria AstraZeneca. O país registrou 2.489 casos e 2 óbitos.

O **Nepal** recebe vacinas Vero Cell da China. O governo alerta para a 3ª onda e recomenda preparação dos hospitais com cilindros de oxigênio e UTIs pediátricas. A China também forneceu mais de 10.000 doses de vacina a um grupo rebelde de **Myanmar**, que opera perto de sua fronteira sul, para deter o fluxo de casos do país devastado pelo golpe. Myanmar está em tumulto desde que os militares tomaram o poder em fevereiro, com uma onda de vírus ressurgente atingindo muitos hospitais sem equipe médica.

Irã recebe novos carregamentos de vacinas AstraZeneca produzidas no **Japão**. Aliás, a COVID-19 não deu trégua para as Olimpíadas de Tóquio: enquanto os jogos acontecem, os médicos vivem uma realidade diferente, lutando para salvar pacientes ou reabilitá-los das sequelas da doença. E a popularidade do Primeiro Ministro Suga cai à medida que os casos aumentam.

O CovaX Facility já distribuiu 138 milhões de doses para 136 países participantes e está alocando vacinas adicionais à medida que os países avançam a vacinação. Nas duas regiões, já receberam vacinas do programa: Camboja, Fiji, Laos, Malásia, Mongólia, Papua Nova Guiné, Filipinas, Samoa, Kiribati, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, Vietnã, Indonésia, Bangladesh, Nepal, Timor-leste, Afeganistão, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Paquistão, Síria, Palestina e Gaza, Yémen.⁴³

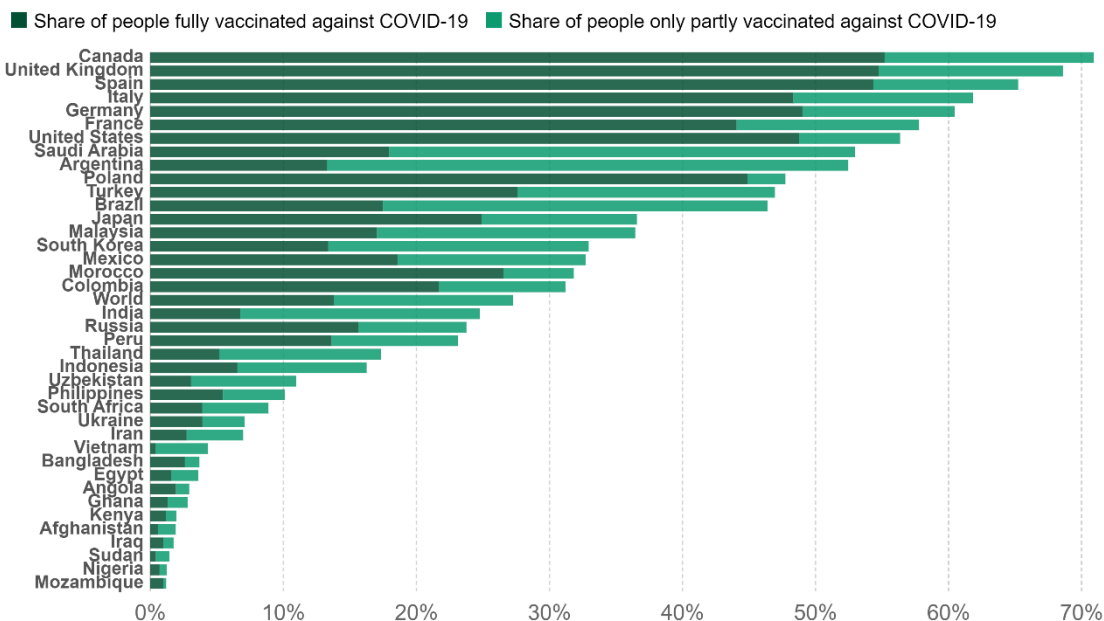
Até agora, 27,3% da população mundial recebeu pelo menos uma dose de uma vacina COVID-19, e 13,8% está totalmente vacinado; 3,89 bilhões de doses foram administradas globalmente, e 31,84 milhões são agora administrados todos os dias. Apenas 1,1% das pessoas em países de baixa renda receberam pelo menos uma dose.

⁴² <https://www.channelnewsasia.com/news/asia/covid-19-bhutan-vaccinates-most-population-after-donations-15303892>

⁴³ [COVAX vaccine roll-out | Gavi, the Vaccine Alliance](#)

Share of people vaccinated against COVID-19, Jul 25, 2021

This data is only available for countries which report the breakdown of doses administered by first and second doses.



Source: Official data collated by Our World in Data

CC BY

Fonte: [Coronavirus \(COVID-19\) Vaccinations - Statistics and Research - Our World in Data](https://ourworldindata.org/coronavirus-vaccinations), dados de 27 de julho – os dados são atualizados diariamente

País	31/05	29/06	10/07	
Afganistão	68.366 (2.869)	117.158 (4.794)	131.586 (5.561)	144.285 (6.477)
Arábia Saudita	445.936 (7.309)	486.106 (7.804)	498.9065 (7.947)	518.143 (8.167)
Austrália	30.063 (910)	30.562 (910)	31.017 (910)	33.286 (922)
Bangladesh	794.985 (12.480)	896.770 (14.276)	1.009.315 (16.189)	1.179.827 (19.521)
Brunei (ASEAN)	240 (3)	259 (3)	266 (3)	333 (3)
Camboja (ASEAN)	27.638 (194)	49.255 (575)	59.978 (881)	74.386 (1.324)
China	102.925 (4.846)	103.746 (4.846)	104.019 (4.848)	104.713 (4.848)
Coreia do Sul	183.311 (1.943)	156.167 (2.017)	166.722 (2.038)	191.531 (2.079)
Emirados Árabes	563.215 (1.664)	631.160 (1.807)	648.702 (1.860)	673.185 (1.927)
Filipinas (ASEAN)	1.200.430 (20.379)	1.408.058 (24.557)	1.467.119 (25.816)	1.555.396 (27.247)
Hong Kong	11.846 (210)	11.921 (210)	11.949 (212)	11.979 (212)
Índia	27.369.695 (315.235)	30.316.897 (397.637)	30.795.716 (407.145)	31.440.950 (421.382)
Indonésia (ASEAN)	1.797.499 (49.907)	2.156.465 (58.024)	2.491.006 (65.457)	3.194.733 (84.766)
Irã	2.875.858 (79.384)	3.192.809 (84.127)	3.356.786 (185.649)	3.723.246 (89.122)
Iraque	1.186.309 (16.289)	1.338.604 (17.156)	1.414.925 (17.476)	1.564.828 (18.347)

Israel	839.418 (6.406)	841.486 (6.429)	845.379 (6.434)	863.680 (6.461)
Japão	735.211 (12.691)	798.129 (14.678)	819.051 (14.896)	881.827 (15.089)
Jordânia	734.039 (9.423)	750.886 (9.743)	755.948 (9.818)	766.114 (9.971)
Kazaquistão	435.104 (3.433)	478.063 (3.527)	508.872 (3.566)	602.397 (5.538)
Kuwait	303.039 (1.751)	353.133 (1.943)	372.549 (2.089)	393.605 (2.293)
Laos (ASEAN)	1.895 (2)	2.110 (3)	2.630 (3)	5.154 (5)
Líbano	539.224 (7.705)	544.520 (7.845)	547.170 (7.871)	555.643 (7.894)
Malásia (ASEAN)	541.224 (2.491)	745.703 (5.108)	827.191 (6.067)	1.027.954 (8.201)
Myanmar (ASEAN)	143.414 (3.216)	155.697 (3.320)	184.375 (3.685)	274.155 (7.507)
Mongólia			136.966 (673)	159.101 (789)
Nepal	542.256 (6.951)	636.916 (9.071)	654.212 (9.362)	682.947 (9.738)
Nova Zelândia	2.670 (26)	2.742 (26)	2.766 (26)	2.864 (26)
Omã	213.784 (2.303)	266.536 (3.056)	281.688 (3.371)	295.017 (3.788)
Palestina e Faixa de Gaza	306.795 (3.483)	313.851 (3.561)	315.047 (3.579)	316.088 (3.599)
Paquistão	911.302 (20540)	956.392 (22.254)	971.304 (22.555)	1.011.708 (23.087)
Qatar	216.397 (552)	221.810 (588)	223.175 (598)	255.376 (600)
Rússia	4.977.332 (117.990)	5.428.921 (132.314)	5.688.807 (139.896)	6.094.379 (152.836)
Singapura (ASEAN)	61.940 (32)	62.907 (36)	62.978 (36)	64.314 (37)
Síria	24.315 (1.750)	25.442 (1.870)	25.766 (1.896)	25.892 (1.908)
Tailândia (ASEAN)	143.280 (920)	254.515 (1.970)	326.832 (2.625)	526.828 (4.264)
Taiwan	6.761 (59)	14.748 (643)	15.185 (730)	15.582 (786)
Turquia	5.220.076 (46.970)	5.420.156 (49.687)	5.465.094 (50.096)	5.618.417 (50.997)
Vietnam (ASEAN)	6,314 (46)	16.136 (78)	26.608 (110)	109.111 (524)
Yémen	6.696 (1.315)	6.918 (1.361)	6.940 (1.366)	7.012 (1.373)

<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

Obs. 1.: Foram incluídos todos os países que compõem a ASEAN.

Obs. 2: As regiões somam juntas mais de 65 países, mas, para análise, o recorte foca os países com maior número de casos ou com melhores resultados de ações tomadas pelas autoridades nacionais.

EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

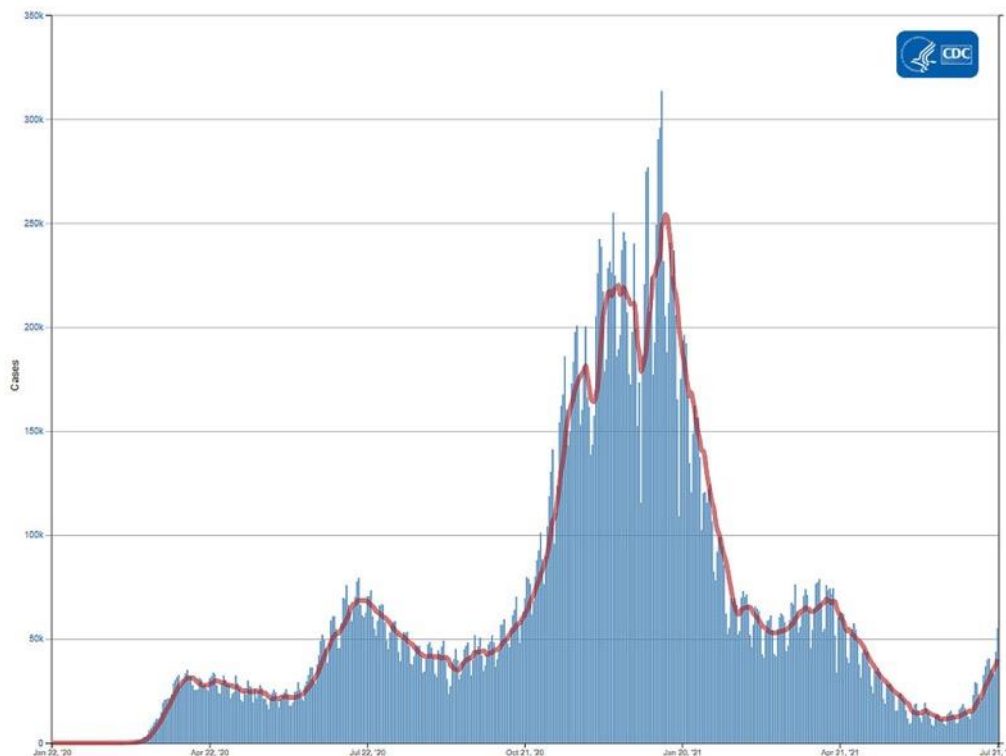
Luiz Augusto Galvão

Existe um novo aumento de casos de COVID-19, hospitalizações e mortes nos EUA. Um terço dos condados apresentam altos níveis de transmissão comunitária, 90% dos EUA apresenta aumento de casos e existem surtos em localidades com baixa cobertura vacinal. Além da resistência ao uso da vacina, essa tendência pode estar relacionada a alta capacidade de transmissão da variante B.1.617.2 (Delta).

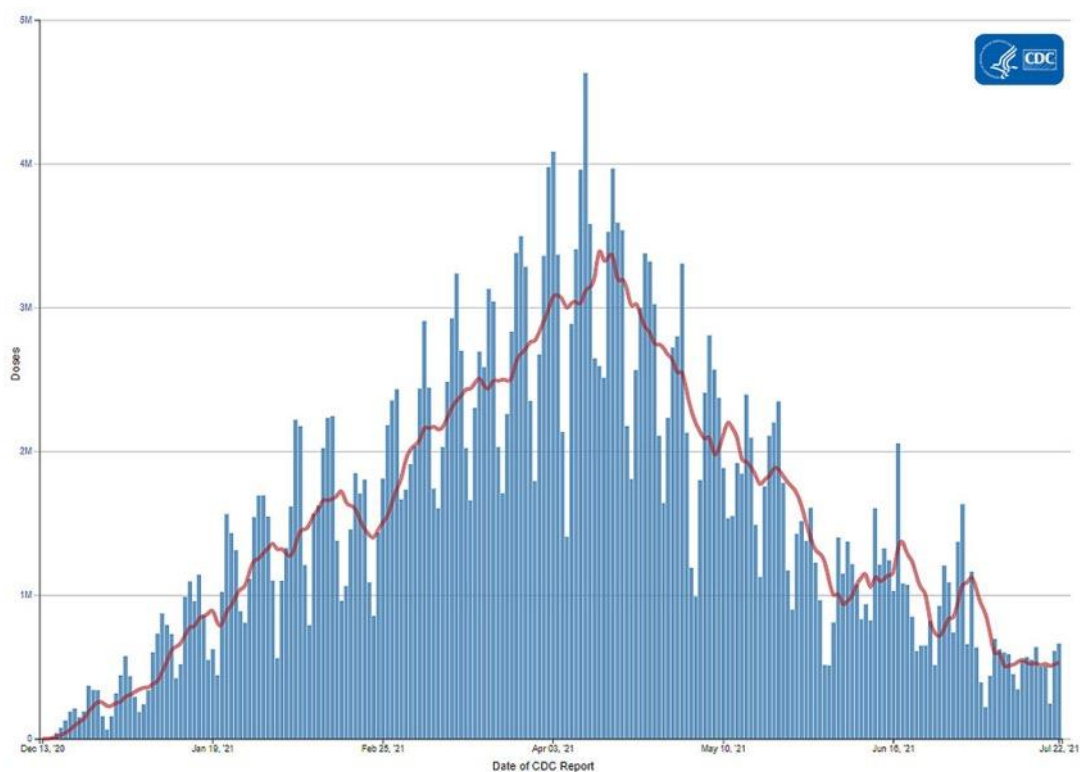
O aumento no número de casos pode aumentar a pressão sobre os recursos de saúde e o aumento de internações e óbitos. Também existe preocupação em relação a mutação do vírus que poderia levar ao surgimento de novas variantes. A cepa original não é mais detectada entre variantes que circulam pelo país e a variante B.1.617.2 (Delta) é hoje a variante predominante responsável por cerca de 83,2% dos casos recentes nos EUA.

A atual média móvel de 7 dias de novos casos diários (40.246) aumentou 46,7% em relação à média móvel anterior de 7 dias (27.443). A atual média móvel de 7 dias é 84,2% inferior ao pico observado em 10 de janeiro de 2021 (254.052), sendo 250,6% superior ao menor valor observado em 19 de junho de 2021 (11.480). Um total de 34.248.054 casos de COVID-19 foram notificados até 21 de julho.

Tendências Diárias em Casos COVID-19 nos Estados Unidos reportados ao CDC



Mudança diária no número de vacinas da COVID-19 aplicadas nos Estados Unidos e relatadas ao CDC



Em razão dessa nova realidade a Diretora do CDC dos EU, Rochelle Walensky, disse: "A variante Delta está mostrando todos os dias sua vontade de nos enganar". O CDC reviu uma decisão anterior e passou a recomendar o uso de máscaras em áreas onde houver mais de 50 novas infecções por 100.000 residentes nos últimos sete dias, ou mais de 8% dos testes são positivos para infecção durante esse período. O CDC também recomendou o uso de máscaras para todos os professores, funcionários, alunos e visitantes nas escolas, independentemente do status de vacinação e da transmissão comunitária do vírus. Também pela imprensa a agência disse que mesmo americanos vacinados em áreas sem surtos podem considerar usar uma máscara em ambientes públicos se eles ou alguém em sua casa tem alguma condição de vulnerabilidade de saúde.

A China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

André Lobato

Após contínua pressão política os EUA conseguiram que a OMS pedisse uma nova investigação do laboratório de segurança 4 em Wuhan. É quase impossível hoje acreditar que qualquer crítica vinda de Washington contra Pequim seja feita de boa-fé. Se havia dúvidas, a decisão de Biden de estabelecer uma verdade sobre a epidemia com o uso do serviço secreto eliminou as suspeitas. Então, vamos analisar alguns possíveis elementos políticos por trás dessa iniciativa e refletir sobre elas no contexto da diplomacia da saúde para o desenvolvimento.

As origens dos vírus

Após contínua pressão política os EUA conseguiram que a OMS pedisse uma nova investigação do laboratório de segurança 4 em Wuhan. É quase impossível hoje acreditar que qualquer crítica vinda de Washington contra Pequim seja feita de boa fé. Se havia dúvidas, a decisão de Biden de estabelecer uma verdade sobre a epidemia com o uso do serviço secreto eliminou as suspeitas. Então, vamos analisar alguns possíveis elementos políticos por trás dessa iniciativa e refletir sobre elas no contexto da diplomacia da saúde para o desenvolvimento.

Primeiro, é importante notar que nossa visão hegemônica da história tende a considerar a ciência como uma prerrogativa ocidental ou, mais precisamente, norte-atlântica e branca. Trata-se de uma opinião embasada na ausência de historicidade e que naturaliza a submissão neocolonial. Não fosse a imprensa, a pólvora, a bússola, as técnicas de fornalha para cerâmica e o papel, por exemplo, a Europa de hoje sequer existiria. O vestido da princesa Diana, por exemplo, está em exposição no Kensington Palace. É feito de seda ‘britânica’.



Como sintetiza um texto do MIT Technology Review: “If the pandemic was caused by ambitious, high-tech research on dangerous germs, it would mean China’s fast rise as a biotech powerhouse is a threat to the globe”.

Se erros na produção da ciência indicassem uma falha total da ciência, como estaria a ciência? Deveríamos concentrar toda a produção global no MIT, pois só lá os germes, as ambições e a alta tecnologia se encontram de forma segura? Evidentemente os editores do MIT sabem que não se trata desse caso. Do contrário, não haveria mais colaboração nuclear com o Japão, por exemplo.

Outro exemplo: muitos chineses e estadunidenses suspeitam de vazamentos no laboratório de Fort Detrick, nos EUA. Caso a Casa Branca autorizasse uma investigação, descobrindo a OMS falhas estruturais de segurança, deveríamos abrir mão de todos os avanços da biotecnologia feitos nos EUA, como sugere, para a China, o articulista do MIT?

Essa, infelizmente, tem sido a melodia principal bipartidária em Washington. A de que o mundo “abra mão” da China. Menos, é claro, os próprios estadunidenses, que continuam a pedir mais acesso ao mercado chinês ao mesmo tempo em que protegem seus mercados da produção chinesa. Há 75 anos o FMI é sediado em Washington e agora a China é justificativa para o reconhecimento público das necessidades de política industrial na capital.

É preciso, então, filtrar as contaminações das agendas bilaterais às agendas multilaterais. E, mais especificamente, no caso da diplomacia da saúde, proteger o

empreendimento científico de rastreamento das origens do coronavírus. Um esforço global não deve ser prejudicado por desentendimentos entre dois ou alguns países. Mesmo que sejam poucos os que realmente possuem capacidade científica de executar a operação.

Os EUA, claro, podem oferecer uma liderança importante. O país provavelmente é o centro do conhecimento sobre coronavírus no mundo. Possuem patentes que datam do surto de sars-cov-1, quando não havia laboratório em Wuhan, e dominam a técnica mais inovadora da vacina do sars-cov-2. Mas, quais foram, até agora, os benefícios das vantagens técnicas estadunidenses compartilhados no âmbito multilateral? O domínio tecnológico superior sobre este vírus deveria provocar uma relação de causalidade entre as ambições tecnológicas estadunidenses e o evento da pandemia de CoViD-19?

São perguntas que espelham as indagações da Casa Branca sobre a China, mas que conversam também com o caráter anticientífico de parte da sociedade estadunidense, parte também sempre suspeitosa de que fenômenos naturais são anunciações de superpoderes.

No caso da OMS, fica a dúvida sobre o futuro da organização caso a Casa Branca decida insistir que a única rota possível de investigação das origens do coronavírus seja a que conclua pela suspeição da ciência chinesa. A perspectiva chinesa, de forma ampla e clara, foi colocada nesta manhã de segunda-feira, em Tianjin, no encontro entre o vice-ministro das Relações Exteriores da China, Xie Feng, e a vice-secretária de Estado dos EUA, Wendy Sherman. O chinês disse que a visão de Sherman da "rules-based international order" é, para ele, "a lei da selva".

Enchentes

Especulando de forma distópica, a instrumentalização armamentista da OMS poderia, no máximo, transformá-la num tipo de Conselho de Segurança para a guerra biotecnológica – fosse ela real ou não, como as armas de destruição em massa do Iraque. Ou então a OMC se transformará num conselho gestor dos complexos militares nacionais, com cada general apostando suas fichas de P&D.

Não foi, é claro, para isso que inúmeros países participam do desenvolvimento de um verdadeiro sistema multilateral chamado Organização Mundial da Saúde. Grande parte, ao contrário, ciente que precisa de apoio e ajuda, pede, historicamente, que os países mais ricos apoiem a atenção à saúde das populações dos mais pobres.

Se levarmos em conta, por exemplo, a construção histórica do SUS - Sistema Universal de Saúde, certamente será resolvida a importância da compreensão da biologia estrutural do sars-cov-2, das origens dos vírus, das capacidades nacionais em biologia e medicina. Mas a observância da determinação social da saúde amplia a análise para elementos de coordenação social e, essencialmente, de valorização da vida independente de como as ameaças sejam nomeadas. São valores que o Brasil, há décadas, constrói na OMS.

Na coincidência desses valores centrais do SUS com os eventos noticiosos mais relevantes da semana recente, estão, sem dúvidas, as épicas chuvas que assolaram Henan e outras províncias. Notem a variação de chuvas em 36 horas em Zhengzhou, a capital da província de Henan.

Choveu tanto e tão rápido que 12 pessoas morreram na inundação de uma linha do metrô da cidade. As fortes chuvas já eram esperadas desde ao menos o início do mês e atingiram algumas províncias, mas a intensidade acabou agravando a situação, e levando a um clima de comoção nacional no país. Alertas de novas tempestades continuam a ser emitidos.

Como pode-se ver no tópico de “Socorro de enchentes e prevenção de doenças”, do Centro de Controle de Doenças da China ([aqui](#), em tradução para o ‘português’) quarenta milhões de pessoas foram atingidas e 141 estão mortas ou desaparecidas. As ruas que, na semana passada, estavam alagadas na altura de um carro, voltaram a funcionar normalmente em alguns dias. Um equipe da Comissão Nacional de Saúde enviou especialistas em prevenção de epidemias, saúde comunitária e mental. A comissão também organizou times de emergência em seis províncias vizinhas para atender Henan.

Certamente, e especialmente após a revolução chinesa em testagem genética em massa, as experiências com as inundações deste ano e do ano passado têm a contribuir para o conhecimento geral de enfrentamento de desastres naturais e prevenção de epidemias, tema comum a vários países-membro da OMS, entre eles o Brasil.

Assim, é fundamental que os conhecimentos, tanto de biologia estrutural quanto das determinações sociais da saúde, hoje em desenvolvimento na China, possam ser úteis ao sistema multilateral, através da OMS, e estejam à disposição das relações bilaterais, independente do senso de superioridade científica ou da capacidade de criar evidências de qualquer país.

Referências

<http://www.chinacdc.cn/jkzt/tfggwssj/zt/hz/>

<https://www.npr.org/2021/07/25/1020342822/flooding-continues-to-devastate-zhengzhou-city-in-central-china>

<https://www.technologyreview.com/2021/03/26/1021263/bat-covid-coronavirus-cause-origin-wuhan>

<https://www.globaltimes.cn/page/202107/1229632.shtml>

Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Em **2021**, já foram produzidos **treze** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41607>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS também vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 já foram realizados **catorze** seminários, que podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

Próximos seminários

29/07 – Seminário 15 – ***Equidade global em saúde: Compromisso impostergável com a justiça social***, em colaboração com o *Sustainable Health Equity Movement (SHEM)*

04/08 – Seminário 16 – ***Recursos humanos em saúde: dimensão crítica no enfrentamento da pandemia***

18/08 – Seminário 17 – ***Agenda 2030 e pandemia: Os debates no Conselho Econômico Social das Nações Unidas***

01/09 – Seminário 18 – ***Mudanças demográficas, envelhecimento e saúde: Desafio global***

15/09 – Seminário 19 – ***Mulheres na Saúde Global***

29/09 – Seminário 20 – ***Saúde e pandemia: Os debates na 76ª. Assembleia das Nações Unidas***

Os seminários serão transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

INFORME CRIS-FIOCRUZ SOBRE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Número: 13/21

Quinzena 15 a 28 de julho

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 28 de julho de 2021.

xx pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.